

MAB LEONETTI BUSCOFF

**MODOS DE HABITAR E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM NA REGIÃO
DE JUIZ DE FORA: UM OLHAR PARA OS SÉCULOS XVII E XVIII**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2024**

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

Buscoff, Mab Leonetti, 1992-

B977m Modos de habitar e transformações na paisagem na região de Juiz de Fora:
2024 um olhar para os séculos XVII e XVIII / Mab Leonetti Buscoff. - Viçosa, MG,
2024.

1 dissertação eletrônica (130 f.): il. (algumas color.).

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento
de História, 2024.

Referências bibliográficas: .

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.639>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Arquitetura colonial - Juiz de Fora (MG); 2. Índios Tupinambá -
Habitações - Juiz de Fora (MG); 3. Arquitetura de habitação - Juiz de Fora
(MG); I. Araújo, Patrícia Vargas Lopes de II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural, Paisagens e Cidadania III. Título

CDD 22. ed. 720.98151

Bibliotecário(a) responsável: ALICE REGINA PINTO PIRES CRB-6/2523


MAB LEONETTI BUSCOFF

**MODOS DE HABITAR E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM NA REGIÃO DE
JUIZ DE FORA: UM OLHAR PARA OS SÉCULOS XVII E XVIII**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de julho de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 MAB LEONETTI BUSCOFF
Data: 02/10/2024 07:58:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mab Leonetti Buscoff
Autora

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA VARGAS LOPES DE ARAUJO
Data: 03/10/2024 09:21:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Patrícia Vargas Lopes de Araújo
Orientadora

Dedico aos povos originários, que por séculos tem suas vozes caladas, suas histórias apagadas e suas terras roubadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha mãe, Elza, pelo suporte de sempre e por me mostrar a importância do patrimônio desde pequena, além de trazer suas orações a esta jornada e acreditar que tudo sairia bem ao final, me dando muitas vezes a força que eu precisava. Agradeço meu pai, Sidnei, por de sua maneira sempre me incentivar e dar força pra seguir em frente. Agradeço minha vó, Leide, por ser um exemplo de força e de mulher.

Ao Diego, meu companheiro de jornada, por estar sempre presente, me fazer acreditar em mim e me incentivar a crescer cada vez mais. Ao João, por me oferecer companhia e afetos diários. A Maressa, minha irmã de coração que, apesar da distância, sempre esteve presente auxiliando no que fosse necessário.

Agradeço aos colegas de turma pela troca e conhecimento compartilhados. Aos professores do programa pela doação e orientações desprendidas, especialmente a Patrícia, por aceitar entrar nessa comigo e realizarmos juntas esse trabalho. E também as professoras Vanessa e Milena que aceitaram participar da minha banca e só contribuíram para um trabalho cada vez melhor.

Agradeço também a Luciane Monteiro, diretora do MAEA -UFJF, pela disposição e auxílio nas pesquisas dessa dissertação, a Ana Paula Loures Oliveira, que apesar de não estar mais entre nós, fez uma pesquisa esplendida enquanto viva e tornou essa dissertação possível.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por isso que os nossos velhos dizem: “Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai”. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo (Krenak, 1999).

RESUMO

BUSCOFF, Mab Leonetti, MSc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2024. **Modos de habitar e transformações na paisagem na região de Juiz de Fora: um olhar para os séculos xvii e xviii.** Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

A dissertação que ora se apresenta investiga as mudanças dos modos de habitar na região de Juiz de Fora ao longo dos séculos XVII e XVIII, analisando as interações entre os habitantes, o meio ambiente e a organização social. O estudo busca entender quais eram os habitantes dessa região nesse período e a relação entre localização das moradias e modos de subsistência, além da arquitetura predominante. Foram propostas hipóteses sobre as alterações das habitações e dos locais de moradia, considerando a disponibilidade de recursos locais, avanços tecnológicos e o poder aquisitivo dos moradores. A pesquisa envolveu análises dos sítios arqueológicos Teixeira Lopes e Emílio Barão, de origem Tupinambá, bem como as habitações coloniais do século XVIII em Juiz de Fora, visando compreender as transformações ocorridas na região. O estudo abrangeu ainda a criação do Caminho Novo e sua relação com os indígenas. Há ênfase na importância de reconhecer e preservar as raízes históricas, confrontar narrativas dominantes e promover um futuro mais inclusivo e consciente. O trabalho contribui para a reflexão sobre a história da região de Juiz de Fora, destacando a necessidade de compreender as complexidades sociais e as transformações ao longo do tempo. Ao final, o estudo arquitetônico dos tipos de habitação gerou um produto, que são imagens tridimensionais computadorizadas compiladas em figuras e um vídeo, que poderão ser utilizados como ferramentas didáticas.

Palavras-chave: Habitar, Arquitetura, Tupinambá, Colonial, Indígena.

ABSTRACT

BUSCOFF, Mab Leonetti, MSc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2024. **Ways of living and transformations in the landscape in the Juiz de Fora region: a look at the 17th and 18th centuries.** Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

This dissertation investigates the changes in the modes of habitation in the region of Juiz de Fora during the 17th and 18th centuries, analyzing the interactions between the inhabitants, the environment, and social organization. The study aims to understand who the inhabitants of this region were during that period and the relationship between the location of dwellings and modes of subsistence, as well as the predominant architecture. Hypotheses were proposed regarding the changes in dwellings and living locations, considering the availability of local resources, technological advancements, and the purchasing power of the residents. The research involved analyses of the Teixeira Lopes and Emílio Barão archaeological sites, of Tupinambá origin, as well as the colonial dwellings of the 18th century in Juiz de Fora, aiming to understand the transformations that occurred in the region. The study also covered the creation of the Caminho Novo and its relationship with the indigenous people. There is an emphasis on the importance of recognizing and preserving historical roots, confronting dominant narratives, and promoting a more inclusive and conscious future. The work contributes to reflecting on the history of the Juiz de Fora region, highlighting the need to understand social complexities and transformations over time. In the end, the architectural study of the types of habitation produced a product, consisting of computerized three-dimensional images compiled into figures and a video, which can be used as educational tools.

Keywords: Habitation, Architecture, Tupinambá, Colonial, Indigenous.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Rio Parahybuna no século XIX.....	19
Figura 2 Mapa do Sertões do Leste	20
Figura 3 Famoso Tupinambá Cunhambebe.....	42
Figura 4 Registro colonial do povo originário Puri.....	45
Figura 5 Local de implantação do sítio Teixeira Lopes.	50
Figura 6 Local de abertura dos silos.....	51
Figura 7 Parte dos Fragmentos Cerâmicos doados ao SAEA, em 1988	51
Figura 8 Local de Implantação do Sítio Emilio Barão	52
Figura 9 Concentração Cerâmica encontrada no Sítio Emilio Barão.....	53
Figura 10 Localização dos sítios pesquisados pela equipe MAEA-UFJF, na Zona da Mata Mineira	55
Figura 11 Formas e respectivas pinturas dos vasilhames do Sítio Teixeira Lopes em Juiz de Fora.	56
Figura 12 Representações iconográficas das casas. 1- Rotz; 2- Staden; 3- Léry; 4- Baldus	61
Figura 13 Detalhamento da estrutura de uma maloca	62
Figura 14 Cabana dos antigos Puri.....	70
Figura 15 Abertura do Caminho Novo retratado por Rugendas entre 1821 e 1825.....	73
Figura 16 Mapa dos Caminhos do Ouro.	74
Figura 17 Caminho Novo e suas indicações de sítios, roças e pousos.....	81
Figura 18 Sesmaria do Rio Barro	84
Figura 19 Fixação dos esteios no solo.....	88
Figura 20 Detalhe de uma construção em pau a pique.....	89
Figura 21 Estrutura em pau a pique.....	89
Figura 22 Aplicação da argamassa no estrado de madeira.....	90
Figura 23 Detalhe de uma mão francesa	91
Figura 24 Mapa Localização das Fazendas em Juiz de Fora no séc. XVIII.....	93
Figura 25 Perspectiva 3D da fachada frontal da Fazenda Tapera	93
Figura 26 Foto da sede da Fazenda Ribeirão das Rosas.....	95
Figura 27 Fazenda São Mateus.....	96

Figura 28 Rio do Peixe	100
Figura 29 Foto do Pico Cabeça de Formiga	100
Figura 30 Croqui esquemático dos sítios em relação aos rios e córregos	102
Figura 31 Mapa Topográfico da região dos sítios arqueológicos.....	103
Figura 32 Representação 3D da imagem aérea das malocas na aldeia.....	104
Figura 33 Representação 3D da perspectiva humana de uma aldeia.....	104
Figura 34 Representação 3D de uma maloca na parte externa.....	105
Figura 35 Representação 3D da parte frontal de uma maloca.....	105
Figura 36 Representação 3D da distribuição dos núcleos familiares	106
Figura 37 Representação 3D interna da região da entrada frontal de uma maloca	106
Figura 38 Representação 3D do interior de uma maloca	107
Figura 39 Representação 3D do corredor interno da maloca	107
Figura 40 Mapa regiões habitadas no século XVII e XVIII.....	108
Figura 41 Representação 3D da fachada de um modelo de construção colonial	110
Figura 42 Representação 3D na perspectiva humana de um modelo de construção colonial	110
Figura 43 Representação 3D superior de uma construção colonial	111
Figura 44 Representação 3D da fachada lateral de uma construção colonial	112
Figura 45 QR Code de acesso ao vídeo das mudanças nas habitações entre os séculos XVII e XVIII na região de Juiz de Fora	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sítios pesquisados pela equipe MAEA-UFJF, na Zona da Mata Mineira.....	54
Tabela 2. Metragem das Malocas Tupinambá segundo relatos de cronistas.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – RAÍZES HISTÓRICAS DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA	17
1.1 Um olhar histórico sobre a Zona da Mata Mineira e Juiz de Fora	20
1.2 Primeiras ocupações da região de Juiz de Fora.....	28
1.3 O papel central da região de Juiz de Fora para a história do Brasil	35
CAPÍTULO 2 – RAÍZES ANCESTRAIS: OS HABITANTES ORIGINÁRIOS DE JUIZ DE FORA	38
2.1 Uma jornada pela cultura Puri e Tupinambá.....	39
2.1.1 Tupinambá.....	40
2.1.2 Puri	43
2.2 Arqueologia na Zona da Mata Mineira.....	48
2.3 Arquitetura Indígena.....	57
2.3.1 Espacialidade e Arquitetura Tupinambá	58
2.3.2 Espacialidade e Arquitetura Puri.....	67
CAPÍTULO 3 - ENTRE ROTAS INDÍGENAS E CONSTRUÇÕES COLONIAIS - O CAMINHO DO OURO E AS TRAMAS DO POVOAMENTO	72
3.1 Trilhando a História do Caminho Novo	76
3.2 O povoamento e desenvolvimento de Juiz de Fora ao longo do Caminho Novo.....	82
3.3 Arquitetura colonial em Juiz de Fora	87
CAPÍTULO 4 – SOCIEDADE E PAISAGENS: INTERAÇÕES EM JUIZ DE FORA NOS SÉCULOS XVII E XVIII.....	97
4.1 Mudanças nas paisagens e interações entre os diferentes habitantes	113
4.2 Produto	116
4.2.1 Metodologia	117

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES IMPRESSAS	120
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Neste trabalho refletiremos sobre habitação, espaço, paisagens e caminhos, não necessariamente nessa ordem e tão pouco separados uns dos outros. A pesquisa que ora se apresenta surge inicialmente de um incômodo com relação a história da arquitetura ensinada nas faculdades de Arquitetura pelo Brasil, nas quais as primeiras construções estudadas e ensinadas são as dos colonizadores. Mas como estudamos apenas as construções pós colonização se antes disso já haviam pessoas habitando no território brasileiro? Esse questionamento foi martelando e tomando proporções muito maiores e encontrando outras indagações que se encaixavam nesse pensar e uma dessas novas indagações estava relacionada às ocupações da região de Juiz de Fora, pois havia estudos sendo realizados que contradiziam o que a história trazia com relação às primeiras ocupações dessa região. Dessa forma, esta pesquisa nasceu e teve como objeto de estudo a região de Juiz de Fora e as diversas fases de ocupação de seu território: a indígena, a de exploração aurífera, a cafeeira e, no final do século XIX até os dias de hoje, a industrial. Em cada um desses momentos/fases é possível se notar que houve diferentes formas de se construir, de manejar os recursos e de perceber/se apropriar o/do meio ambiente. Segundo Marx (1970, p. 68), “o homem está sempre diante de uma natureza que é histórica e de uma história que é natural.”

Em particular, essa dissertação de mestrado, tem como enfoque as ocupações territoriais e as dinâmicas de habitação da região de Juiz de Fora efetuadas, primeiramente, por indígenas das etnias Tupinambá e Puri e, posteriormente, as mudanças ocorridas a partir do processo de expansão colonial português e de sua interiorização, tendo como recortes temporais os séculos XVII e XVIII. Temos ainda como objetivo analisar as modificações que se efetuaram na paisagem em decorrência desses processos.

Sobre os estudos de ocupação da região de Juiz de Fora, destacamos a importância do Grupo de Pesquisa do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora que, desde 2000, está envolvido na exploração e estudo dos sítios arqueológicos na Zona da Mata Mineira. Durante esse período foram mapeados por eles vinte e três sítios arqueológicos, incluindo dois localizados na região de Juiz de Fora: o sítio Teixeira Lopes e o sítio Emílio Barão. Ambos os sítios apresentam vestígios de ocupação Tupinambá e estão atualmente situados em áreas de fazenda, o que sugere que a presença desses povos teve um impacto significativo na paisagem.

Conforme destacado por Botin (2013), construir e habitar são processos que não apenas moldam a paisagem, mas também geram identidade. Através das ocupações que ocorreram na região de Juiz de Fora, novas paisagens foram criadas. Kormikiari (2000) afirma que as escolhas de um grupo social na maneira como estrutura seu espaço e, assim, o cria, são uma fonte para compreender o próprio grupo. Meneses (2002, p.36) afirma que a paisagem fornece indícios materiais que possibilitam reconhecer seu aspecto histórico. Esses vestígios fósseis permitem compreender, ao longo do tempo, tanto a formação geomorfológica quanto a social da paisagem atual e suas formas anteriores sucessivas. Nessa dissertação, considerando as transformações na paisagem, buscaremos esclarecer as mudanças ocorridas na região de interesse através de iconografias e de um estudo mais aprofundado das questões arquitetônicas e urbanísticas.

Esta pesquisa tem como interesse de investigação alguns dos principais grupos indígenas que ocupavam a região de Juiz de Fora, temos como intuito oferecer uma perspectiva diferenciada do habitual no campo da Arquitetura. Nosso foco está em entender a relação espacial e arquitetônica desses grupos com o território e o meio ambiente. Além disso, buscamos compreender as transformações na paisagem ao longo do tempo, desde um período que abrigava aldeias, para outro que passou a abrigar povoados, analisando como tais mudanças implicaram tipologias construtivas diferentes.

Dessa forma, o problema dessa pesquisa se foca em entender quais eram os habitantes de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII e como se davam suas relações com o meio e entre os grupos diferentes que ali habitavam. A fim de responder o problema de pesquisa, procurou-se, por meio de uma discussão que perpassa pelos relatos históricos e arqueológicos, fazer o levantamento de como se deu a ocupação da região de Juiz de Fora. Especificamente, objetivou-se compreender a evolução da paisagem na região de Juiz de Fora, por meio do estudo dos sítios arqueológicos Teixeira Lopes e Emílio Barão e da formação da cidade atual junto às transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII nessa região, bem como entender as mudanças de *loco* dos assentamentos durante esse período, a relação entre a localização das moradias e o modo de subsistência dos habitantes e com as formas arquitetônicas encontradas.

A partir das considerações previamente expostas delinear-se as seguintes hipóteses: as habitações se alteraram ao longo do tempo de acordo com a disponibilidade de recursos do local, as tecnologias presentes e no século XVIII o poder aquisitivo dos moradores. Além disso, acredita-se que a escolha dos locais de moradia está relacionada à topografia e a alta disponibilidade de recursos hídricos. A região não apresenta

atualmente mata nativa e os cursos dos rios também foram alterados, pois essa região vem sendo degradada desde a ocupação indígena e seguiu sendo descaracterizada pelos cultivos e manejos agropecuários. Outro aspecto a ser considerado é de que o povo Tupinambá, esteve presente na Zona da Mata Mineira, porém eram confundidos com outras etnias como os Tapuias.

Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa realizada nesta dissertação pode ser classificada como descritiva e explicativa (Gil, 2008), pois busca descrever os modos de habitar na região de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII e explicar essas mudanças, comparando-as e, por fim, apresentando uma maquete 3D que representa essa evolução cronológica na paisagem e nas moradias. O estudo apoia-se nos métodos comparativo, histórico e hipotético-dedutivo, conforme preconizado por Gil (2008). Esses métodos permitem que entendamos a realidade por meio de comparações entre grupos, fenômenos, locais ou tempos históricos diferentes. Vale ressaltar que só é possível conhecer a realidade de um local ou civilização a partir de sua história.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é conduzida por meio de observação indireta (GIL, 2008). Isso implica na análise de dados documentais, abrangendo pesquisa bibliográfica, relatos de memorialistas, artigos relacionados e documentos, como plantas e projetos de arquivos públicos. Além disso, a pesquisa de campo, a etnografia e o levantamento desempenham um papel crucial. O enfoque se concentra nos relatos escritos das escavações realizadas nos sítios arqueológicos de Juiz de Fora, nas estruturas do século XVIII encontradas, na história da ocupação da região, na urbanização que ocorreu e nas transformações da paisagem.

O emprego dessas ferramentas de pesquisa contribuiu significativamente para uma compreensão mais aprofundada e uma análise mais precisa dos propósitos deste estudo. Os materiais iconográficos serão confeccionados pela pesquisadora através de *softwares* de edição de imagem como SketchUp e Revit. O material criado será disponibilizado em forma de vídeo e imagens que poderão ser utilizadas para educação patrimonial, em aulas de ensino básico e nos cursos de graduação como o de Arquitetura e Urbanismo e o de História.

Essa dissertação se estrutura em quatro capítulos, sendo eles: Raízes Históricas de Juiz de Fora – Uma Análise Multifacetada; Raízes Ancestrais: Os Habitantes Originários de Juiz de Fora; Entre Rotas Indígenas e Construções Coloniais – O Caminho do Ouro e as Tramas do Povoamento; Sociedade e Paisagens: Interações em Juiz de Fora nos séculos XVII e XVIII.

No primeiro capítulo buscou-se fazer uma contextualização histórica da região de Juiz de Fora a partir do século XVII, tendo-se com a finalidade de discutirmos o conceito de território e territorialidade, refletir sobre os Sertões do Leste e a ocupação da Zona da Mata Mineira, bem como da importância dessa região no contexto histórico nacional. Para tanto dialogou-se com autores como Saquet (2010), Fonseca (2011), Saint-Hilaire (1938), Antonil (2011), Soares (2009), Spix e Martius (2017), entre outros.

No segundo capítulo discutiu-se questões relacionadas a arqueologia da Zona da Mata Mineira, o quanto ela tem auxiliado na compreensão da história de ocupação dessa região, possibilitando estudar os diferentes povos indígenas que ocuparam a região de Juiz de Fora no século XVII e seus distintos modos de perceber o território e seus modos de habitar. Utilizou-se de autores como Fausto (1998), Assis (1996), Loures Oliveira (2006), Lemos (2015), Mageste (2017), Ortiz (2014), entre outros.

O terceiro capítulo é composto por uma discussão a respeito da criação do Caminho Novo, a escolha de trajeto e como esse trajeto está vinculado aos caminhos indígenas, o surgimento das primeiras vilas e a arquitetura das primeiras construções coloniais, buscando entender as influências arquitetônicas dessas edificações e suas importâncias no âmbito regional e nacional. Entre os autores utilizados indicamos Mendes; Veríssimo; Bittar (2011), Straforini (2009), Silva (1991), Venâncio (199), entre outros.

O quarto capítulo traz uma análise da interação dos habitantes da região de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII com a paisagem em que estavam inseridos e com os demais habitantes da região, buscando fazer uma cronologia arquitetônica e paisagística das habitações e territórios ocupados. Esse capítulo também apresenta o produto desta pesquisa, que é uma exigência do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. O produto apresentado são as iconografias computadorizadas das habitações, tanto indígenas quanto coloniais. Tal material é de grande importância devido a carência de informações disponíveis atualmente sobre os modos de habitar daquela época, dificultando as explicações sobre o assunto em atuais educação patrimonial e dentro das salas de aula. Buscaremos então solucionar esse *déficit* didático através do produto gerado por esse projeto.

CAPÍTULO 1

RAÍZES HISTÓRICAS DE JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA

O capítulo que ora se apresenta nos convida a uma imersão no tecido da história da região de Juiz de Fora, situada na vasta tapeçaria da Zona da Mata Mineira, em um exercício de reconstituição histórica. Nos propomos explorar os eventos que moldaram a ocupação dessa localidade antes mesmo da influência colonial, considerando as transformações ocorridas ao longo dos séculos.

É imprescindível lembrar que ao longo do tempo a região sob escrutínio carregava contornos e configurações radicalmente distintos dos que testemunhamos nos dias atuais. Para compreendermos a jornada histórica que se desenha à nossa frente, devemos, acima de tudo, abraçar a complexidade das relações humanas com o território antes da rotulação contemporânea. O território por si só, segundo Ferreira (2014), é entendido como um espaço físico delimitado e controlado, com fronteiras e recursos naturais, que serve como base para o desenvolvimento de um Estado-Nação e quando adicionamos o fator humano nós temos a territorialidade que está vinculada às relações sociais e atividades diárias que ocorrem nesse espaço.

(...) a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2010, p. 129).

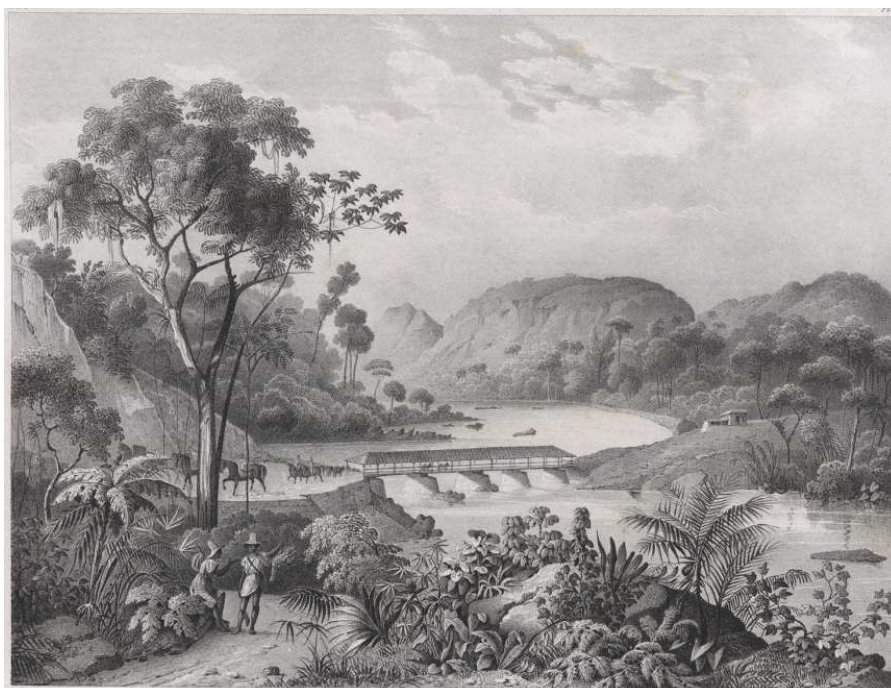
Enquanto o território é fixo e estável, as territorialidades são dinâmicas e variadas, refletindo as interações sociais e as práticas cotidianas dos indivíduos. Partindo desse ponto iremos analisar a história da atual cidade de Juiz de Fora, desde o povoamento indígena até os primeiros colonizadores desta região.

Os indígenas que percorriam essas terras não conheciam os limites geográficos que conferimos a elas hoje; sua compreensão do espaço era guiada por uma perspectiva que englobava a mobilidade, a estadia temporária e a conexão intrínseca com a terra, deixando a questão da territorialidade muito mais explícita do que a percepção que temos nos dias de hoje.

O termo Juiz de Fora, como nomenclatura empregada na região de estudo, vai além da mera ancoragem em nossa análise histórica, embora essa seja uma dimensão importante. O aspecto mais crucial reside na historicização da discussão, que evidencia que a ocupação do território é um processo intrinsecamente histórico, no qual até mesmo os termos utilizados sofrem transformações. A apropriação e o domínio do território por diferentes atores ao longo da história implicam na denominação do espaço, que não é apenas uma expressão simbólica da posse e do poder territorial, mas também um reflexo da territorialização em si.

No início do século XVIII, conforme relata Dilly (2004), Luís Forte Bustamante e Sá adquiriu terras na região que hoje compreende Juiz de Fora, onde construiu uma fazenda com o nome de sua profissão, "Juiz de Fora". Conforme ressaltado por Ribeiro (2023), em diversos documentos e mapas dos séculos XVIII e XIX, como a lei provincial nº 147 de seis de abril de 1839, esse nome era utilizado como um local de referência. Até 1850, o povoado ali localizado era conhecido como "Santo Antônio do Juiz de Fora". No entanto, em 31 de maio de 1850, quando o povoado foi elevado a Vila pela Lei Provincial nº 472, emancipando-se de Barbacena, do qual era um distrito, o nome foi alterado para "Vila de Santo Antônio do Parahybuna" devido a um erro na publicação da lei. O nome original pretendido era "Vila de Santo Antônio do Juiz de Fora, da Comarca do Parahybuna", fazendo referência ao rio Paraibuna, que percorria a região (Figura 1). Em 1856, a Vila foi promovida a cidade do Paraibuna e somente a partir de 1865 passou a ser chamada cidade de Juiz de Fora.

Figura 1 – Rio Parahybuna no século XIX



Fonte: Johann Moritz Rugendas, 1835. **Viagem pitoresca através do Brasil**, 1835, p. 71.

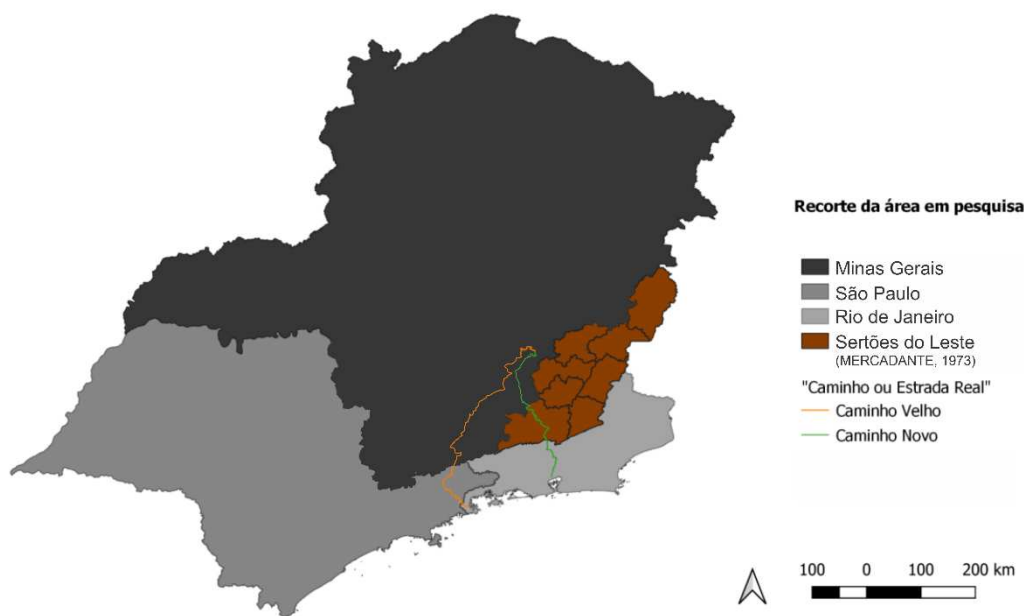
A nomenclatura que adotamos, "Juiz de Fora", é empregada no contexto atual, com fins didáticos, porém a denominação não capta, no entanto, a fluidez e a ambiguidade que caracterizam o processo de ocupação humana anterior à influência colonial. Para uma compreensão mais profunda da história de Juiz de Fora é necessário transcender os limites cartográficos convencionais e adotar uma perspectiva mais holística do território, uma que inclua as histórias interligadas dos povos originários e suas relações com o ambiente.

Ao percorrer os séculos XVII e XVIII rastreamos as pegadas dos primeiros passos da ocupação e do povoamento da região que corresponde atualmente à cidade Juiz de Fora na Zona da Mata mineira. Como observadores das mudanças que tiveram um impacto profundo na estrutura social, econômica e cultural desse território, nosso enfoque se volta para os eventos que delinearão o caminho em direção à formação da identidade atualmente atribuída a Juiz de Fora. Dentro deste contexto, imergimos na história que antecede a presença colonial, desvelando as complexas nuances de uma região cujo tecido histórico é intrinsecamente entrelaçado com as vidas, lutas e conquistas das comunidades que a habitaram ao longo de tempos remotos.

1.1 Um olhar histórico sobre a Zona da Mata Mineira e Juiz de Fora

A Zona da Mata Mineira compreendia uma faixa de terra que se estendia do litoral do Rio de Janeiro até o norte de Minas Gerais, passando por regiões de relevo acidentado e cobertas por densas matas. Sua história se origina, segundo a maioria dos relatos, a partir do século XVIII, salvo raras exceções que incluem o século XVII nessa cronologia histórica. Aqui iremos abordar a história de ocupação a partir do século XVII, quando essa região apresentava uma densa floresta tropical, repleta de espécies arbóreas e de animais, tendo sua população constituída por povos originários de diferentes troncos linguísticos e sendo denominada de Sertões do Leste (Figura 2).

Figura 2 – Mapa do Sertões do Leste



Fonte: Adaptado pela autora, baseado em Nascimento *et al.*, 2022.

A análise do léxico utilizado pelos agentes envolvidos na colonização de Minas Gerais contribui para uma compreensão mais aprofundada dos métodos e das diferentes formas de povoamento da região e os Sertões do Leste traziam consigo, no próprio nome, a ideia de um local despovoado ou pouco povoado. Segundo Fonseca (2011), o termo "sertão", que descreve o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia, é visto como um conceito preexistente à colonização e, ao mesmo tempo, como uma contrapartida ao processo de povoamento e urbanização da região. Este termo era comum nos textos da época da colonização e continha significados por vezes contraditórios, sendo

constantemente presente nas representações da área de Minas Gerais, sejam elas textuais ou cartográficas. Já Robert (1985) define a palavra "sertão" como toda a região semidesértica, de baixa densidade populacional, com pouca atividade agrícola, onde a pecuária extensiva predominava.

Como Saint-Hilaire (1938) observou, o conceito de sertão pode abranger tanto áreas "abertas" quanto aquelas densamente cobertas por "florestas". Independentemente do tipo de vegetação predominante, o sertão é entendido constantemente como a fronteira em evolução que delimita o espaço habitado, cultivado, civilizado e territorializado, à medida que este progressivamente o substitui. Desse modo, o sertão pode ser compreendido tanto como a realidade que existe anteriormente ao território, quanto como a fronteira descontínua e em constante movimento que o define.

Assim como podemos observar nos apontamentos de Fonseca (2011), o sertão colonial é caracterizado como um espaço em constante transformação, em que sua conversão em território ocorre gradualmente à medida que o processo de povoamento se desenvolve e se intensifica. Na perspectiva do colonizador, o sertão é percebido como uma nova página, onde serão registradas as marcas do domínio. É crucial salientar que, por mais que exista esse pensamento do colonizador sobre o sertão como um local "intocado" ou um "vazio" o que não reflete à realidade, esse pensamento moldou a exploração da região.

O sertão é visto como uma folha em branco sobre a qual virão se inscrever as marcas da dominação. É importante destacar que embora essa visão do colonizador do sertão, como uma terra "virgem" ou um "vazio" não corresponda à realidade, essa percepção influenciou a exploração da região.

É comum associar o início do povoamento da Zona da Mata mineira ao final do século XVIII e início do XIX, uma vez que a noção de povoamento está intrinsecamente relacionada ao conceito de civilização que, por sua vez, está historicamente ligado à ideia de cidades. A origem do termo civilização deriva do latim "civitas" (cidade) e "civile" (habitante), é um conceito que vem sendo discutido e estudados por diversas áreas da ciência, dentre elas podemos citar a antropologia e a história, tais estudos comumente relacionam o conceito com um estágio mais avançado da sociedade, onde temos construções e infraestruturas desenvolvidas, além de uma população predominantemente urbana.

Seguindo esse pensamento sobre civilização, Gordon Childe (1978), arqueólogo e historiador australiano, cujos estudos se destacaram na primeira metade do século XX,

adota a perspectiva da teoria evolucionista da sociedade, partindo da caça e coleta (selvageria), passando pela agricultura e pecuária (barbárie), até a formação das cidades e uma divisão social mais complexa (civilização), trazendo mais uma vez a civilização como o ápice do desenvolvimento humano, social e tecnológico.

Ainda sobre o conceito de civilização, podemos verificar diferenças conceituais através dos dicionários. No dicionário da Língua Portuguesa Michaelis (2024) temos: “sf (civilizar+ção) 1 Ato, processo ou efeito de civilizar(-se). 2 Conjunto de aspectos próprios da vida social, intelectual, artística, cultural, econômica, política e moral de uma sociedade. 3 Estágio de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico de uma sociedade. 4 Conjunto de valores que caracterizam uma sociedade; tipo de cultura.”

Enquanto o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2009) traz o conceito de civilização como: “1. O conjunto dos aspectos da vida material e cultural de um grupo social em qualquer estágio de seu desenvolvimento. [...] 3. A cultura (2) própria de um povo, de uma coletividade, numa determinada época.”

Através das definições podemos ver que existem até hoje dicotomias relacionadas ao conceito de civilização. Conforme visto na definição do Michaelis (2024), é possível observar que dentro das quatro definições apresentadas, existem diferenças conceituais, uma das definições diz que civilização seria quando a sociedade em questão experimentaria um desenvolvimento gradual, no qual os membros evoluem de um estágio considerado menos desenvolvido para um estágio percebido como mais avançado. Assim, essa interpretação, claramente carregada de juízos de valor, sugere que a civilização corresponde a um estágio de desenvolvimento de uma população. Por outro lado, de acordo com as outras definições desse dicionário e as definições do Dicionário Aurélio (2009), o conceito de civilização pode abranger tanto o conjunto de pessoas de uma nação quanto estar relacionado à noção de "cultura" e, conforme indicado pelos dicionários, referir-se ao conjunto de princípios e convicções de um determinado grupo humano.

Baseando-nos nas definições do Dicionário Aurélio (2009), reconhecemos a relevância de abordar o processo de povoamento desde os seus primórdios conhecidos, levando em consideração não apenas a presença dos colonizadores brancos, mas também de qualquer outra comunidade humana ao longo da história. Nessa análise, partiremos do povoamento a partir dos assentamentos indígenas que, conforme afirmado por Corrêa (2009), já estavam estabelecidos na região desde pelo menos o século XIV. Posteriormente, esses assentamentos foram substituídos pelos postos de abastecimento ao longo do Caminho Novo no século XVIII.

Um aspecto relevante para a compreensão do processo de povoamento na Zona da Mata Mineira é a consideração das dinâmicas étnicas. Conforme destacado por Ferreira (2002), nos séculos XVII e XVIII a presença da população branca na região era extremamente reduzida em comparação com as populações indígenas e negras. Essa disparidade demográfica contribuía para a descaracterização da Zona da Mata como uma área densamente povoada aos olhos da Coroa Portuguesa. Isso se deve, em grande parte, à persistente influência eurocêntrica, que ainda é observada na sociedade contemporânea. Essa visão eurocêntrica atribuía valor principalmente aos indivíduos de origem europeia, enquanto muitas vezes desumanizava e comparava outros grupos étnicos a animais, justificando, desse modo, a exploração e a escravidão de povos considerados não brancos.

No século XVII, a Zona da Mata Mineira era a “Zona Proibida da Coroa Portuguesa” (Rodrigues, 2003), pois a Coroa queria evitar que a região fosse usada por contrabandistas para o escoamento de ouro das minas para o litoral do Rio de Janeiro, afinal a região tinha uma barreira natural que era a densa floresta. Aliado a ela, os povos indígenas, habitantes daquela terra, se tornavam mais uma barreira para o trajeto. Como afirma Oliveira (2007), as populações indígenas que viviam no território da futura Capitania de Minas Gerais foram tratadas genericamente e estereotipadas, muitas vezes sendo vistas como um obstáculo ao avanço e ao crescimento das iniciativas coloniais.

Embora a localização geográfica deste território o colocasse em uma proximidade com áreas litorâneas já densamente povoadas, a sua ocupação por colonizadores não ocorreu durante o século XVII. Isso se deveu, principalmente, à ausência de indícios de ouro na região nesse período. Além disso, as condições ambientais eram desfavoráveis, a presença dos habitantes locais representava um obstáculo, e ações da Coroa Portuguesa desencorajavam o povoamento. Todos esses fatores contribuíram para que a colonização dessa região se desse de forma mais tardia em comparação com suas vizinhas dentro do estado de Minas Gerais.

(...) a administração vedava o povoamento, nesta área, por política fiscal, afim de proteger o erário. Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro apenas por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando. Este o cuidado principal, sustenta Caio Prado Júnior, motivo por que tão pouco progredira a ocupação da Mata, nome que se deu à zona em oposição ao resto da capitania e onde faltava a densa cobertura florestal característica ... Com este impedimento a “Zona Proibida” se tornou uma grande área de preservação ambiental e cultural. Tal proteção persistiu até meados do século XVIII com a chegada do colonizador ... (Mercadante, 1973, p. 23).

A exploração aurífera que foi um dos principais motivos para a proibição pela Coroa Portuguesa para a ocupação da área também foi o motivo para no século XVIII o povoamento se intensificar na região. Com a intenção de descobrirem minérios em novos locais foram organizadas entradas e bandeiras, que eram expedições organizadas pelos colonos no século XVII, com o objetivo de explorar o interior do Brasil. Segundo Fonseca (2011), inicialmente as bandeiras tinham como alvo principal as aldeias indígenas e as missões jesuítas. Posteriormente, com a busca por minerais preciosos, as bandeiras passaram a explorar regiões em busca de ouro e pedras preciosas.

Algumas investidas já haviam sido feitas na Zona da Mata mineira, expedições estimuladas por cartas régias que prometiam premiações aos descobridores de novas fontes de riqueza. Mercadante (1973) relata que em 1531 saiu da baía de Guanabara a primeira expedição a alcançar a Zona da Mata à procura de ouro. Mais de um século depois, em 1693, Antônio Rodrigues Arzão segue para a Mata Mineira em busca de Itacolomi, em seu caminho cruza com os povos Puri e Botocudos.

O bandeirante Fernão Dias Paes teve um papel importante no processo de apropriação da Zona da Mata Mineira:

Em sua rota, fundava povoados, plantando roças, edificando pousadas e deitando raízes de colonização. Tangenciando o curso do Paraíba, invadiu o território mineiro pela garganta do Embaú. A bandeira, em seu pioneirismo, levaria a descoberta do ouro (Mercadante, 1973, p. 20).

Essas incursões que inicialmente eram feitas com o foco na descoberta de riquezas e não tinham caráter de povoamento, prepararam os bandeirantes para posteriormente uma apropriação violenta desse caminho. Quando nos referimos à "apropriação" é importante ressaltar que o Caminho Novo não foi uma criação de Garcia Paes¹. Conforme estudos mais recentes, destacando-se, por exemplo, as pesquisas de Venâncio (1999), que afirma que a rota foi apropriada de caminhos utilizados por povos indígenas centenas de anos antes, mesmos povos que foram aniquilados, expulsos e escravizados durante esse processo de colonização. Assim como em Beltrão:

Ao lembrarmos da precisa observação de Capistrano de Abreu acerca da reutilização da malha viária por parte do colonizador europeu, percebemos que esta prática não deveria limitar-se somente nos eixos de interiorização, mas também e principalmente, aos pontos de assentamento (Beltrão, 1988, p. 207).

¹ O nome Garcia Paes Lemes aparece grafado de duas formas, Paes e Paez, dependendo do autor utilizado, por motivo de padronização adotaremos a grafia com s no final Paes.

Como afirma Fonseca (2011), mesmo que os conquistadores tenham adotado referências espaciais e toponímias indígenas ao explorar a região, isso não significa que os territórios dos povos nativos tenham sido reconhecidos e respeitados, houve inúmeros confrontos entre as populações indígenas e os colonizadores anteriores ao processo de interiorização do território que viria a ser a Capitania de Minas Gerais, a partir de começos do século XVIII.

O índio era óbice àquelas investidas. Às vezes, diante do sertanista, ele surgia de fito na destruição e no incêndio, matando o invasor sem piedade. Pelas matas, de longe em longe, irrompiam coropós, botocudos e puris. Quase sempre relutantes às tentativas de aproximação, infensos, reagiam em grita a simples presença de faiscadores a descer para os vales (Mercadante, 1973, p. 37).

Após a descoberta do ouro na região de Minas Gerais entre finais do século XVII e início do século XVIII, houve um fluxo migratório muito grande para a área das minas. Rodrigues (2003) argumenta que o Governo Metropolitano determinou que as áreas próximas às regiões mineradoras fossem proibidas, tentando impedir o tráfico de ouro; Juiz de Fora fazia parte dos Sertões do Leste, uma dessas regiões proibidas. Segundo Corrêa (2009), as áreas eram proibidas apenas legalmente, pois, na prática, os habitantes já estavam se apossando de tais terras, dando origem a povoações desordenadas e à exploração de ouro, resultando em uma pressão para que “o governador dom Rodrigo [José de Meneses] repartisse legalmente as terras de agricultura e as “datas” minerais, visando assim evitar maiores perdas aos cofres da intendência do ouro” (Rodrigues, 2003, p. 9).

A apropriação das terras proibidas dos sertões da Mantiqueira é um exemplo da atuação de interesses privados na ordem pública. Seguindo o exemplo de José Aires Gomes, ao penetrar nas áreas vedadas, cultivar arroz, milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros produtos, além de criar gado vacum, "povos" foram "furtivamente" introduzindo-se naquelas paragens. Essa população pobre, muitas vezes tangida pelo refluxo do ouro, desenvolvia e estimulava constantemente a produção agrícola local e a procura por terras (Rodrigues, 2003, p. 11).

Com o avanço da mineração, novas estradas foram construídas e uma delas foi o Caminho Novo, que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro, seguindo o curso do rio Paraibuna, surgindo como alternativa mais segura ao transporte de ouro. Conforme Lessa, “[a]í se deu o início do povoamento dessa região pela sociedade nacional, em 1708 já

havia se registrado os primeiros povoamentos” (Lessa, 1985, p. 17). Sendo em 1720, oficialmente estabelecida a Capitania de Minas Gerais, que foi criada através de um Alvará Real que determinava a separação das Minas do Ouro da Capitania de São Paulo.

Durante a exploração aurífera no período colonial mineiro houve um aumento substancial em prisões, formação de aldeias, conflitos e apropriações indevidas de terras indígenas. Tais tendências persistiram após o término desse período e a transição para a economia cafeeira na região, conforme descrito por Freitas (2016).

Freitas (2016) discute ainda que as operações auríferas demandaram extensas áreas agrícolas para suprir as necessidades dos mineradores. Com o propósito de atender essa demanda, a Coroa Portuguesa concedeu mais sesmarias em Minas Gerais, resultando no desmatamento de vastas florestas e na perda de vidas indígenas. Foram criadas zonas de fornecimento interno para os colonizadores, o que impulsionou o crescimento de um mercado interno na colônia e um notável aumento na população da região. Esse crescimento populacional propiciou a expansão das fronteiras, frequentemente à custa da vida, escravização e subjugação de numerosas comunidades indígenas com modos de vida distintos (Lemos, 2016).

Tendo a preocupação de povoar as margens do Caminho Novo, a Coroa Portuguesa concedeu nos anos seguintes várias sesmarias que iriam se tornar locais de descanso e abastecimento para os viajantes, chamadas de roças e rocinhas. Com relação às roças encontradas ao longo do Caminho Novo, Antonil relata:

[...] Do rio Paraibuna fazem duas jornadas à roça do contraste Simão Pereira; e o pouso da primeira é no mato. Da roça do dito Simão Pereira se vai à de Matias Barbosa, e daí à roça de Antônio de Araújo, e desta à roça do capitão José de Sousa, donde se passa à roça do alcaide-mor Tomé Correia. Da roça do dito alcaide-mor se vai a uma roça nova do Azevedo, e daí à roça do juiz da alfândega Manuel Correia, e desta à de Manuel de Araújo. E em todas estas jornadas se vai sempre pela vizinhança do Paraibuna. Da roça do dito Manuel de Araújo se vai à outra rocinha do mesmo. Desta rocinha se passa à primeira roça do senhor Bispo, e daí à segunda do dito. Da segunda roça do senhor Bispo, fazem uma jornada pequena à Borda do Campo, à roça do coronel Domingos Rodrigues da Fonseca [...] (Antonil, 2011, p. 251).

Sendo as principais roças, como afirma Loures Oliveira (2007), as de Simão Pereira, Matias Barbosa e Bispo, da qual, a última, constituir-se-ia na atual cidade de Juiz de Fora. A análise da apropriação das rotas indígenas requer uma apreensão ampliada, em que não somente a trajetória física compartilhada é crucial, mas também as roças e rocinhas adjacentes, que frequentemente incorporaram sítios ancestrais de povos

indígenas. Um exemplo é Juiz de Fora, que foi sucessivamente habitada por diferentes grupos indígenas até se firmar como uma das paradas preeminentes ao longo do "Caminho Novo", conhecido também como Caminho Bispo.

O estabelecimento das mencionadas roças e rocinhas precipitou a desapropriação dos povos indígenas locais, com os colonizadores expropriando suas terras. Aqueles que não evadiram foram integrados às vilas coloniais, resultando na diluição de suas identidades, visto que não mais se vinculavam nem à cultura autóctone, nem à cultura colonial. Outra estratégia utilizada pelos colonos era de voltar os indígenas uns contra os outros, para que assim uma das tribos fosse hostilizada, como relata Spix e Martius:

[...] Também o costume de servir-se de uma tribo para hostilizar a outra, como já aconteceu com os coroados contra os puris, e a crueldade dos postos militares, que estenderam também aos puris a guerra de extermínio legalmente autorizada contra os botocudos, até agora tem impedido a civilização desses selvagens. [...] (Spix e Martius, 2017, p. 316).

Segundo Ramos (2017), o aumento populacional na Capitania de Minas Gerais ocorreu amplamente por meio da captura de indígenas, particularmente indígenas do sexo feminino. Ainda que uma porção considerável tenha resistido, retornando às florestas e resistindo aos ataques, um número substancial foi submetido à escravidão, com as indígenas frequentemente tornando-se, conforme argumentação do autor acima referido, escravas sexuais ou, em alguns casos, companheiras dos portugueses, gerando uma prole miscigenada ou cabocla. Os descendentes das indígenas perpetuavam um legado que abraçava elementos tanto das práticas indígenas quanto das europeias, predominantemente inseridos nas vilas coloniais em posições subalternas. Os proprietários de terras, amparados pelo governo português, que permitiu o uso das terras ao longo do Caminho Novo, foram instruídos a exercerem práticas agrícolas e povoadoras, pois assim contribuía com impostos à Coroa e, também, forneciam alimento aos mineradores.

Com o início do declínio da atividade aurífera, muitos mineradores deixaram regiões como a atual cidade de Mariana para se aventurarem nas florestas em busca de terras propícias ao cultivo. Essas migrações, frequentemente envolvendo famílias inteiras, resultaram no estabelecimento de assentamentos agrícolas. Esse movimento acelerou a concessão de sesmarias por parte da Coroa Portuguesa durante o século XVIII. De acordo

com Corrêa, "na segunda década do século XVIII, todas as terras ao longo do caminho estavam ocupadas" (2009, p. 61).

No final do século XVIII, o esgotamento das reservas de ouro em Minas Gerais tornou-se evidente. A administração régia voltou sua atenção para revitalizar a economia e o mercado colonial. A expansão populacional e o fortalecimento das redes mercantis eram considerados fundamentais. Nesse contexto, a ocupação dos sertões emergia como um fator crucial para descobrir novos depósitos minerais, consolidar as fronteiras e impulsionar a ruralização (Paiva, 2005). Paiva ainda ressalta que a queda na atividade mineradora nesse período não teve um impacto severo sobre a Capitania de Minas Gerais, que já desfrutava de uma economia variada, um mercado interno sólido e um crescimento populacional constante.

Com a expansão colonial da Zona da Mata Mineira a partir do final do século XVIII, Soares (2009) afirma que emergem assentamentos humanos promovidos pelo Estado, como registros, presídios e núcleos para catequese e pacificação indígena, com vistas a engendrar centros urbanos e aglomerados indígenas. Esse delineamento urbano visava facilitar o controle sobre os povos indígenas e sua incorporação na "civilização". Nesse contexto conflituoso, a colonização efetiva da região da Zona da Mata e, notadamente, de Bispo, que viria a ser a futura cidade de Juiz de Fora, teve seu ímpeto inaugural.

1.2 Primeiras ocupações da região de Juiz Fora

Os mortais habitam à medida que salvam a terra, [...]. Salvar não diz apenas erradicar um perigo. Significa, na verdade: deixar alguma coisa livre em seu próprio vigor. Salvar a terra é mais do que explorá-la ou esgotá-la. Salvar a terra não é assenhorar-se da terra e nem tampouco submeter-se à terra, o que constitui um passo quase imediato para a exploração ilimitada. [...] Os mortais habitam à medida que conduzem seu próprio vigor, sendo capazes da morte como morte, fazendo uso dessa capacidade com vistas a uma boa morte. Conduzir os mortais ao vigor essencial da morte não significa, de modo algum, ter por meta a morte, entendida como o nada vazio; também não significa ofuscar o habitar através de um olhar rígido e cegamente obcecado pelo fim. Salvando a terra, acolhendo o céu, aguardando os deuses, conduzindo os mortais, é assim que acontece propriamente um habitar. [...] (Heidegger, 1954, p. 4).

Antes de nos aprofundarmos nos habitantes da região, é preciso primeiro falarmos sobre o conceito de habitar. Conforme Heidegger sugere, habitar envolve mais do que simplesmente ocupar um espaço ou utilizar recursos; é uma relação profunda que implica salvar a terra, permitindo que ela mantenha seu vigor próprio. Habitar, segundo Heidegger, não é explorar ou dominar a terra, mas sim respeitá-la e coexistir com ela de maneira equilibrada. Isso envolve conduzir a própria vida com uma consciência da mortalidade e da finitude, buscando uma "boa morte" e vivendo de maneira que honre essa capacidade.

Segundo Pádua (2019), habitar é a “necessidade radical de apropriação do espaço para a reprodução da vida”, reprodução essa que podemos interpretar de diversas maneiras, não nos atendo apenas a reprodução genética, mas considerando reprodução cultural e reprodução de espaços, por exemplo. Nesta acepção, o conceito de habitar é algo muito além do habitat (moradia), pois ocorrem relações interpessoais, relações com o ambiente, uma apropriação de espaço e uso desse espaço. Pádua (2019) afirma que é através da criação e recriação do espaço que as interações sociais começam a se formar, moldando tanto o dia a dia quanto às camadas menos óbvias dele, nos fazendo pensar sobre a importância do espaço para a humanidade, pois ele interfere diretamente nas ações cotidianas.

Segundo Lefebvre (1965), o ato de habitar está intrinsecamente ligado à essência humana, sendo fundamental para o processo de humanização do ser humano. Portanto, temos o ato de habitar como uma manifestação intrinsecamente humana, surgindo das necessidades do ser humano em seu processo de humanização e não de concepções pré-determinadas sobre como deve ser o lar ou o ambiente habitado. Heidegger (1954) reforça a ideia de que não construímos porque habitamos, mas sim que construímos e continuamos a construir à medida que habitamos. Há um sentido de pertencimento intrínseco ao ato de habitar, o qual também se reflete nas construções.

Nesse sentido, consideramos o habitar como uma maneira de estabelecer vínculos com um local ou região, transcendendo as barreiras físicas das estruturas construídas. As demonstrações culturais, os trabalhos realizados, os caminhos percorridos, e, é claro, as próprias moradias, todos se entrelaçam no modo de habitar. Com essa perspectiva em mente podemos agora avançar na discussão sobre as ocupações na região de Juiz de Fora.

A região de Juiz de Fora, segundo fontes etno-históricas, foi inicialmente ocupada pelos índios Puri, Coroado, Botocudo que habitavam a região desde tempos imemoriais.

Apesar de terem algumas semelhanças, esses povos apresentam características distintas em termos de cultura, modo de vida e habitações.

Segundo Cunha (1992), os Puri eram nômades, conhecidos por sua habilidade na produção de cestaria e tecelagem, além de serem excelentes caçadores e pescadores. As casas dos Puri eram simples, feitas de palha, muitas vezes apenas com uma rede coberta por folhas e costumavam ser construídas em locais elevados.

Os Botocudos, segundo Santos (2012), também conhecidos como Aimorés, eram um povo que habitava principalmente as regiões montanhosas, conhecidos por sua resistência à colonização europeia e por suas práticas de antropofagia, que consistiam em comer a carne dos inimigos mortos em batalha. Tinham suas habitações feitas de palha e barro e costumavam ser construídas em locais de difícil acesso para se protegerem dos colonizadores.

Enquanto isso, como afirma Nicolau (2015), os Coroados se dedicavam à agricultura, cultivando principalmente milho e mandioca. Suas habitações eram grandes casas de palha e bambu, que podiam abrigar várias famílias, construídas normalmente próximas a cursos de água.

No entanto, no final do século XVII houve uma forte pressão da Coroa pela expansão da agricultura e do comércio, o que, juntamente a presença dos bandeirantes e dos portugueses, começou a mudar a paisagem e a cultura da região. Com as criações das roças e rocinhas, houve uma apropriação de territórios indígenas para implementação dessas novas áreas concedidas pela Coroa Portuguesa aos colonizadores. Na região de Juiz de Fora, isso aconteceu principalmente nas margens do Caminho Novo.

Inicialmente, os habitantes dessas áreas eram os indígenas que utilizavam as terras para suas atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a agricultura de subsistência. Com a chegada dos bandeirantes e dos colonizadores portugueses, esses territórios começaram a ser disputados e apropriados para a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para o comércio. Além dos colonos que receberam terras, houve ocupações por pessoas não autorizadas, os quais passaram a habitar as terras indígenas. Segundo relato de Spix e Martius:

[...] Os colonos, que se estabeleceram na vizinhança dos índios, são em parte gente a quem é proibido residir em lugares habitados, e para quem a solidão das matas serve de refúgio contra a perseguição da justiça. O índio, sempre explorado pela cobiça e pelo egoísmo dos colonos, vive entre eles só com medo, ódio e desconfiança. [...] (Spix; Martius, 2017, p. 316).

As roças e rocinhas que surgiram nessas áreas eram utilizadas principalmente para o cultivo de produtos agrícolas como o café, o açúcar e o milho. Essas atividades econômicas trouxeram uma mudança significativa na relação com a paisagem, já que a vegetação nativa foi desmatada para dar lugar às plantações e a terra foi sendo gradativamente moldada de acordo com as necessidades da produção agrícola. Os colonos se apropriaram do método de cultivo utilizado pelos povos indígenas, porém sem conhecer o método de forma integral, acabaram não tendo êxito.

Via de regra, essas sociedades possuem um sistema produtivo que as definem como sociedades horticultoras de floresta tropical. Também conhecido como horticultura de coivara, é um sistema agrícola que consiste na abertura de pequenas roças por meio da técnica de derrubada, corte e queima de áreas de floresta virgem. No ciclo de trabalho que caracteriza essa atividade, descrito por diversos autores em diferentes sociedades da floresta tropical (Carneiro, 1985; Friel, 1959; Leacock, 1964; Menéndez, 1989), primeiramente se corta o mato miúdo que descansa por um certo período até secar. Seco, começa-se à derrubada das árvores que se processa em uma espécie de dominó. Após a mata ter descansado por um bom período são feitas as queimadas, após a qual se processa a coivara que consiste no ajuntamento e pilhagem de ramagens e pedaços de troncos que ainda não foram inteiramente queimados, em cima de troncos mais grossos ainda fumegantes, ateando-se fogo novamente (Mano, 2006, p. 151).

Ao se apropriarem do método de cultivo indígena, os colonos desconsideraram o fator de rotatividade utilizado por esses povos. Esse método é eficaz para um cultivo feito por povos nômades que não se estabeleciam por muitos anos em um mesmo local, ao implementar essa técnica em um terreno de uso intensivo o solo sofre um esgotamento, tornando esse solo improdutivo e transformando esse ambiente.

Os habitantes iniciais dessas áreas eram, em sua maioria, os indígenas que habitavam a região. Com a chegada dos colonos, muitos foram expulsos ou escravizados para trabalhar nas propriedades agrícolas. Em alguns casos, esses indígenas se uniram aos colonos, formando comunidades mistas, mas em outros foram obrigados a deixar suas terras e suas culturas. No melhor cenário eram coagidos a venderem suas terras por preços irrisórios.

Com a criação do Caminho Novo a partir do século XVIII, Juiz de Fora começou a ser um ponto importante no caminho que ligava o Rio de Janeiro às minas de ouro de Minas Gerais. Foi nesse período que se iniciou o processo de urbanização da região, com a construção de postos de abastecimento. Os postos do Caminho Novo eram importantes pontos de parada localizados na estrada e tornaram-se fundamentais para o transporte de

ouro e mercadorias entre as duas regiões e, por isso, se tornaram pontos comerciais de grande importância. Além de servirem como locais de comércio, também ofereciam serviços para os viajantes, como alimentação, descanso e troca de cavalos. Eram construídos em locais estratégicos, em média a cada 30 km, para que os viajantes pudessem percorrer a estrada com mais segurança e conforto.

Os postos eram mantidos pelos proprietários das sesmarias, que cobravam dos viajantes pelo uso dos serviços oferecidos. Com o tempo, surgiram vilas e cidades ao redor desses postos, que se desenvolveram e se tornaram importantes centros urbanos e comerciais. Também foram fundamentais para a integração do Brasil colonial. Através dessa estrada, que foi construída em meados do século XVIII, foi possível conectar o Rio de Janeiro às minas de ouro, permitindo o transporte de mercadorias e pessoas, e facilitando o desenvolvimento econômico e social da região.

Ao contrário das regiões vizinhas, como Ouro Preto e Mariana, no século XVIII a economia da região de Juiz de Fora, e da Zona da Mata mineira como um todo, foi baseada principalmente na atividade agrícola, em contraposição à extração mineral que predominava no restante de Minas Gerais. Isso se deu em virtude da utilização dos recursos naturais da terra na região, o que permitiu o desenvolvimento de uma agricultura produtiva. Como resultado, surgiram vilas na região, como a própria Juiz de Fora, que se beneficiaram do crescimento econômico e social decorrente dessa atividade.

É bem verdade que a atividade agrícola e a atividade mercantil eram ainda muito incipientes se comparadas à região mineradora. Contudo, foi em torno desses pequenos núcleos que se desenvolveram, no século XIX, cidades como Juiz de Fora e Matias Barbosa. Logo, ignorar a presença daquele tipo de atividade econômica assim como a relevância destas para o povoamento e a consequente colonização da área é, em nosso entendimento, ignorar as raízes que caracterizam essencialmente qualquer tipo de povoamento e de colonização (Lamas, 2006, p. 2).

As sesmarias localizadas às margens do Caminho Novo tinham uma função mais ampla do que apenas servir como pontos de parada no caminho para as minas. Além de oferecerem um lugar de descanso aos bandeirantes em suas viagens, essas propriedades também serviam como fonte de sustento. Compostas por lavouras, as sesmarias também contavam com outras estruturas úteis, como o pouso, uma construção simples que servia como abrigo, as casas-fortes, usadas como verdadeiros cofres para as riquezas, e uma capela. Ao longo do tempo, muitos colonos se estabeleceram às margens do Caminho

Novo, incluindo uma das sesmarias que mais tarde se transformaria na atual cidade de Juiz de Fora em finais do século XVIII.

O Guarda-Mor Garcia Rodrigues Pais já estava em sua sesmaria da Paraíba, no lugar atual da cidade. A sua casa estava à margem esquerda do rio, e as plantações empregavam cem homens. À direita havia a venda e o rancho para os tropeiros. Pouco adiante ficava Simão pereira de Sá, depois o Coronel Matias Barbosa da Silva, depois o Alcaide-Mor Tomé Correia e Manuel de Araújo, entre cujas sesmarias floresceu mais tarde Juiz de Fora (Mercadante, 1973, p. 39).

Antes de aprofundarmos nossa análise sobre a ocupação da região em foco, torna-se necessário estabelecer a definição do conceito de paisagem adotado neste estudo. Conforme destacado por Binford (1982), a compreensão do passado requer uma compreensão da paisagem em que os eventos ocorreram. A paisagem, neste contexto, pode ser concebida como uma construção material que encapsula informações relevantes acerca da estrutura e organização de ocupações passadas, as quais desempenham um papel análogo a documentos históricos (cf. Kormikiari, 2000, p. 9). É importante ressaltar que as paisagens são entidades dinâmicas, sujeitas a transformações ao longo do tempo. Em virtude disso, cada comunidade e geração imprime sua própria perspectiva cognitiva sobre um ambiente antropogênico que se caracteriza pela interconexão de sua morfologia e arranjo, resultando em uma significativa coesão e sentido intrínseco (Anschuetz; Wilshusen; Scheick, 2001, p. 161).

The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area is the medium, the cultural landscape is the result. Under the influence of a given culture (...) (Anschuetz; Wilshusen; Scheick, 2001, p. 164).²

A paisagem pode ser compreendida como o resultado da interação entre a ação humana e o ambiente em que ela ocorre, apresentando distintas configurações de acordo com a localidade e a população que ali reside. Isso decorre do fato de que, invariavelmente, ocorre uma apropriação do espaço, acompanhada por transformações significativas. Sob essa perspectiva, as paisagens tidas como "naturais" já não podem ser consideradas verdadeiramente intocadas pelo homem. A paisagem, portanto, não se

² Tradução livre da autora: A paisagem cultural é criada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura atua como agente, a área natural serve como meio, e o cenário cultural é o resultado. Sob a influência de uma cultura específica (...).

restringe a um espaço meramente natural ou a uma característica do ambiente natural. Ela representa, na realidade, um conjunto de espaços moldados por grupos humanos que, ao alterarem o ambiente natural, buscam atender às necessidades de sobrevivência, estabelecer ordem e criar estruturas sociais (Jackson, 1999).

As investigações arqueológicas devem transcender os espaços demarcados como assentamentos, para atender aos espaços territoriais amplos, ou seja, a paisagem arqueológica, percebida e compreendida pela sociedade que a ocupou cujas características são o resultado de fatores naturais e/ou humanos e suas inter-relações (...) (Criado Boado, 1991, p. 06).

As diferentes ocupações dessa região agiram na paisagem de formas totalmente distintas. Enquanto os indígenas se integravam ao meio, considerando-os como parte da paisagem e assim se preocupando em utilizar os recursos, mas também preservar aquele *habitat*; os colonizadores, por outro lado, diferente dos indígenas, enxergavam o mesmo espaço como um local apenas a ser explorado. A análise da história da ocupação da Zona da Mata em Minas Gerais visa aprofundar nossa compreensão das complexas relações entre seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, destaca-se o contraste entre duas perspectivas antagônicas em relação ao território. A primeira delas, adotada pelos povos indígenas, ainda que frequentemente negligenciada na História nacional, possuía uma concepção de sociabilidade com o mundo natural. Apesar de interagirem e modificarem o meio ambiente, os povos indígenas realizavam um manejo preservacionista. Por outro lado, a segunda perspectiva, típica dos colonizadores, objetificava a natureza, estabelecendo uma relação primordialmente exploratória dos recursos. Essa atitude resultou em impactos irreversíveis nos ecossistemas regionais, resultando na extinção de inúmeras espécies de animais e plantas, além das próprias comunidades que residiam na área, resultando em uma transformação significativa na paisagem.

Por fim, outro fato que é importante ser destacado é que as fontes etno-históricas afirmam a existência de comunidades do tronco linguístico macro-jê na região da Zona da Mata Mineira; nesse caso, em especial na região de Juiz de Fora, excluindo as populações do tronco linguístico tupi-guarani. Porém como veremos nos próximos capítulos, o mapeamento arqueológico da Zona da Mata Mineira vem comprovando a existência de populações de origem Tupinambá nessa região, indicando a presença de povos do tronco linguístico tupi-guarani concomitante aos de origem macro-jê, levantando assim diversos questionamentos a respeito dessa ocupação pretérita.

1.3 O papel central da região de Juiz de Fora para a história do Brasil

Os Sertões do Leste foram de extrema importância nos séculos XVII e XVIII no contexto colonial brasileiro. A região, situada entre a Serra do Mar e o Rio Doce, abrigava grandes áreas de Mata Atlântica, vistas como barreiras naturais pela Coroa Portuguesa, que proibiu o desbravamento dessas áreas, principalmente após a descoberta do ouro em Minas Gerais. A preocupação era de que a região pudesse ser utilizada como rota de fuga para os garimpeiros, que poderiam tentar evitar o pagamento dos impostos reais sobre o ouro extraído.

Outro ponto de grande importância foi o Caminho Novo, que ligava a cidade do Rio de Janeiro a Ouro Preto, em Minas Gerais. Ao longo do Caminho Novo foram construídos diversos pousos, que serviam como locais de descanso e abastecimento para viajantes e mercadores.

O viajante com destino às minas, ao longo do rio São Francisco, encontrava água em abundância, farinha em quantidade, carnes de toda espécie, frutas, laticínios, cavalos para se transportarem, pastos para as cavalgadas e casas para se recolherem sem risco de ataque de tapuias, pois as tribos que habitavam a região do rio das Velhas foram rapidamente dizimadas, logo nesses primeiros anos de descobertas (Ferreira, 2002 p. 47).

Sua localização estratégica foi fundamental para o desenvolvimento da Colônia. A região era importante rota de comércio entre as regiões produtoras de ouro e os portos, onde os produtos eram exportados para Portugal e outros países europeus. A presença de estradas e rios navegáveis facilitou o transporte de mercadorias, tornando a região um importante corredor comercial.

Porém, a região não deve ser vista apenas como um mero ponto de conexão entre a Minas Gerais aurífera e a capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, já que havia uma atividade econômica importante e diferente do restante da região - a agricultura - que a distinguiu da região de mineração e auxiliou o contínuo desenvolvimento dessa área mesmo após o declínio do ouro.

A economia da região era baseada na agricultura e na pecuária, com destaque para o cultivo de açúcar e a criação de gado leiteiro. A Zona da Mata foi responsável por uma grande parte da produção de açúcar no Brasil Colônia, especialmente durante o século

XVIII. Com o declínio da mineração de ouro em Minas Gerais, muitos mineradores migraram para a região da Zona da Mata, em busca de novas oportunidades.

No final do século XVIII, à medida que a produção de ouro diminuía, as atividades agropecuárias ganhavam destaque econômico, especialmente em regiões de fronteira com a mineração, como a Zona da Mata. Nestas áreas, as populações originárias das zonas centrais de exploração aurífera migravam, trazendo consigo não apenas sua experiência na mineração, mas também os recursos acumulados ao longo das gerações através da atividade extrativista. Um exemplo disso é a fundação do povoado de Santo Antônio do Paraibuna, conhecido hoje como Juiz de Fora, que acolheu essas famílias, cujas conexões com o ouro estavam cada vez mais remotas, concentrando-se agora na produção agropecuária.

Enquanto o declínio da mineração ocorria, a prosperidade do café atraía os produtores para a região da Zona da Mata. Aproveitando sua localização estratégica, Santo Antônio do Paraibuna investiu no cultivo do café, utilizando tanto os recursos acumulados e herdados da era áurea quanto os trazidos pelos novos habitantes, provenientes das áreas mineradoras. Gradualmente, o povoado consolidou os interesses e a riqueza da região, tornando-se o segundo maior polo cafeeiro do Brasil naquele período.

A Zona da Mata mineira foi fundamental para o desenvolvimento da economia agrícola e pecuária do país, e teve papel importante na rota de ligação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Apesar da proibição inicial da Coroa Portuguesa, a região foi desbravada e se tornou um polo importante de produção econômica.

Do ponto de vista preservacionista, a colonização tardia dos Sertões do Leste, possibilitou uma preservação ambiental e cultural significativa se comparado às demais regiões de Minas Gerais, tendo muitas áreas de mata atlântica tardiamente exploradas. Porém, como afirma Dean (2018), o avanço da espécie humana está diretamente ligado com a destruição das florestas e a chegada da agricultura dizimou a mata abundante que havia na região.

No âmbito cultural é possível citar a quantidade significativa de indígenas que habitavam essa área mesmo durante o século XVIII, resistindo às investidas e extermínios por parte dos bandeirantes e demais colonizadores, sendo possível encontrarmos até hoje nas cidades da Zona da Mata mineira os herdeiros e os legados desses povos.

Além disso, a Zona da Mata mineira também foi colonizada por diversos tipos de pessoas, sendo, por exemplo, dentre outros grupos, ocupada por bandeirantes, jesuítas, mineradores, agricultores e escravizados, além dos indígenas que ali já habitavam. A

diversidade étnica e cultural traz consigo uma riqueza de tradições, costumes e formas de expressão que contribuem para a identidade única de uma região. Essas diferentes influências se manifestam na culinária, na música, na arte e em muitos outros aspectos da vida cotidiana, criando uma tapeçaria cultural fascinante que enriquece a vida dos residentes locais.

Ademais, a diversidade é um motor de inovação e criatividade. Quando pessoas com experiências e perspectivas diversas trabalham juntas, elas tendem a gerar ideias mais criativas e soluções mais inovadoras para os desafios que enfrentam. A colaboração entre diferentes grupos étnicos e culturais pode levar a uma troca dinâmica de conhecimento e habilidades, impulsionando o progresso e o desenvolvimento da região como um todo. Essa mistura de culturas e povos contribuiu para a formação da identidade brasileira e para o desenvolvimento de uma sociedade diversa e multicultural.

É possível afirmar que os Sertões do Leste tiveram uma importância crucial nos séculos XVII e XVIII no contexto colonial, influenciando o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil colonial. A preservação ambiental e a resistência cultural dos povos indígenas, aliadas à colonização por diferentes grupos étnicos, são testemunhos da complexidade e da riqueza dessa região, que continua a influenciar o Brasil até os dias de hoje.

Em suma, os Sertões do Leste são mais do que simplesmente uma conexão entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro; são um microcosmo da diversidade e da vitalidade que caracterizam o Brasil. Sua importância histórica transcende o período colonial, deixando um legado duradouro que nos lembra da riqueza que surge quando diferentes culturas se encontram, interagem e prosperam juntas.

CAPÍTULO 2

RAÍZES ANCESTRAIS: OS HABITANTES ORIGINÁRIOS DE JUIZ DE FORA

Ao empreender uma análise das fontes históricas concernentes ao povoamento da região de Juiz de Fora e da Zona da Mata em sua totalidade, deparamo-nos com registros elaborados por viajantes naturalistas que exploraram essa demarcação em épocas distintas, como por exemplo Hans Staden, Spix e Martius. Além dos relatos dos viajantes, fontes secundárias produzidas por historiadores, antropólogos e acadêmicos afins também tiveram o propósito de desvendar a ascendência dos povos indígenas que habitavam esse território. Consoante o exposto no capítulo precedente, tais documentos convergem para considerações sobre a colonização da Zona da Mata mineira, a qual somente teve início no século XVIII com a introdução do Caminho Novo. Não obstante, os relatos, especialmente os depoimentos de memorialistas, indicam a presença de comunidades indígenas na área. Como argumenta Loures Oliveira (2006), esses grupos eram vagamente denominados como Tapuia, englobando os Puri, Coroado e Coropó. Acerca da nomenclatura Tapuia, Monteiro (1995 *apud* Mageste, 2012, p. 11) esclarece que os colonizadores empregavam tal designação para se referir aos indígenas que não mantinham interações recorrentes com os colonos e que residiam mais no interior do país, em oposição aos Tupi do litoral brasileiro.

Os Tapuia e os Tupi, além de divergências culturais, exibiam distintas características, entre as quais se destaca a produção material, um aspecto de suma importância para a compreensão do povoamento da região de Juiz de Fora. Nesse cenário, o Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira, que será detalhado posteriormente, identificou nos sítios examinados a presença de cerâmica relacionada à tradição Tupiguarani. A tradição arqueológica em questão engloba, por exemplo, os Tupinambá, que até então não eram considerados habitantes desse território. Por outro lado, os Puri, Coroado e Coropó, mencionados nos relatos memorialistas, manifestavam um distintivo legado ceramista associado à tradição Una (Luft, 1999). Esta informação contradiz as interpretações históricas previamente formuladas, mas concorre para uma compreensão mais abalizada da ocupação da região em análise.

Um outro fator de considerável relevância é apresentado por Loures Oliveira (2006), que identifica, na área sob investigação, a manifestação de uma seletividade da memória. Nesse contexto, emerge a ideologia de supressão do elemento indígena,

transmitida de maneira quase imperceptível entre as gerações, preservando somente as raízes ancestrais europeias e africanas, enquanto retratam os indígenas como figuras malévolas. Além disso, é notável a generalização das diversas etnias que contribuíram para a formação daquela região, simplificando-as sob o termo Puri.

2.1 Uma jornada pela cultura Puri e Tupinambá

As sociedades indígenas – e suas respectivas culturas – são antigas, sim, mas nunca estiveram “paradas no tempo”, como muita gente pensa. Tanto as sociedades quanto às culturas indígenas passam por transformações. Elas têm, também, a sua história. Uma história marcada pelos contatos e dificuldades que tiveram no confronto com outros povos. Uma história marcada pelos territórios que percorreram, que conquistaram, e que perderam (Silva, 1993, p. 10).

Silva (1993) oferece uma perspectiva fundamental para desafiar a visão estática e simplificada que muitas vezes é atribuída às sociedades indígenas. Ao destacar que essas sociedades e suas culturas estão em constante evolução, o autor nos lembra da complexidade e da dinâmica intrínseca às experiências indígenas ao longo do tempo. É essencial reconhecer que as sociedades indígenas têm suas próprias histórias, moldadas por uma série de interações e influências, incluindo contatos com outros povos e as transformações resultantes dessas interações. Além disso, ao mencionar os territórios percorridos, conquistados e perdidos, a citação ressalta a relação profunda das sociedades indígenas com a terra e a importância da territorialidade em suas histórias. Essa relação é muitas vezes central não apenas para sua subsistência material, mas também para sua identidade cultural e sua visão de mundo.

Antes de nos aprofundarmos no processo arqueológico que conduziu a essa recente descoberta relativa às ocupações do passado, é imperativo que compreendamos de maneira integral as divergências entre essas comunidades indígenas, a fim de contextualizar de forma mais abrangente o intrincado processo de assentamento na região de Juiz de Fora.

Na região em questão, dois principais troncos linguísticos se fazem presentes: o Tupi e uma língua isolada, o Puri-Coroado. Uma análise pormenorizada das diferenças entre estes troncos, abordando tanto suas peculiaridades linguísticas quanto suas distintas

manifestações arqueológicas, focalizando aspectos como a cerâmica produzida, as habitações e os costumes, se faz imperativa.

2.1.1 Tupinambá

Conforme Rodrigues (2001) reporta, o tronco linguístico Tupi abrange uma ampla área geográfica no Brasil, com ocorrências registradas desde o Amapá e o norte do Pará, atravessando o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estendendo-se pelo litoral atlântico, chegando a Rondônia, além de se estabelecer nos principais afluentes meridionais do rio Amazonas, como o Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins e Araguaia. Este tronco é composto por dez famílias linguísticas, entre as quais se reconhece um denominador originário comum. Tais famílias, embora geneticamente relacionadas em nível distante, são agrupadas como um conjunto de conjuntos, denominado tronco linguístico, sendo o caso específico o tronco Tupi. Dentre essas dez famílias, o grupo Tupi-Guarani se destaca, subdividindo-se em oito subgrupos, entre os quais se incluem os Tupinambá. Dentro da região em estudo, vestígios de ocupação Tupinambá foram identificados, situando-se, portanto, no âmbito deste tronco.

Pesquisadores como Ana Paula Loures Oliveira, Leandro Mageste e Ângelo Alves Corrêa têm dedicado esforços ao estudo dos sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira, comparando cerâmicas encontradas na região com algumas encontradas no Rio de Janeiro, identificando padrões e semelhanças entre os sítios arqueológicos estudados. Com base em seus estudos, afirmam que os sítios arqueológicos mapeados pelo programa de arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF) têm origem Tupinambá.

Essa afirmação encontra suporte nos relatos de Anchieta ([1554-1594] 1933), que descreve a interação dos Tupinambá que habitavam a região do Rio de Janeiro com grupos localizados até 300km para o interior, incluindo a Zona da Mata mineira. Vieira ([1608-1697] 1928) também menciona grupos Tupinambá nos sertões do Rio de Janeiro, que correspondiam ao interior de Minas Gerais. Portanto, podemos inferir a presença dos Tupinambá na Zona da Mata mineira, especialmente na região de Juiz de Fora, por meio dos sítios arqueológicos Emílio Barão e Teixeira Lopes.

Segundo Fausto (1998), a estrutura social dos Tupinambá estava estruturada em torno de aldeias e comunidades que incluía várias famílias. Unidades sociais maiores do que os grupos locais operavam em um formato de organização em rede. As aldeias eram conectadas umas às outras, formando conjuntos chamados de "multicomunitários", caracterizados por limites flexíveis e a ausência de uma autoridade central.

Sobre a estrutura de liderança, Fausto (1998) discorre que esse grupo apresentava um caráter difuso, semelhante à organização das unidades sociais. Dentro de cada maloca em uma aldeia, havia um indivíduo reconhecido como "principal", alguém que havia conseguido reunir uma ampla rede de parentes ao seu redor. O processo de formação das unidades residenciais dependia da habilidade de um homem em atrair o maior número possível de genros, enquanto simultaneamente mantinha alguns de seus filhos do sexo masculino. Porém, além de ser o chefe da maior família, deveria ser um guerreiro experiente e chefe de um grupo de combatentes.

Temos como exemplo a figura icônica de Cunhambebe (Figura 3), o famoso tupinambá que residia nas proximidades da baía de Angra dos Reis. Hans Staden, que teve a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, o descreveu como um "principal de linhagem idêntica aos demais", destacando-se, principalmente, por sua notoriedade no âmbito guerreiro.

Figura 3 – Famoso Tupinambá Cunhambebe



Fonte: Carlos Fausto, *Fragmentos de História e Cultura Tupinambá*, 1998, p. 382.

Ademais, essa sociedade seguia um modelo matrilinear, no qual a linhagem e a herança eram traçadas por meio da linhagem materna. A agricultura desempenhava um papel crucial na subsistência deste povo, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão, batata-doce, entre outros vegetais. Importante ressaltar que a prática agrícola era realizada de forma coletiva, com as tarefas compartilhadas entre os membros da comunidade. A pesca também desempenhava um papel relevante, favorecida pela proximidade dos corpos d'água onde se estabeleciam, sendo eles ainda exímios navegadores.

Em âmbito cultural, os Tupinambá se expressavam através de manifestações artísticas, danças, músicas e rituais. Se destacavam na produção artesanal, incluindo cerâmica, cestaria e artefatos decorativos. Suas celebrações e festividades eram enriquecidas com elementos musicais, danças e cânticos.

Outro aspecto de sua cultura era o nomadismo. Segundo Assis (1996), os Tupinambá tinham o hábito de trocarem o local da área residencial em períodos regulares de tempos em tempos, com diferentes motivações para tal mudança. Conforme relato de

Léry, “E se lhe perguntarmos porque mudam tão frequentemente, respondem apenas que passam melhor trocando de ares e que se fizessem o contrário de seus avós morriam depressa” (Léry, 1961. p. 254). Segundo Abbeville, “Assim fazem, segundo afirmam, pela única razão de terem feito os mesmos seus antepassados. Por outro lado, alegam que a mandioca e a batata com que se alimentam se comprazem de terras novas e produzem mais” (Abbeville, 1614, p. 222).

A guerra também era algo muito presente na sociedade Tupinambá, vista como uma forma de vingança. Segundo Staden (1974), a captura de prisioneiros era prática valorizada, os quais poderiam ser posteriormente sacrificados e consumidos em rituais religiosos.

O estudo sobre os Tupinambá e sua complexa sociedade revela a profunda interconexão entre sua cultura, estrutura social e relação com o ambiente que habitavam. Os vestígios arqueológicos, combinados com as observações de exploradores como Hans Staden, fornecem um vislumbre das nuances dessa civilização.

2.1.2 Puri

O outro tronco linguístico presente na região da Zona da Mata é o Puri-Coroado, que por muito tempo foi erroneamente associado ao tronco Macro-Jê. Estudos recentes, no entanto, demonstraram que esses grupos não se encaixam nesse tronco ou em qualquer outro tronco conhecido. Conforme afirmado por Ramirez, Vegini e França (2015), eles pertencem a uma língua isolada, designada como Puri-Coroado. Segundo Raial Puri (2016), dentro dessa língua dois grupos distintos se delineiam: os Puri e os Coroado. Sendo ainda os Puri também denominados Telikong ou Paqui, subdividido em no mínimo três subgrupos: Sabonan, Uambori e Xamixuna. Ambos os grupos foram documentados na região de Juiz de Fora, conforme narrativas de viajantes como Spix e Martius em *Viagem pelo Brasil* (1817-1820):

[...] os humanitários esforços no trato do capitão Marlière, especialmente aos coroados, têm produzido os mais vantajosos resultados. Habita essa nação a bacia do rio Xipotó, que, por isso, e também chamado Xipotó dos coroados, entre as duas serras, da Onça e de São Geraldo. Calcula-se o seu número em mais de dois mil; entretanto, nos últimos anos, muitos morreram por doença, sobretudo disenteria. Os puris, seus inimigos, que, excetuando uma pequena

parte no rio Pardo e no rio Paraíba, ainda não reconhecem a soberania dos portugueses, são mais numerosos, montando provavelmente a cerca de quatro mil almas. Eles habitam a encosta oriental da serra da Onça e as matas ao norte do rio Paraíba, e estendem as suas incursões ao rio Doce, onde às vezes travam luta com os botocudos antropófagos, que ali habitam. [...] (Spix; Martius, 2017, p. 316).

Persistem ainda lacunas e incertezas que merecem ser abordadas, uma vez que os relatos que têm sido objeto de investigação frequentemente adotam abordagens generalizadas ou geram confusões acerca das etnias específicas às quais pertencem os índios nelas mencionados. O grupo étnico denominado Coroados, por exemplo, surge nos registros como mantendo notável afinidade com os Puri, o que tem levado muitos pesquisadores a se referirem a esses agrupamentos indígenas de maneira conjunta como Puri-Coroados, conforme a exposição feita por Scaramella (2011). Este contexto suscita a necessidade de investigações adicionais para elucidar os enigmas e limitações que permeiam nossa abordagem.

Os Puri, juntamente com os Coropó, estabeleceram residência na Zona da Mata Mineira durante o período colonial, sendo-lhes geralmente associada a ocupação indígena da região. Entretanto, essa caracterização abrangente dificulta a precisa demarcação entre os Puri e os Coroados, uma vez que os colonizadores também se referiam aos Puri como Coroados. Este fenômeno é notável, por exemplo, no relato do corsário Knivet (1906) ao abordar os Puri na área de São Paulo. Conforme Knivet, esses indígenas eram catalogados como Tapuia, distinguidos dos Tamoio e Tupinambá, sendo uma comunidade pacífica que não praticava o canibalismo. O corsário também delineou seus costumes, destacando o repouso em redes e a alimentação baseada em pinhões.

Adicionalmente, Spix e Martius, ao se depararem com uma aldeia contendo indígenas de diversas etnias em Areias no ano de 1817, afirmaram que:

Não sabendo os Portugueses distingui-los uns dos outros, deram-lhes o nome de Coroados, porque eles costumam raspar o topo da cabeça, só deixando uma coroa de cabelo [...]. Atualmente, a sede dos Coroados é nas margens do Rio Pomba, um tributário do Paraíba [...]. Restos da mesma nação são também os que moram, juntos, na aldeia de Valença [...], entre o rio Paraíba e o rio Preto (Spix; Martius, 2017, p. 148).

Neste estudo, devido às complexidades já mencionadas na diferenciação entre os grupos Puri e Coroados, iremos direcionar nossa análise especificamente para a investigação dos Puri. A decisão de focar apenas nos Puri se justifica pela necessidade de

uma abordagem mais aprofundada e precisa para entender a história, cultura e impacto desses indígenas, considerando que suas identidades muitas vezes se entrelaçam com a dos Coroados, tornando a distinção uma tarefa desafiadora. Ao concentrarmos nossos esforços na pesquisa dos Puri, esperamos proporcionar uma compreensão mais completa e esclarecedora desse grupo indígena e, por conseguinte, contribuir para o avanço do conhecimento sobre sua importância histórica e cultural.

Os traços etnográficos foram documentados por naturalistas e viajantes, como Spix e Martius (2017), cujas observações retrataram os Puri no decorrer do século XIX. Esses viajantes afirmam que eram habilidosos pescadores e nadadores, de estatura moderada, com cabelos que se estendiam até os ombros, pele de tonalidade escura - características que os identificaram como "negros da terra" ou "negros Puri" -, pés amplos e dedos proeminentes, derme de textura suave, destituída de pelos nas axilas e no peito, traços faciais abertos, além de uma boca e nariz de proporções diminutas. No contexto da Figura 4, apresentamos um delineamento representativo da imagem que então prevaleceu em relação aos Puri.

Figura 4 – Registro colonial do povo originário Puri



Fonte: Johann Moritz Rugendas, 1835. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1835, p. 125.

Lemos (2015) oferece uma perspectiva inicial sobre o padrão alimentar dos Puri ou Purus, embora ressalte a carência de registros substanciais sobre esse tema. Tais registros, em sua maioria, emanam de observadores que ancoraram suas descrições em suas próprias culturas, possivelmente deixando passar despercebidos muitos elementos ou nuances. Aponta a cultura de cultivo de tubérculos entre os Puri, notadamente milho, que era consumido ainda em sua fase imatura, assim como mandioca, inhame e batata-doce. Os procedimentos de cocção desses alimentos eram pautados por técnicas como espetar e expor ao fogo, ou escavar um buraco, acender uma fogueira, extinguir as chamas, introduzir animais ou tubérculos, cobrir com folhas e terra e então reacender uma fogueira sobre a cobertura. Após alguns minutos, a refeição estava pronta para consumo. Segundo o historiador, frutas como goiaba, banana, abacaxi, mamão e coco faziam parte do repertório alimentar, com destaque para a sapucaia, pinhão e a abóbora. Estas últimas, além de servirem como alimento, tinham suas cascas utilizadas para propósitos domésticos.

Além disso, Lemos (2015) desvela que os Puri se notabilizavam por caçar uma variada gama de animais, incluindo macacos, aves, cutias, antas, pacas e veados, cuja preparação consistia em assá-los, englobando inclusive a pele. No contexto dessa dieta, os macacos podem ter igualmente desempenhado um papel no cenário simbólico, com registros de algumas instâncias em que eram mantidos como "animais de estimação", até mesmo empregados em transações com os colonos. O autor também elucida o papel dos papagaios como animais de companhia e moeda de troca, adiciona que há relatos de consumo de pelo menos uma espécie de inseto, a larva ou "bicho da taquara".

Do espectro botânico, Lemos (2015) explicita que o mel era uma parte integrante da dieta Puri, sendo colhido de colmeias de diversas espécies de abelhas presentes na densidade da floresta. Tanto o mel quanto a cera de abelha se prestavam a ser moedas de troca com a sociedade luso-brasileira.

Complementando esses aspectos, Soares (2009, p. 239) destaca a relevância do coquinho da Palmeira Ariri na alimentação Puri, afirmando que eles possuíam um conhecimento profundo da natureza, das espécies animais, vegetais e ervas, demonstrando um domínio minucioso sobre cada um desses componentes. O reforço do apreço dos Puri pelo conhecimento ecológico da fauna e flora é também reiterado por Lemos (2004), que ressalta sua notável habilidade em nomear uma diversidade de espécies e sua compreensão da ecologia dos animais.

No contexto de suas manifestações culturais, Soares (2009, p. 239) relata que os Puri eram conhecidos por sua atuação em cantos e danças, e pelo uso da pigmentação de urucum para ornamentar a pele, o que incluía a criação de variados símbolos, cada um com um significado específico para as distintas situações. Esse embelezamento, ademais, tinha uma função prática como protetor solar. Além disso, eram propensos a ornamentar-se com bijuterias confeccionadas a partir de sementes e dentes de espécimes faunísticas e também faziam uso de adereços e botoques nas orelhas e lábios. Tais adições ao vestuário transcendiam sua natureza meramente decorativa, uma vez que possuíam conotações importantes, sendo considerados elementos de valor em termos de proteção contra possíveis ataques e doenças, entre outros propósitos (Lemos, 2015, p. 10).

Os cantos e danças desempenhavam um papel saliente na esfera cotidiana dos Puri, representando um meio de expressar elementos de sua vida diária, crenças e valores intrínsecos, como a reverência pela lua. Segundo Lemos (2015, p. 15), o próprio ciclo temporal era vinculado às fases lunares, sendo que as mulheres evitavam dar à luz em noites de lua cheia. Além disso, cerimônias marcavam os eventos de nascimento e óbito, assim como festividades eram celebradas por motivações relacionadas a colheitas, de acordo com observações de Spix e Martius (*apud* Scaramella, 2011).

Conforme conta a ONG Puris, no aspecto religioso, eles professavam crenças em um ser de grande poder que os acompanhava, contando com "pajés" que desempenhavam funções religiosas, curativas tanto no âmbito físico quanto espiritual, além de conduzirem rituais. Esses "pajés" eram os principais guardiões das tradições culturais da comunidade. Também acreditavam na existência de feitiçaria, sendo reconhecidos como proficientes feiticeiros. No âmbito de suas práticas religiosas, várias composições musicais eram dedicadas em louvor ao sol e às estrelas. Os ritos funerários, conforme elucidado por Lemos (2016), envolviam a deposição dos falecidos em vasos de argila, dispostos junto a árvores, ou enterrados dentro de suas moradias uma prática que resistiu à substituição pelos rituais católicos.

No que concerne às aptidões artesanais, o povo Puri demonstrava um domínio das técnicas. A destreza na construção de arcos altamente resistentes se destacava. Como Lemos (2016) menciona, existiam três categorias distintas de flechas: a "puêrê", uma de pelotas empregada para a caça de aves, a "miren lim", confeccionada com taquara e utilizada para a caça geral, e a "curixa", dotada de farpas, destinada a conflitos e autodefesa.

Segundo Soares (2009), outra prática habilmente dominada por eles era a confecção de redes. Confeccionavam redes com a fibra extraída da embaúba, assim como produziam cestos espaçosos a partir das folhas verdes das palmeiras, que eram carregados nas costas por meio de uma alça presa à testa, servindo tanto para transportar crianças quanto alimentos. Utilizavam a argila para confeccionar panelas e potes, enquanto o barro cozido dava origem à colheres, pratos, potes e uma série de objetos com diversificadas formas. Suas habilidades se estendiam à transformação da taquara e da madeira.

Cada um dos grupos apresentados possuem características linguísticas, culturais e sociais únicas, evidenciando a diversidade dos povos indígenas que ocuparam a região ao longo da história e mostrando a quão rica e complexa se deu essa ocupação.

2.2 Arqueologia na Zona da Mata mineira

Quando se aborda o contexto pré-colonial da região da Zona da Mata mineira é de fundamental importância destacar o substancial impacto que o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF) exerceu na área, por meio da sua participação no empreendimento denominado Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira.

Conforme elucidado por Loures Oliveira e Monteiro Oliveira (2001), o projeto, em seu escopo geral, concentra-se primordialmente na identificação, registro e salvaguarda do legado arqueológico e cultural enraizado na Zona da Mata mineira. A concretização destes propósitos foi viabilizada através da subdivisão do projeto em uma série de subprojetos, os quais almejam, sobretudo a promoção do apreço pelas memórias locais, a conscientização acerca da relevância do patrimônio, a fomentação da criação e fortalecimento de instituições museológicas regionais, a análise da rica flora e fauna da região, o georreferenciamento de sítios arqueológicos, a promoção das potencialidades locais mediante estratégias orientadas para uma maior sustentabilidade, a capacitação de profissionais, entre outros aspectos.

O projeto foi instituído em 2000, firmou parcerias com as autoridades municipais a fim de assegurar a infraestrutura mínima necessária para a condução das atividades, com a finalidade de adquirir discernimento sobre a história pregressa da localidade. Além

dessas alianças, a iniciativa também recebeu o respaldo de organismos de pesquisa e extensão. Quanto à sua configuração, o núcleo central da proposta repousa sobre uma abordagem interdisciplinar, que visa alinhar a disciplina da Arqueologia em um diálogo contínuo com outras esferas de conhecimento, tais como a Antropologia, a História, a Geografia, entre outras.

O desfecho do projeto resultou na documentação de um conjunto total de vinte e três sítios arqueológicos, sendo dezoito de caráter pré-histórico e cinco com relevância histórica. Em relação à tipologia e configuração, a maioria dos sítios identificados pela equipe do MAEA-UFJF está localizada em topos de colinas, com altitudes variando entre 200 e 700 metros e declividades diversas. Esses sítios são classificados como assentamentos a céu aberto, lito-cerâmicos e unicomponenciais. Há também uma tendência de fixação em áreas próximas a rios, preferencialmente em locais com menos morros e próximos a corpos d'água navegáveis.

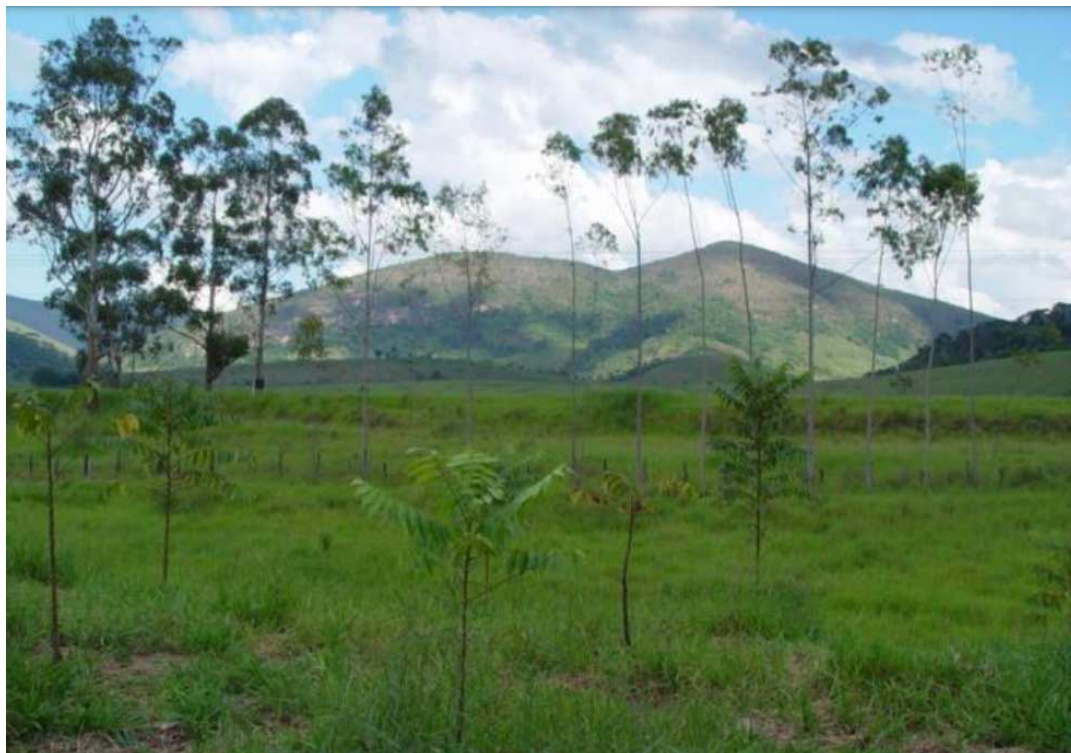
A cultura material encontrada nos sítios é relacionada à tradição Tupiguarani, a tradição cerâmica é um termo utilizado para designar uma tradição de produção de cerâmica que está relacionada a diferentes povos indígenas, como os guarani e os tupinambá, e é caracterizada por elementos estruturais comuns. Os vestígios foram, em sua maioria, descobertos a pouca profundidade (20 a 30 cm) e com estratigrafia frequentemente perturbada devido à intensa ação antrópica (Loures Oliveira, 2006).

No que diz respeito à cronologia, as datações absolutas disponíveis indicam que os ceramistas associados a esses sítios estiveram presentes ao longo de um período que abrange desde 1750 ± 200 a 230 ± 40 anos antes do presente. Dentre os sítios identificados, seis foram alvo de escavações detalhadas e foram minuciosamente estudados. Esses sítios são Emílio Barão e Teixeira Lopes, localizados em Juiz de Fora, que são os principais focos deste estudo; Primavera e Poca, situados na cidade de São João Nepomuceno; Mata dos Bentos, na cidade de Rio Novo; e por último, Córrego do Maranhão, localizado no município de Carangola (Loures Oliveira, 2006).

O sítio Teixeira Lopes (Figura 5) encontra-se na Fazenda Penalva, em Valadares, povoado de Rosário de Minas, uma subdivisão da cidade de Juiz de Fora. Sua localização situa-se a aproximadamente 100 metros da BR-267, com coordenadas geográficas de $23^{\circ}K$ $W=0643231$ m $S=7591618$ m e altitude de 678 metros (Mageste, 2017). A área é caracterizada por uma ligeira elevação em uma planície fluvial abrangendo cerca de 3 km², com suaves declives. Embora a topografia possa ter sido alterada no passado por terraplanagem, ainda são visíveis pequenas elevações com desníveis de 10 a 15 metros

nas proximidades. O rio do Peixe encontra-se a cerca de 500 metros de distância do sítio. Os primeiros vestígios arqueológicos nesse local datam de 1988, quando dois silos foram abertos, ocasionando danos à área do sítio. Essa intervenção revelou fragmentos de cerâmica e vasilhames parcialmente intactos (Figura 7), que na época foram doados ao Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana da UFJF (SAEA-UFJF).

Figura 5 – Local de implantação do sítio Teixeira Lopes



Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Figura 6 – Local de abertura dos silos



Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Figura 7 – Parte dos Fragmentos Cerâmicos doados ao SAEA, em 1988



Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

O sítio Emílio Barão (Figura 8), por sua vez, está situado a aproximadamente 100 metros das bordas da BR-267, em frente ao sítio Teixeira Lopes. Sua topografia é caracterizada por uma colina com formato semelhante a uma meia laranja. Devido à proximidade com o rio do Peixe, seu local é classificado como terraço aluvial, contendo brejos, nascentes, córregos e uma pequena cachoeira. A identificação do sítio Emílio Barão ocorreu durante atividades de campo realizadas no sítio Teixeira Lopes, que se encontra a menos de 500 metros de distância.

Figura 8 – Local de Implantação do Sítio Emílio Barão



Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Figura 9 – Concentração Cerâmica encontrada no Sítio Emílio Barão



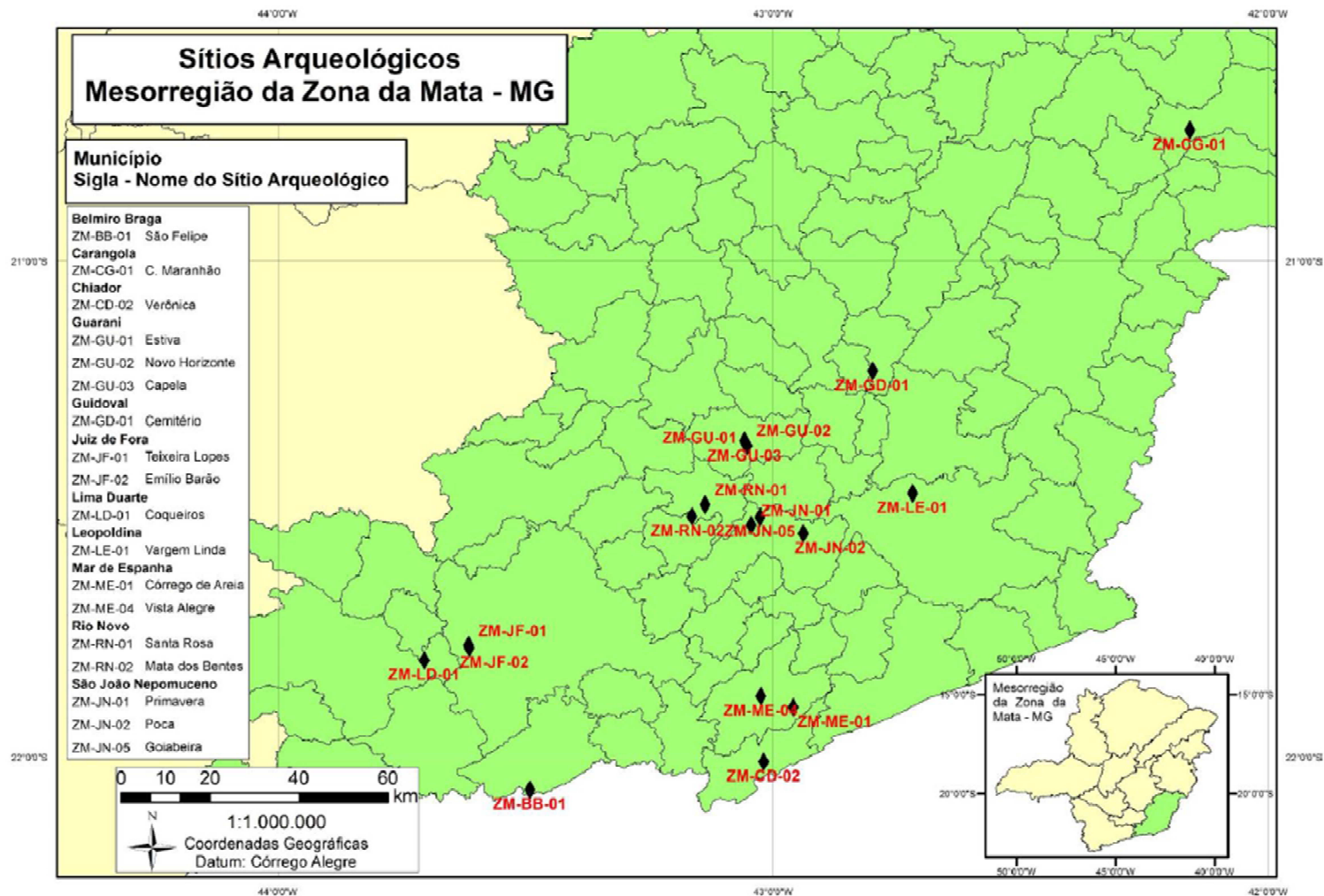
Fonte: ACERVO MAEA-UFJF.

Tabela 1 – Sítios pesquisados pela equipe MAEA-UFJF, na Zona da Mata mineira

Sítio	Município	Localização (UTM)	Altitude	Idade/ Amplitude temporal (AP)
Santa Rosa ZM-RN-01	Rio Novo	23K W=693099m S=7622591m	481 m	340 ± 140 (TL) 800±90 (TL)
Mata dos Bentes ZM-RN-02	Rio Novo	23K W=690224m S=7620010m	440 m	380±110 (TL) 1300±100 (TL)
Primavera ZM-JN-01	São João Nepomuceno	23K W=702618m S=7617899m	590 m	540±140 (TL) 800±350 (TL)
Poca ZM-JN-02	São João Nepomuceno	23K W=713452m S=7615863m	493 m	595±70 (TL) 920±280 (TL)
Goiabeira ZM-JN-05	São João Nepomuceno	23K W=704452m S=7619650m	415 m	-
Teixeira Lopes ZM-JF-01	Juiz de Fora	23K W=643259m S=7591633m	678 m	225±25(TL) 585±60 (TL)
Emílio Barão ZM-JF-02	Juiz de Fora	23K W=643391m S=7591053m	691 m	230±40 (C14) 590±60 (TL)
C. Maranhão ZM-CG-01	Carangola	23K W=796001m S=7704594m	780 m	350±50 (C14) 1750±200 (TL)
C. de Areia ZM-ME-01	Mar de Espanha	23K W=710869m S=7576992m	366 m	920±100 (TL)
Vista Alegre ZM-ME-04	Mar de Espanha	23K W=704130m S=7579562m	482 m	
Verônica ZM-CD-02	Chiador	23K W=704513m S=7564914m	270 m	-
Coqueiros ZM-LD-01	Lima Duarte	23K W=633980m S=7588374m	720 m	630±80 (TL) e 485±50 (TL)
Estiva ZM-GU-01	Guarani	23K W=701957m S=7635715m	490 m	485±50
Novo Horizonte ZM-GU-02	Guarani	23K W=701957m S=7635717m	488 m	-
Capela ZM-GU-03	Guarani	23K W=701470m S=7636695m	430 m	-
Cemitério ZM-GD-01	Guidoval	23K W=728484m S=7651729m	295 m	-
São Felipe ZM-BB-01	Belmiro Braga	23K W=655736m S=7559199m	480 m	-
Vargem Linda ²⁴ ZM-LE-01	Leopoldina	23K W=0736510m S=7624540m	259 m	-

Fonte: Mageste, *Entre estilo e função: o estudo do sítio Córrego do Maranhão*. Carangola-MG, 2012, p. 12.

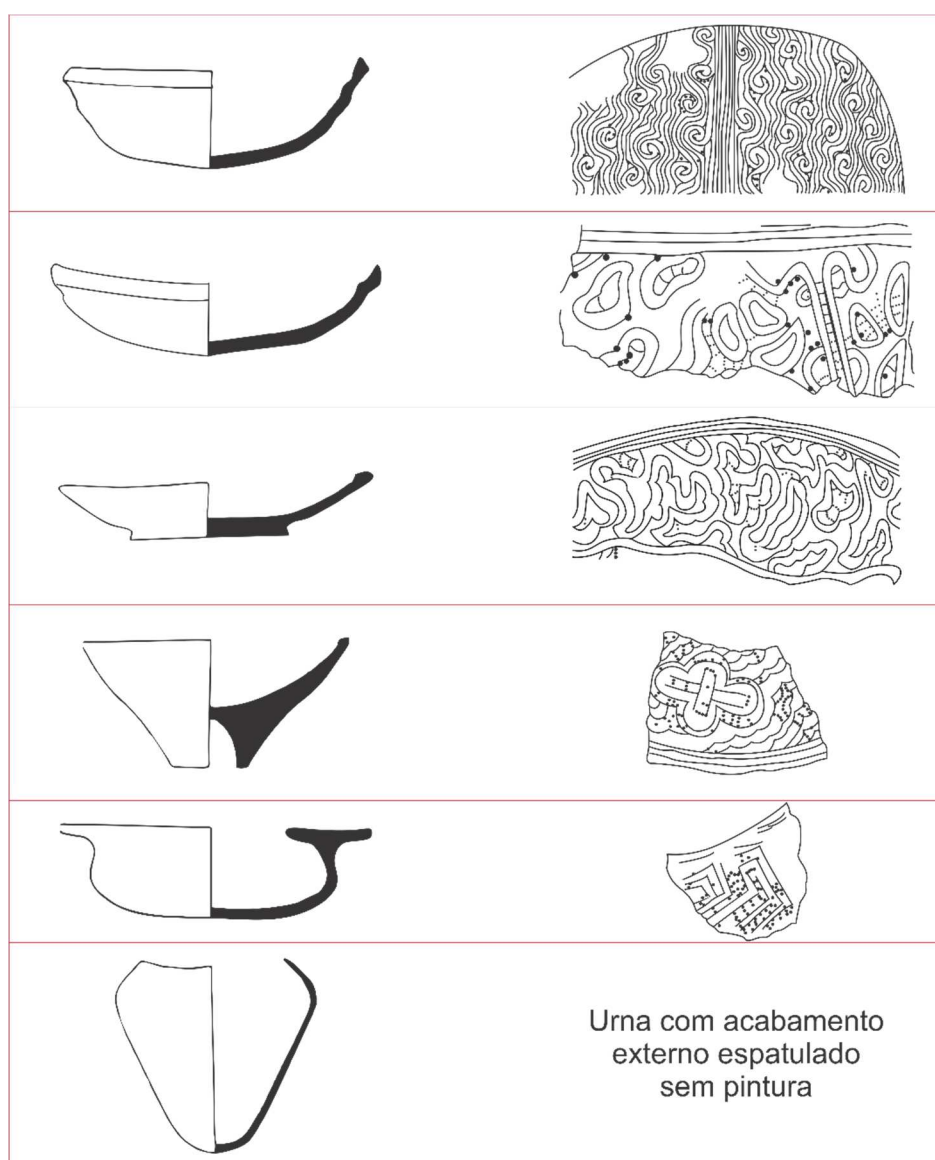
Figura 10 – Localização dos sítios pesquisados pela equipe MAEA-UFJF, na Zona da Mata mineira



Fonte: Mageste. *Cronologia e Variabilidade: os ceramistas tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama*, 2017, p. 116.

Os achados arqueológicos na Zona da Mata mineira delineiam uma narrativa discrepante em relação às narrativas históricas acerca da presença indígena nessa região (Figura 11). Os vestígios recuperados demonstram a presença de artefatos tecnológicos e morfológicos inerentes à tradição Tupi, em contraposição à ausência das características próprias das tradições Una e Aratu que, segundo a observação de Prous (1992), são caracterizadas por um elevado grau de desenvolvimento tecnológico, porém destituídas da ornamentação pintada ou complexa observada na tradição Tupiguarani.

Figura 11 – Formas e respectivas pinturas dos vasilhames do Sítio Teixeira Lopes em Juiz de Fora



Fonte: Produzido pela autora, baseado em Loures de Oliveira, 2006.

Desde o ano de 1838, conforme documentado por Noelli (1996), têm sido empreendidas pesquisas no Brasil com o desígnio de elucidar as origens dos grupos Tupi e suas sociedades, com ênfase na identificação das vias migratórias e dispersivas. Atualmente, um consenso acadêmico coalescente assinala para a existência de um ponto central de origem compartilhada, situado na região amazônica. Segundo a análise de Brochado (1984), a trajetória dos Tupinambá deriva da região do baixo Amazonas, trilhando o curso fluvial rumo ao litoral brasileiro, ao longo de um itinerário que se estende do norte ao sul. Tais fluxos migratórios, entretanto, relegaram significativa porção do estado de Minas Gerais a um estatuto alheio à suposta rota habitada por grupos Tupi de eras pré-históricas.

Contudo, as investigações arqueológicas conduzidas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) têm revelado resultados que remodelam essa narrativa. O *corpus* de evidências constata a coexistência da presença dos grupos Puri e aqueles que se inscrevem no tronco linguístico Tupi na região da Zona da Mata mineira, estendendo-se por um intervalo temporal de pelo menos dois séculos durante o período pré-colonial. Esta constatação é sustentada por análises de datação empregando a técnica de Termoluminescência, aplicada a fragmentos cerâmicos coligidos em escavações conduzidas pelo corpo de especialistas do Museu supracitado em sítios arqueológicos localizados nas localidades de Juiz de Fora, São João Nepomuceno e Rio Novo.

Adicionalmente, avaliações utilizando a técnica de Carbono-14 foram empreendidas sobre materiais provenientes de uma múmia encontrada na área da Pedra da Babilônia em Goianá, corroborando a sincronia temporal entre os grupos indígenas mencionados. O conjunto convergente de dados derivados dessas diversas abordagens de análise arqueológica reforça a compreensão de que, contrariando a perspectiva previamente estabelecida, as terras do interior do estado de Minas Gerais hospedaram a simultaneidade das comunidades Puri e grupos Tupi em um recuado passado histórico.

2.3 Arquitetura Indígena

Ao longo dos séculos XVI e XIX, os povos indígenas desempenharam papéis significativos no imaginário coletivo, tornando-se alvo de documentações, menções e

narrativas por parte de diversos agentes, como cronistas, naturalistas, memorialistas, viajantes, padres e colonos. Aqui buscaremos explorar os relatos que emergem dessa pluralidade de atores e perspectivas, enfocando o contexto temporal em que se inseriram. É essencial ressaltar que tais observadores se encontravam intrinsecamente vinculados à expansão do mundo ocidental, conforme identificado por Florestan Fernandes (1975), e suas interpretações eram invariavelmente moldadas por uma perspectiva etnocêntrica, profundamente enraizada em interesses coloniais.

Delineado por contextos individuais, cada agente que se envolveu na documentação dos povos indígenas produziu abordagens e ações distintas, frequentemente alinhadas com seus próprios objetivos e percepções circundantes.

Contudo, é crucial compreender que as descrições culturais legadas pelos observadores dessa época possuem limitações intrínsecas e, muitas vezes, causam confusões e erros na identificação precisa das diferentes comunidades indígenas.

Além disso, revelam uma apreensão restrita da complexa dinâmica que permeou a interação entre os grupos indígenas e o projeto colonial português, conforme evidenciado nas análises de Pacheco de Oliveira (1897).

Diante desse cenário de complexidade interpretativa, esta análise adotará uma abordagem crítica que busca examinar os relatos com atenção às suas nuances e limitações. Por meio dessa análise, almejamos oferecer um entendimento mais aprofundado da arquitetura indígena, destacando tanto a diversidade de perspectivas presentes nos registros históricos quanto os desafios inerentes à compreensão das formas arquitetônicas adotadas pelos povos indígenas diante das complexas dinâmicas coloniais.

2.3.1 Espacialidade e Arquitetura Tupinambá

De acordo com os relatos de Hans Staden (1988), a organização habitacional dos Tupinambá revela a presença de moradias conhecidas como malocas, as quais apresentam dimensões específicas. Estas malocas possuem uma largura aproximada de quatorze pés (equivalente a 4,5 metros) e um comprimento que pode atingir até cento e cinquenta pés (cerca de 46 metros). A altura das estruturas é estimada em duas braças, correspondendo a aproximadamente 4 metros. A cobertura destas habitações é caracterizada por sua forma

arredondada e pela utilização de folhas de palmeira como material de revestimento. Internamente, não se observam divisões que segregam espaços distintos.

Nos núcleos familiares dentro das malocas, um espaço interno de cerca de 3 metros é alocado, resultando em uma área total de 9 metros quadrados. Cada núcleo é provido de uma fogueira própria, enquanto o centro da maloca é reservado para o uso exclusivo do chefe. Ademais, cada maloca é dotada de quatro entradas, sendo uma porta central voltada para a praça, duas portas nas extremidades e uma porta paralela a porta que se abre para a praça, localizadas em cada lateral da edificação. Importante ressaltar que a altura destas portas é consideravelmente baixa, demandando que os habitantes se curvem para transpassá-las.

[...] sua casa, a qual era feita em forma de uma abóbada, com folhas de palmeiras, fechadas toda por cima e aberta com quatro portas arqueadas pelas quatro partes do mundo, larga de uns quinze palmos e comprida de vinte pouco menos [...] (Betendorf, 1694, p. 511).

A habitação era uma das edificações mais arraigadas na cultura da sociedade Tupinambá. Conforme destacado por Fernandes (1949), as malocas simbolizavam uma eficaz estratégia de adaptação ao ambiente. Isso fica evidenciado pelo fato de que proporcionou aos Tupinambá um tipo de abrigo que consideravam altamente eficiente. Quando o contato com os colonizadores atingiu uma fase que promoveu a descaracterização das tribos, essa característica tornou-se um dos valores mais preservados por eles.

No âmbito da organização da aldeia, constata-se que, tipicamente, cerca de seis malocas são dispostas em torno de um pátio central. A proteção da aldeia é viabilizada por uma espécie de fortificação circundante, construída a partir de troncos de árvores e esteios com cerca de três metros de altura. A disposição estratégica destes elementos, com espaçamento que impede a passagem de flechas, contribui para a segurança do espaço. É comum que as aldeias se estabeleçam em proximidade a cursos d'água, a fim de assegurar acesso a recursos como lenha, caça e pesca.

Além do testemunho de Staden, outros cronistas também discorrem sobre as dimensões e formas das malocas. As descrições de Thevet (1978), Léry (1961) e Cardim (1980) variam em suas apresentações, entretanto é importante considerar que tais observações não foram conduzidas de maneira sistemática e técnica, mas sim através de observações informais.

Tabela 2 – Metragem das Malocas Tupinambá segundo relatos de cronistas

Autor	Largura (metros)	Comprimento (metros)
Staden	4,62	49,50
Thevet	6,60	66 a 99
Léry	-	20,27,40
Cardim	11	44,66,88
Abbeville	8,59 a 9,90	66 a 165
Knivet	-	242

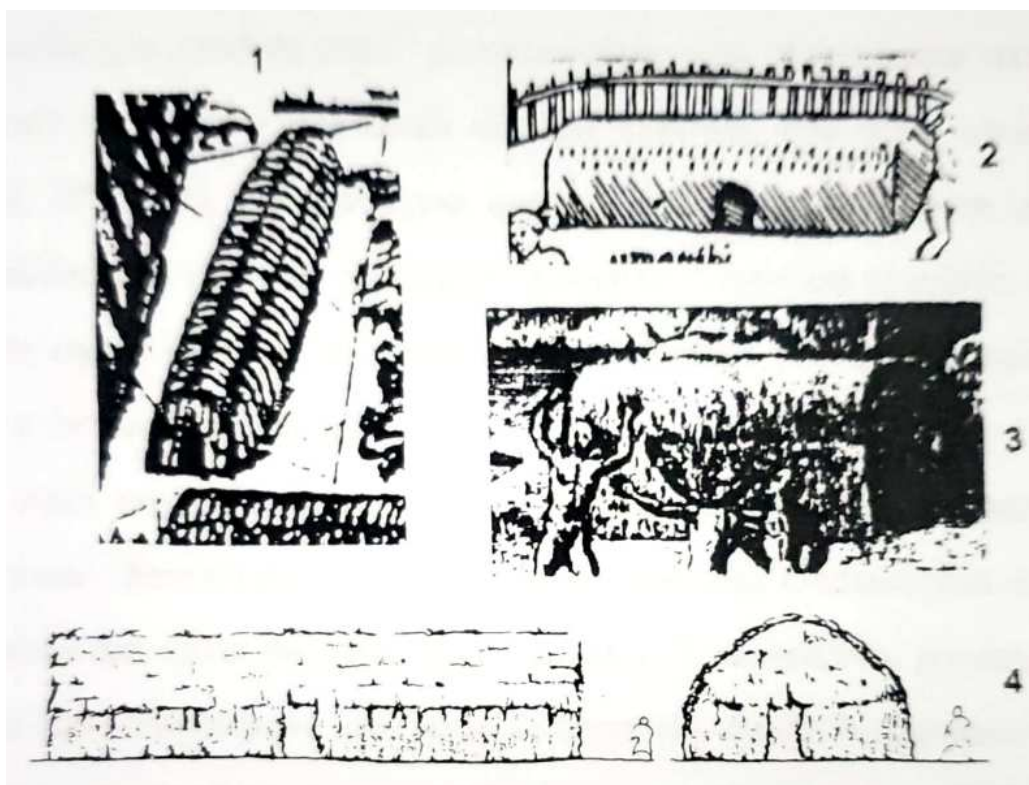
Fonte: Quadro produzido a partir de Assis. *Da Espacialidade Tupinambá*, 1996.

É possível estabelecer uma proporção média por meio das diversas medições propostas e das iconografias apresentadas nos registros dos viajantes, conforme podemos ver na Figura 12. A partir da correlação entre as dimensões e as imagens é possível eleger uma das medidas de Cardim (11x44m), indicando uma relação de 1 metro de largura para cada 4 metros de comprimento, preservando a configuração retangular das malocas.

Apesar do processo de desintegração e reconstrução resultante da interação com a sociedade ocidental, essa configuração pode ser identificada como semelhante à morfologia das habitações de grupos Tupi contemporâneos, conforme argumentado por Assis (1996). Isso é notável nos exemplos dos Tapirapé, Surui e Asurini, bem como na antiga habitação comunal dos Kaiová.

A planta básica das habitações tupinambás era, conseqüentemente, caracterizada por sua forma retangular, acompanhada de uma cobertura que se estendia até o solo, possuindo um teto de contorno arredondado. Conforme descrito minuciosamente por Léry (1961), “Como as casas dos selvagens são em geral compridas, abaulada no teto e cobertas de ramos cujas pontas tocam o solo[...]”.

Figura 12 – Representações iconográficas das casas. 1- Rotz; 2- Staden; 3- Léry; 4- Baldus



Fonte: Assis. *Da Espacialidade Tupinambá*, 1996, p. 49.

A composição arquitetônica das habitações indígenas se caracterizava essencialmente pela utilização de elementos orgânicos como madeira, fibras vegetais, folhas de palmeiras, gramíneas e outros materiais suscetíveis à deterioração, especialmente em virtude do clima tropical úmido (Assis, 1996, p. 55). Essa característica impõe desafios à detecção de vestígios arqueológicos durante as escavações. No entanto, mediante abordagens meticolosas de escavação, é possível rastrear traços de elementos estruturais, como esteios. É relevante mencionar que, segundo os relatórios de escavação de Loures Oliveira, nos contextos dos sítios arqueológicos sob estudo, a identificação de marcas de esteios se mostrou inviável, em grande parte devido às intervenções agrícolas e pecuárias que alteraram significativamente a topografia prévia do terreno.

Segundo cronistas da época, os esteios eram produzidos a partir de recursos florestais retirados das matas, com preferência por troncos provenientes de palmeiras que, como afirma Muller (1993), possuíam uma média de 1.000 kg. Além disso, conforme os relatos de Staden (1988) à altura das malocas, excede 4 metros, sendo possível inferir que os mencionados troncos possuíam comprimentos superiores a essa medida. Ademais da matéria-prima utilizada na confecção dos esteios, faziam-se presentes outros

componentes estruturais, a exemplo dos tirantes, da cumeeira e dos frechais, que igualmente eram confeccionados a partir de espécies madeireiras nativas, como a potaíba e a ubirapiroca. Assim, “[d]estas árvores se usa muito porque tem a casca muito dura que se fende ao machado muito bem da qual se faz ripas para as casas, â que chamam pataíba [...]” (Sousa, 1587. p.198). Igualmente, “[h]á outras árvores a que o gentio chama ubirapiroca. (...) de que fazem tirantes e frechais de casas.” (Sousa, 1587, p. 218).

Figura 13 – Detalhamento da estrutura de uma maloca

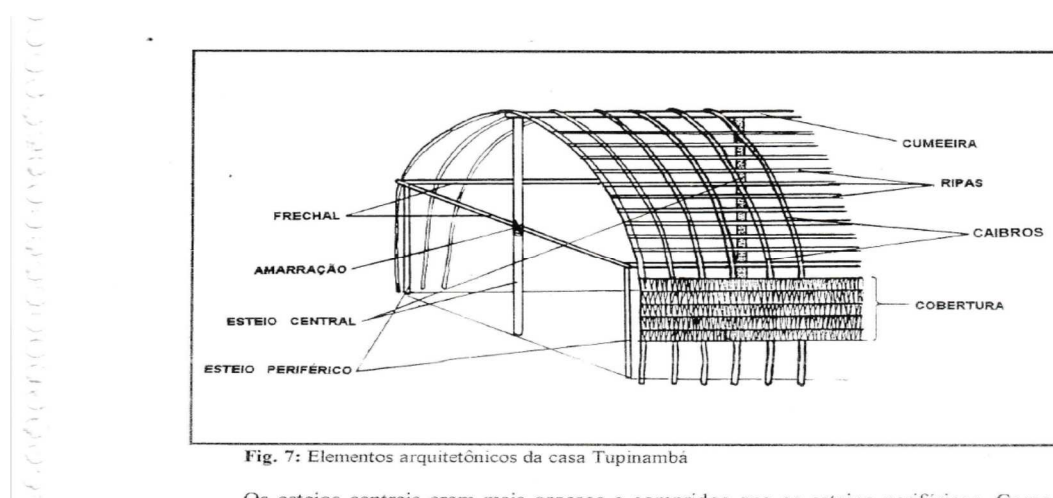


Fig. 7: Elementos arquitetônicos da casa Tupinambá

Os esteios centrais eram mais grossos e apoiados em pedras perfuradas. Como

Fonte: Assis. *Da Espacialidade Tupinambá*, 1996, p. 57.

Outro ponto importante para a construção era a escolha do terreno onde as casas seriam implantadas. De acordo com Abeville, “[e]ncontrado o lugar adequado, cortam a mata e formam uma grande praça quadrada a que põem fogo para destruir a vegetação e limpar o terreno. Aí constroem então bem no centro quatro grandes habitações em forma de claustro.” (Abeville, 1614, p. 222).

Embora informações históricas detalhadas acerca dos pavimentos das moradias sejam escassas, observações das atuais comunidades Tupinambá permitem conjecturar sobre a composição desses pisos. Conforme ressaltado por Assis (1996), era comum a aplicação de uma camada elevada de argila na porção interna das cabanas, sendo adotada uma inclinação no relevo do terreno para facilitar o escoamento de água. Após a instauração do piso, procedia-se à criação de rebaixamentos no solo, destinados a receber os esteios que sustentavam a estrutura subsequente da habitação. A partir deste ponto, a montagem das demais partes da habitação era conduzida, culminando, assim, na concretização do processo construtivo da moradia.

(...) feitas de pequenas árvores de doze, quinze e vinte pés, conforme a altura desejada. Enterrando essas árvores no chão, uma ao lado das outras, prendiam-nas em seguida com outros paus atravessando (frechais) com barrotes e vigas. Por cima estendiam tudo com folhas de palmeiras, pindoba, em sua língua (Abbeville, 1614, p. 58).

No que se refere à disposição dos esteios, Assis (1996) sustenta que o espaçamento intencional entre esses elementos desempenhava uma função específica, na medida em que serviam como delimitadores do espaço interno das malocas. Tal distribuição se destinava a designar áreas individuais a cada unidade familiar nuclear, sendo esses intervalos conhecidos como "rancho". A disposição dos esteios era complementada por outros componentes estruturais: os frechais posicionados nas laterais, a cumeeira posicionada centralmente, e subsequente aos frechais eram inseridos os caibros, que exerciam o papel de suporte para a cobertura. A confecção da cobertura, bem como das paredes, envolvia o uso de materiais como folhas de palmeira ou feixes de capim. Para assegurar a integridade da estrutura, o conjunto era solidificado por meio de amarrações executadas com cipós.

Não necessitam de pregos para segurarem os esteios, nem para segurança dos caibros, travessas, paredes e telhados, porque tudo vai atado com cipós, excelentes cordas da América... (Daniel, séc. XVII, p. 358). Assim, a existência de certos tipos de matéria-prima na região e o próprio clima desta leva a certas resoluções arquitetônicas, as quais seriam diferentes em regiões submetidas a outras conjeturas (Florenzano, 2004, p. 23).

Contudo, é imperativo ressaltar que a natureza dos materiais utilizados poderia variar em função das diferentes regiões habitadas pelos Tupinambá, dado que esse grupo indígena ocupou vastas extensões do litoral brasileiro. Conforme investigado neste projeto, essa ocupação abrangia também algumas áreas centrais do país. É crucial reconhecer que cada região albergava distintas espécies de árvores e vegetações, o que, sem dúvida, demandava uma adaptação de seus métodos construtivos conforme a disponibilidade de recursos locais. De acordo com Gandavo, “[...]e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme[...]” (Gandavo, 1576, p. 51). Para Nóbrega, “Dormem em redes de algodão junto ao fogo que toda noite tem aceso” (Nóbrega, 1549, p. 99).

Cada indivíduo adulto possuía sua própria rede para repouso, enquanto as crianças compartilhavam redes entre si. Esse fato sugere a presença de ao menos três redes em cada "rancho", indicando, portanto, a necessidade de ao menos três esteios para sustentar

essas redes. Nas proximidades das redes, encontravam-se aslareiras, as quais, em comparação com aslareiras utilizadas para fins culinários, eram de menor tamanho, destinando-se exclusivamente ao aquecimento interno dos "ranchos". Essaslareiras possivelmente não contavam com rochas circundantes, as quais serviriam para acomodar recipientes contendo alimentos.

Aslareiras destinadas ao preparo de alimentos, por sua vez, situavam-se nos "ranchos", mas em proximidade ao corredor central. Aqui, de acordo com os registros de Nóbrega, no livro *Cartas do Brasil* (1549, p. 99), aslareiras eram circundadas por rochas para sustentar os utensílios culinários. Conforme detalhado por Assis, os recipientes utilizados para cozinhar ou fermentar bebidas apresentavam bases cônicas, exigindo um suporte para garantir estabilidade ou, em alguns casos, eram parcialmente enterrados. Importante notar que as áreas de cozinha poderiam ser compartilhadas entre diversos "ranchos", sendo crucial distinguir, em contextos arqueológicos, entre áreas de preparação de alimentos e áreas de consumo.

Além das habitações, merecem destaque outras construções presentes nas estruturas Tupinambá. Como mencionado previamente, as praças circundadas por moradias abrigavam construções como as cabanas para aves, chamadas de "tocaya", ou os abrigos de trabalho denominados "tapyá". Tais construções situavam-se em proximidade das residências e podiam ser permanentes ou temporárias, contudo, frequentemente são confundidas com moradias em contextos de escavação (Assis, 1996, p. 99).

As praças, conforme descritas por cronistas, representavam espaços abertos no centro das habitações, onde rituais, festividades e encontros ocorriam. Tais áreas congregavam atividades sociais que englobavam toda a população da aldeia. Eventualmente, estruturas menores, como uma edificação designada para reuniões de homens (conhecida como "casa de homens"), oulareiras para a cocção de alimentos em eventos sociais, poderiam estar presentes na praça. Além disso, alguns registros atestam práticas de sepultamento no interior das praças. "A praça era uma área livre que deveria ser sempre limpa, sem vegetação ou qualquer tipo de refugio ou lixo, devendo estes serem depositados nos limites da aldeia, atrás das casas, próximos a paliçada" (Assis, 1996, p. 88).

Sobre as paliçadas são erigidos elementos defensivos ao redor das aldeias, evidenciando a postura guerreira dos Tupinambá, que eram hábeis na produção de artefatos bélicos e de proteção. Estas estruturas eram confeccionadas com troncos de

palmeiras, aproximadamente com três metros de altura, fixados verticalmente no solo, lado a lado. O espaçamento entre os troncos era calculado de modo a impedir a passagem de um homem. Uma variação possível era a presença de outra paliçada, caracterizada por não possuir intervalos entre os troncos, restando apenas pequenas aberturas para o lançamento de flechas (Fernandes, 1949, p. 61).

Até este ponto, foi possível observar a intrincada natureza da arquitetura Tupinambá, assim como a diversidade de estruturas potencialmente encontradas nos sítios arqueológicos de suas aldeias. Como resultado, é essencial adotar uma abordagem cautelosa ao analisar os vestígios encontrados. É importante reconhecer que um fragmento de carvão vegetal, por exemplo, não necessariamente indica uma área de cozinha, podendo indicar também um local utilizado para rituais. Da mesma forma, uma marca de esteio não pode ser automaticamente associada a uma área habitacional. Nesse contexto, prosseguiremos com o estudo, direcionando nossa atenção à organização espacial desse povo, a fim de compreender melhor a ocupação regional.

As aldeias tupinambá, compostas por um número variável de malocas — em geral, de quatro a oito — dispostas em torno de um pátio central, possuíam, segundo os relatos da época, uma população de quinhentos até 2 ou 3 mil índios. A distância entre os diversos grupos locais não era uma constante, mas função das condições ecológicas e políticas de cada região. Várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consanguinidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. Esse conjunto informe de grupos locais circunvizinhos, porém, não estava sujeito a uma autoridade comum, nem possuía fronteiras rígidas: era fruto de um processo histórico em andamento, onde se definiam e redefiniam constantemente as alianças (Fausto, 1992, p. 384).

As aldeias Tupinambá, embora geograficamente demarcadas, estendiam seu domínio além dos limites da própria aldeia. Eles frequentemente estabeleciam alianças com aldeias vizinhas e mantinham contatos diretos para fins de guerra e caça. As cabanas de caça e de cultivo de lavouras, por exemplo, ultrapassavam o território da aldeia. Fernandes (1949) realizou cálculos baseados em uma aldeia por ele estudada e estimou que esse domínio territorial abrangia aproximadamente 45 km². Vale ressaltar que esta estimativa é específica para a aldeia estudada e que, frequentemente, esse território de domínio era compartilhado com outras aldeias.

Esse território expandido era composto por microambientes nos quais os diversos recursos eram explorados com o objetivo de obter alimento e suprimentos. Conforme

ênfatisado por Assis, "[n]os assentamentos de roça, de caça e de pesca, os Tupinambá construía m abrigos em que habitavam durante o período necessário à execução de cada atividade" (Assis, 1996, p. 97).

A atividade agrícola representava a principal fonte de subsistência para os Tupinambá e era predominantemente conduzida pelas mulheres. As lavouras variavam em tamanho e, nas proximidades da aldeia, situavam-se as roças menores destinadas ao cultivo de vegetais consumidos diariamente pelas famílias. Como destacado por Barleu "[c]ada habitação tem ao seu redor seu mandiocal e seu feijoal" (Barleu, 1617, p. 132).

Próximas a essas roças eram encontradas edificações utilizadas para armazenamento, conhecidas como "tapiya". Nessas situações, o tamanho do "tapiya" poderia exceder aqueles construídos nas áreas adjacentes às casas na aldeia. Além disso, alguns lados do "tapiya" poderiam ser revestidos, formando paredes (Assis, 1996, p. 98).

A certa distância da aldeia, as roças maiores eram cultivadas, com a participação de toda a população. O processo de plantio era dividido em etapas, demandando um longo período, o que possivelmente levava à construção de moradias temporárias para os que estavam trabalhando nas lavouras.

(...) se ocupam em suas lavouras, como tenho dito, e para efeito fazem a sua habitação pelos campos, aonde tem sua família, em casas que para isso fazem fabricar... (Brandão, 1618, p. 329).

Além dos "tapiya" construídos para áreas de cultivo, os Tupinambá também erguiam estruturas similares em locais destinados à caça. Devido ao fato de frequentemente passarem dias fora caçando, eles construía m abrigos simples para acomodá-los durante esses períodos. Além disso, desenvolviam "andaimos de caça", que eram estruturas que os mantinham invisíveis aos olhos dos animais, permitindo-lhes atrair presas sem serem detectados.

Outra modalidade de acampamento era destinada à pesca, uma atividade praticada ao longo de todo o ano, mas que, em certas épocas, congregava diversos grupos com o objetivo de capturar maiores quantidades de peixes. Assim como nos acampamentos anteriores, construía m-se moradias temporárias para acomodar os pescadores durante esses períodos (Assis, 1996, p. 102).

Além disso, eram erguidas estruturas auxiliares que serviam para amarrar suas embarcações e serviam como um tipo de porto. Outras construções, semelhantes a armadilhas, eram projetadas para auxiliar na pesca, facilitando a captura de peixes.

Utilizam também pescarias de pedras construídas à beira mar ou de madeira ou de galhos erguidas na embocadura dos pequenos rios. São redes e nela entram peixes de diversas espécies com o fluxo do mar e maré vazante ficam presos, sendo apanhados em grande quantidade (Abbeville, 1614, p. 24).

É possível afirmar que a organização espacial dos Tupinambá transcende os limites das áreas de suas aldeias, abrangendo os acampamentos de cultivo, pesca e caça. Uma vez que esses acampamentos são ocupados ao longo de todo o ano, os vestígios materiais associados a essas atividades podem apresentar proporções significativas. Esta circunstância, por vezes, pode induzir a confusões entre acampamentos temporários e uma aldeia residencial fixa.

Nesse contexto, torna-se primordial a condução de estudos aprofundados, aliados a escavações meticulosas. É crucial considerar que a área de um sítio arqueológico é muito mais ampla do que aquela que está sendo diretamente escavada. Uma abordagem abrangente exige uma análise holística do ambiente, de modo a compreender plenamente o contexto arqueológico em sua totalidade. Somente por meio dessa abordagem é possível discernir com precisão entre as diferentes estruturas e contextos, evitando equívocos na interpretação das evidências presentes.

2.3.2 Espacialidade e Arquitetura Puri

A complexidade da presença territorial dos Puri na era pré-colonial dificulta a determinação precisa das áreas por eles habitadas, em virtude da ampla aniquilação de etnias indígenas perpetrada durante a colonização. É provável que numerosas aldeias Puri tenham sido dizimadas, acarretando uma considerável extinção de sua história. Os registros disponíveis acerca desse povo consistem em documentos provenientes de observadores inseridos em diferentes contextos culturais e é a partir dessas premissas que iremos retratar da melhor forma possível suas características habitacionais.

Durante os tempos anteriores à colonização, os Puri habitavam o território que constitui o atual Brasil e mantinham interações com diversas outras etnias indígenas, resultando em processos de hibridismo cultural e na emergência de novos agrupamentos étnicos. O modo de vida Puri era nômade, caracterizado por deslocamentos geográficos, e incluía a prática de conflitos intertribais.

A origem dos Puri é uma questão complexa que carece de consenso. Uma das teorias é de que se originam dos Goitacazes como a ideia exposta por Oliveira (2003, p. 07), que associa os Puri aos grupos Goitacá da região costeira fluminense, especialmente de Campos e São Fidélis. Tal interpretação encontra respaldo em análises linguísticas que identificaram semelhanças entre as línguas das etnias em questão. Em contraste, Spix e Martius (1976) argumentam que os Puris descendem dos Coroados e Coropós.

Estruturada de forma complexa, essa etnia indígena de natureza nômade e ramificada era composta por unidades sociais menores, denominadas grupos interparentais, conforme destacado por Mercadante (1990 *apud* Barbosa, 2005). A cultura Puri exibia características fluidas e mutáveis, manifestadas através da dispersão territorial dos Puri por diferentes regiões, em geral, nas proximidades de corpos d'água. Cada agrupamento interparental possivelmente adquiria traços distintivos, embora mantivesse traços compartilhados de identidade. Spix e Martius (*apud* Scaramella, 2011) elucidaram que os deslocamentos frequentes dos Puri eram impulsionados pela necessidade de encontrar recursos alimentares, resultando em migrações sazonais alinhadas com o período de produção frutífera de espécies específicas. Nesse contexto, as mulheres se encarregavam de coletar as frutas, já os homens desempenhavam o papel de caçadores. Lemos (2016) adiciona que o grupo se retirava de um território após o falecimento de um dos seus membros, prática intrínseca à sua cultura.

Os Puris, habitantes das áreas litorâneas, possivelmente foram uma das etnias que reagiram à colonização portuguesa, resultando em deslocamentos internos para evitar a escravidão e as doenças introduzidas pelos europeus (Oliveira; Freire, 2006, p. 24). Constituíam uma etnia nômade que realizava deslocamentos e expansão territorial durante o período pré-colonial. Com a colonização, esse padrão de movimentação se acentuou. Como registrado por Barbosa (2005, p. 129), os Puri ocupavam a extensão da Mata Atlântica já desde os tempos anteriores à chegada de Cabral, e há indícios de que possam ter se estendido até o centro do país. Alguns grupos Puri foram erroneamente rotulados pelos colonizadores com termos genéricos, tais como "Botocudo", devido a

ornamentos labiais e auriculares, e "Tapuias", uma designação atribuída a indígenas considerados hostis e nômades que não adotavam o estilo de vida sedentário.

Os Puri também exploraram os cursos de água para seus deslocamentos. O Rio Paraíba do Sul, cuja extensão abrange desde o estado de São Paulo até o sudeste de Minas Gerais, possivelmente, segundo Ramos (2017), serviu como rota de trânsito para os Puri. Essa suposição encontra suporte nos estudos de Armantino (2009, p. 127), que confirma a presença Puri no final do século XIX em uma área que coincide com a bacia do rio Paraíba do Sul.

Com base em relatos históricos e literatura especializada, Ramos (2017) infere que os Puri tiveram sua residência inicial no litoral norte do atual estado do Rio de Janeiro e a região costeira do Espírito Santo. Com o agravamento da colonização, os Puri dispersaram-se em grupos interparentais ao redor das bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce, bem como seus afluentes. Os Puri demonstravam uma predileção por áreas próximas a nascentes e tendiam a seguir a orientação dos cursos fluviais.

Conforme afirmado pela ONG Puris, as habitações do povo Puri apresentavam uma simplicidade notória. Elas eram construídas utilizando materiais disponíveis na região, como madeira e fibras naturais, sendo então cobertas por recursos como palha, cascas de árvore, folhas de palmito ou brejaúba. Estas estruturas eram erguidas em ambientes florestais, preferencialmente em terrenos planos e sob a proteção de árvores de grande porte. No que diz respeito ao descanso, era comum os Puri dormirem diretamente no solo, muitas vezes em concavidades cavadas por eles mesmos ou em redes. Dois tipos de habitações são relatados como os principais, o primeiro, caracterizado por sua dimensão mais ampla e longevidade, emprega troncos de árvores na estrutura e é revestido com materiais como palha ou sapé. As paredes são construídas por meio de uma estrutura de galhos ou bambus em formato de treliça, podendo ou não ser submetidas a um processo de barreamento. Por outro lado, o segundo modelo, de menor envergadura e caráter transitório, utiliza duas árvores como suporte, entre as quais um galho ou bambu é suspenso. A cobertura, disposta diagonalmente, consiste em folhas de palmeira, coqueiro ou bananeira, desempenhando também a função de paredes.

Essa construção de habitações de caráter rudimentar resultava de uma abordagem prática e funcional, intrínseca ao estilo de vida nômade dos Puri. Dado que a necessidade de estruturas permanentes era mínima, por conta da natureza de sua mobilidade, as edificações eram concebidas para servir apenas durante o período necessário, evitando recursos excessivos.

Sonia Ortiz (2014) realiza um aprofundamento na descrição das tipologias de construções utilizadas pelos Puri ancestrais para abrigo:

Fazer uma choça denominada Cuari ou Nguara, com duas forquilhas e uma vara, na qual apoiavam folhas de sapé. Em lugares mais frios, como nas serras, era preciso fazer um buraco no chão e construir por cima para escapar das intempéries. Forravam o chão com folhas de helicônia ou de patioba e dormiam em redes. Imagino o sofrimento desses povos habitantes do litoral quente e úmido, que viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos quando foram obrigados a migrar para a serra, muitas vezes enfrentando guerras com outras etnias como a dos botocudos, para sobreviver.

É plausível presumir a existência de múltiplas variações no formato dessas habitações, considerando-se variáveis como necessidades particulares, sazonalidade e características distintivas inerentes a cada coletividade dentro do agrupamento Puri. A ilustração presente na Figura 14 retrata uma moradia pertencente a um grupo Puri, datada de meados do século XIX e produzida por um viajante da época.

Figura 14 – Cabana dos antigos Puri



Fonte: Wied-Neuwied, Reise nach Brasilien in den Jahren 1815-bis 1817, 1821, p. 3.

Para a comunidade Puri, a concepção do mundo material e do mundo espiritual está intrinsecamente interligada. O território por eles habitado transcende sua função como mero meio de subsistência e interações sociais, ganhando um significado mais profundo como depositário de memórias, vínculos e a separação distintiva entre os vivos e os falecidos. Nesse contexto, uma prática funerária recorrente consiste em enterrar os falecidos no interior das moradias que ocupavam em vida. Após esse ritual, essas casas eram consideradas inacessíveis, uma vez que o espírito do falecido continuava a ocupar esse espaço, o qual devia ser reverenciado e mantido intocado.

As figuras de liderança espiritual, detentoras das responsabilidades cerimoniais, eram sepultadas junto com os utensílios considerados essenciais para sua existência após a morte. Em face da invasão das terras indígenas, observou-se também a adoção de práticas sepulcrais em grutas ou cavernas, dada sua localização de difícil acesso, o que as protegia da profanação advinda da cobiça dos colonizadores.

A análise abrangente das informações disponíveis evidencia a complexidade em determinar de maneira precisa a origem, os deslocamentos e os traços característicos do povo Puri. Esse desafio é ampliado pela falta substancial de informações, conforme mencionado por Oliveira (2012), e pelas divergências que surgem entre os pesquisadores. Portanto, é crucial conduzir mais pesquisas para abordar essas questões e preencher as lacunas de conhecimento que persistem.

CAPÍTULO 3

ENTRE ROTAS INDÍGENAS E CONSTRUÇÕES COLONIAIS – O CAMINHO DO OURO E AS TRAMAS DO POVOAMENTO

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais no final do século XVII, houve um intenso fluxo migratório para a região das minas de ouro; o local que até então era constituído por Mata Atlântica, que cobria morros e serras e era ocupada por povos indígenas de diferentes etnias, passou a receber pessoas de diversas regiões do Brasil e da Europa.

Com isso, diversos caminhos foram surgindo com o intuito de se alcançar tal região. No final do século XVII iniciou-se a construção de um novo caminho que prometia ligar as minas de ouro até o Rio de Janeiro de uma forma mais rápida do que o Caminho Velho, utilizado na época, que possuía uma variante de traçado que se estendia desde o litoral fluminense, passando por uma travessia marítima até Paraty, ou partindo do estado paulista, através de São Vicente, até alcançar o interior de Minas Gerais. Segundo Barbosa (2013), o Caminho Velho era um percurso de cerca de 630 quilômetros terrestres, passando pelos lamaçais da Serra do Mar, com um trecho adicional por via marítima, considerado extremamente perigoso por conta dos naufrágios e dos ataques que sofriam, até chegar ao porto do Rio de Janeiro.

No ano de 1698, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, comunicou à coroa a urgência de estabelecer uma rota mais rápida e segura, que ligasse as minas ao porto. Nesse contexto, Garcia Paes Leme foi designado para criar uma nova via que otimizaria o transporte de ouro em direção ao porto colonial. O bandeirante deu início a essa empreitada em 1699 (Figura 15). Partindo da margem do rio Iguaçu, no Rio de Janeiro, atravessou a Serra dos Órgãos em direção ao vale do Paraíba do Sul. De lá, seguiu em direção ao vértice da Serra da Mantiqueira, alcançando a região de Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, o traçado passava por dentro da Zona da Mata mineira e do Sertões do Leste.

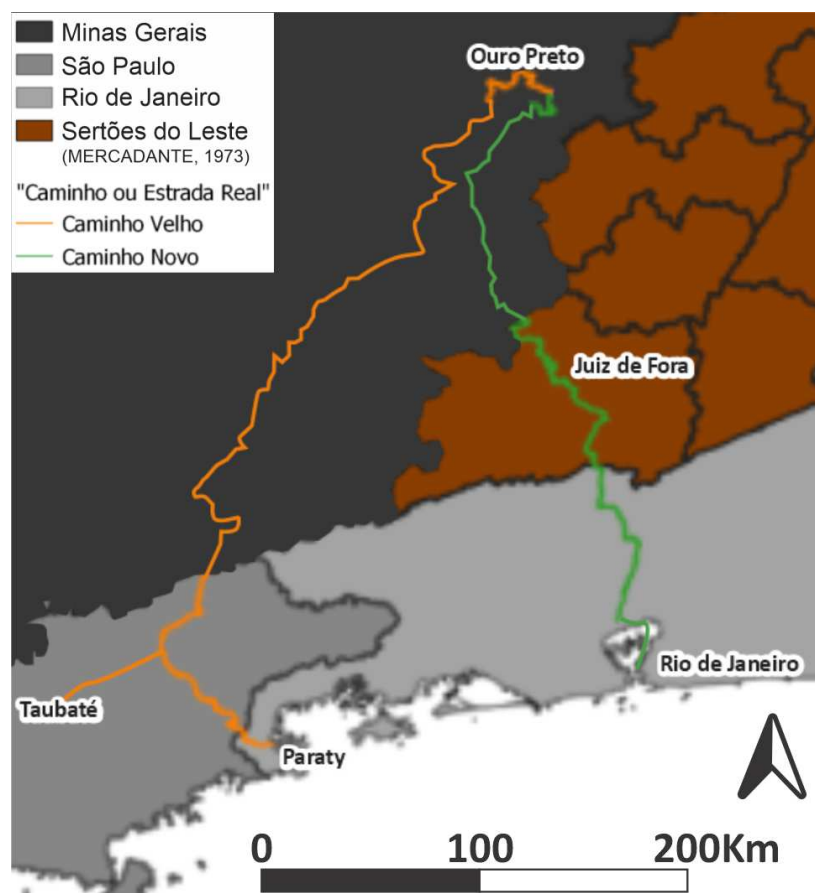
Figura 15 – Abertura do Caminho Novo retratado por Rugendas entre 1821 e 1825



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. SP: Itaú Cultural, 2019.

Lessa (1985, p. 16) relata que “[p]ara abertura do caminho, Garcia Paes usou mais de cem trabalhadores, entre familiares, escravos e assalariados, todos apetrechados, pagos e alimentados com dinheiro seu”. Segundo Esteves (1915, p. 15) “[...] Essa picada foi levada a efeito, parte por Garcia Paes, que nesse empreendimento gastara todos os seus haveres, durante quatro anos de trabalho rude, e parte pelo Coronel Domingos Rodrigues que o substituiu nessa grande empresa.” Como Lessa e Esteves relatam, a obra utilizou-se de todo o dinheiro de Garcia Paes, que conseguiu manter o empreendimento por quatro anos, quando então suas provisões acabaram e seu cunhado, Domingos Rodrigues, pegou a frente do empreendimento e em seis meses terminou a empreitada. Esse novo caminho foi inaugurado em 1707 e recebeu o nome de Caminho Novo (Figura 16). Era um trajeto praticamente reto, que ligava o porto do Rio de Janeiro até Ouro Preto, encurtando o tempo de deslocamento de quase três meses para menos de um mês e facilitando assim o escoamento dos minérios e o acesso da população à região.

Figura 16 – Mapa dos Caminhos do Ouro



Fonte: Adaptado pela autora, baseado em Nascimento et al., 2022.

Em poucos anos, o Caminho Novo se estabeleceu como a principal rota de acesso do Rio de Janeiro às minas de ouro, promovendo o surgimento de diversos assentamentos ao longo de seu trajeto. Esses assentamentos incluíam ranchos, pousos, roças, rocinhas e povoados, todos destinados a oferecer suporte aos viajantes que percorriam essa via. Apesar da relativa rapidez do percurso, que ainda demandava cerca de um mês de viagem, esses pontos de apoio desempenhavam um papel crucial. Muitos desses povoados, posteriormente, evoluíram para núcleos urbanos significantes na contemporaneidade, tais como Juiz de Fora, Petrópolis e Santos Dumont.

Grandes transformações políticas, sociais e econômicas foram provocadas pelo Caminho Novo, principalmente para o Rio de Janeiro, que emergiu como um dos principais centros ao longo da rota de povoamento. A cidade testemunhou um significativo fluxo de pessoas e de mercadorias em direção à Capitania de Minas Gerais, além de desempenhar um papel crucial no escoamento do minério extraído das minas. Por sua vez, as Minas Gerais experimentaram mudanças profundas na sua estrutura social

e econômica. O aumento substancial do número de escravizados negros e imigrantes europeus foi notável, impulsionando as produções agropecuárias, como açúcar, cachaça e gado. Além disso, houve uma facilitação significativa na importação de produtos europeus.

O desenvolvimento do Caminho Novo trouxe consigo também ameaças, à medida que o fluxo de ouro e mercadorias aumentava, as ocorrências de roubos e contrabando se tornaram mais frequentes. Como resposta a essa crescente criminalidade, foi necessária uma intensificação no patrulhamento da rota. Segundo Esteves (1915, p. 17), por exemplo, "Tiradentes, o promártir da liberdade, foi em 1781 o comandante da patrulha do Caminho Novo". Nessa posição, ele testemunhou o volume de riquezas retiradas do Brasil por Portugal e começou a criticar essa exploração, percebendo que, apesar disso, a população local continuava empobrecida, enquanto os cofres europeus se enchiam cada vez mais às custas da exploração das terras brasileiras.

No final do século XVIII, Tiradentes aproveitou o Caminho Novo como um meio para disseminar as ideias republicanas e liberais da Inconfidência Mineira, cujo principal objetivo, segundo Furtado (2002), era a diminuição dos encargos fiscais. Entretanto, ironicamente, o mesmo caminho que propagou essa revolta foi utilizado para expor publicamente as partes esquartejadas de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, após a batalha final. O memorialista Pedro Nava, em *Território de Epidauró*, explora essas múltiplas facetas do Caminho Novo:

O Caminho Novo das Minas, além de caminho comercial, econômico, estratégico e político, é a estrada violenta e dolosa do ouro, do quinto, da capitação, dos registros, do fisco, dos moedeiros falsos, dos cunhadores ilegais, dos contrabandistas que passavam ouro engolido, enfiado no rabo, incrustado na pele e enchendo os santos-de-pau-oco; a estrada social e gregária da testada das sesmarias, das vendas, dos sítios, das roças que fixaram no solo seus primeiros proprietários; a estrada sangrenta e bruta do crime e da repressão, das tocaias, dos bandidos da Mantiqueira e dos Dragões d'El-Rey; a estrada conciliabular e tortuosa dos conspiradores e dos denunciantes; a que viu descerem os inconfidentes em ferros, passar para o Rio o Alferes Joaquim José da Silva Xavier – como ele era! A que viu subirem para sua terra a cabeça e os quartos salgados do Tiradentes. Via gloriosa, via dolorosa do mineiro – com as estações da sua paixão (Nava, 1983, p. 144).

Adicionalmente podemos citar não só as dores causadas após a construção do Caminho Novo, mas toda a dor gerada em sua construção, a escolha do traçado não se deu de forma aleatória, muitas das partes foram desapropriadas dos caminhos indígenas, como afirma Oliveira (2020), e essa desapropriação não foi feita sem batalhas e inúmeras

mortes. Pizarro relata nos manuscritos da sua visita pastoral, um desses confrontos hostis envolvendo Garcia Paes:

Depois de terem sido derrotados, e acoitados por Garcia Rodrigues, Avô de Fernando Dias, Guarda Mór das Minas e Mestre de Campo do Terço Auxiliar da Freguesia de S. José desta Cidade, que tinha a seu mando. Por tradição se conta, que depois do fatal, e cruel caso ali acontecido, mandando a mulher daquele Garcia matar uma criança Índia, e dando-a a comer/ depois de assada/ a seu marido, por supor, ou porque era realmente filha sua, com uma Índia; atemorizada a Indiada toda, em tal modo se rebelou, que até hoje não tem sido possível angariar, sujeitar àquela Nação, que se dividiu em diversos ramos por todo aquele continente (Visita Pastoral de Pizarro, 1794, Fls. 62 a 71).

As terras onde o Caminho Novo se originou não estavam vazias. Como mencionado anteriormente, havia a presença dos povos indígenas. Com o aumento do movimento de pessoas na região da nova estrada, a vida dessas comunidades foi diretamente afetada. Nesse contexto, observamos que o contato entre os ameríndios e os colonos ocorreu em áreas de sertões, onde a violência predominava.

3.1 Trilhando a História do Caminho Novo

Em 1702, é inaugurado o Caminho Novo. Nesse ano, segundo Lessa (1985), apenas pessoas a pé conseguiam transitar por ele. Ao longo dos anos, Garcia Paes foi fazendo melhorias no caminho para permitir o trânsito de burros de carga e a partir de 1709 já havia um trânsito regular pelo novo trajeto, que como vimos trouxe importantes melhorias para o país, e se apresentava aos contemporâneos como produto de um trabalho extraordinário das autoridades para garantir o fornecimento à região aurífera.

Em virtude da criação dessa nova rota, Garcia Rodrigues, identificado pela historiografia convencional como o responsável por tal realização, foi agraciado com mais de quinze léguas de terra situadas entre a Serra dos Órgãos e as margens do rio Paraíba do Sul, conforme registra Barbosa (1979). Porém, diversos autores, dentro dos quais podemos citar Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Renato Pinto Venâncio, afirmam que a abertura do Caminho Novo se deu através de caminhos e rotas indígenas, pois “vários indícios arqueológicos indicam que o Caminho Novo era uma rota

indígena milenar, não sendo, portanto, propriamente construído, mas sim conquistado pelos colonizadores paulistas e portugueses” (Venâncio, 1999, p. 181).

Segundo Capistrano de Abreu, os colonizadores "aproveitavam as trilhas dos índios; em falta dellas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha" (Abreu, 1907). Embora Garcia Paes e Bernardo Proença, responsáveis pelo Caminho Novo, não afirmem explicitamente terem utilizado os antigos caminhos e trilhas indígenas, existem indícios consistentes de que os indígenas já possuíam conhecimento de uma rota de comunicação entre o sertão mineiro e o litoral.

Os itinerários empregados pelos povos indígenas, conforme delineado por Capistrano de Abreu, desempenharam um papel de significativa importância para os conquistadores. Muitos desses grupos indígenas encontravam-se subjugados pelos colonizadores, compelidos a orientá-los através dessas rotas. Desde o advento da expedição inaugural do Caminho Novo, iniciada às margens do Rio Paraibuna, uma localidade habitada há diversos séculos por povos indígenas, como os Puri, a presença indígena revelou-se notável nesse processo. Além de atuarem como guias para a nova rota, desempenhavam também um papel crucial como força de trabalho na construção dos abrigos que eram progressivamente estabelecidos ao longo desse trajeto. No contexto da escravização indígena, o Alvará de 10 de maio de 1755, transcrito por Itamar Boop, apresenta um relato vinculado a Garcia Paes.

Invadindo os Francezes a Cidade do Rio de Janeiro em onze de Setembro de mil sette sentos e onze o Ouvidor Geral que então era da dita Cidade conduziu e poz em Seguro no Alto da Serra do Mar o Oiro que se achava na Casa da Moeda deixando em sua Guarda os Thezoueiros e Moedeiros os quaes com a notícia do rendimento da Cidade o dezamparavão fugindo tão Bem a maior parte dos Escravos, e não podendo o dito Ministro passar adiante escrevera a Dona Maria Pinheiro da Fonseca mulher do dito Grassa Rodrigues Paes que estava ausente pedindo lhe escravos para poder continuar a condução e lhe mandar logo seu filho Fernando Dias Paes com vinte e seis índios e escravos com os quaes conseguiu chegar a Parayba, e no Caminho encontrarão outro socorro dos índios Porys armados que a dita mandava para o Rio de Janeiro, e sendo depois necessários reconduzir o dito Oiro para a mesma Cidade dar a dita Dona Maria os índios prezizos à sua custa sendo os mantimentos muitos caros e os Caminhos dilatados e trabalhosos (Boop, 1988, p. 283 *apud* Oliveira, 2020, p. 7).

Neste alvará, Boop discorre sobre a presença dos Puri nas proximidades do Rio Paraibuna, destacando a utilização dessa comunidade como força de trabalho subjugada por Garcia Paes Leme, encarregado da edificação do Caminho Novo. Tal relato reforça as afirmações de Capistrano de Abreu acerca da relevância e da participação dos povos indígenas na escolha do trajeto, na construção e na manutenção desta recém-inaugurada

rota no contexto colonial brasileiro. No âmbito da inauguração do Caminho Novo, as narrativas de João Capistrano de Abreu pormenorizam as ações de Garcia Paes, elucidando os procedimentos adotados na condução desta empreitada.

Arthur de Sá, primeira autoridade que visitou os descobertos, tratou com Garcia Rodrigues Paes a abertura de uma linha mais directa de comunicações com a cidade de São Sebastião, a verdadeira capital do Sul. O filho de Fernão Dias deu conta cabal da incumbência. Nas proximidades da hodierna Barbacena reuniam-se os caminhos do rio das Mortes, o do rio das Velhas, e o do rio Doce; começou d'ahi, venceu a Mantiqueira, procurou o Parahybuna, seguiu-o até sua barra no Parahyba e pela serra dos Órgãos chegou á baía do Rio, passando em Cabarú, Marcos da Costa, Couto e Pilar (Abreu, 1907, p. 139-140).

A ideia de que a abertura do Caminho Novo teve sua origem nos sertões de Cataguases encontra respaldo nas análises de Capistrano de Abreu. A existência de uma propriedade pertencente a Garcia Paes na região fortalece essa hipótese, sugerindo que a partida se deu a partir dessa área, seguida pela transposição das Serras da Mantiqueira e dos Órgãos, culminando na chegada ao Rio de Janeiro. No contexto de início da abertura do caminho, Antonil (1711) registra: "O Capitão Garcia Rodrigues Paes, quando foi abrir o Caminho Novo de traz da cordilheira da Serra dos Órgãos, no districto do Rio de Janeiro por onde corta o Rio Paraíba do Sul" (Antonil, 1711, p. 145).

A compreensão da direção utilizada na abertura do Caminho Novo é desafiadora. Sobre essa questão, muitos relatos de viajantes destacam as adversidades enfrentadas por viajantes vindos do Rio de Janeiro ao passar por obstáculos topográficos no "Sertão de Cataguases". Logo, é plausível inferir que Garcia Rodrigues Paes de fato deu início à construção do Caminho Novo a partir do Sertão, usando caminhos indígenas "serra abaixo" devido à facilidade natural proporcionada pelo percurso em declive.

As dificuldades enfrentadas nos primeiros anos do Caminho Novo são documentadas na carta do governador do Rio de Janeiro, Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, ao Rei D. Pedro II em 07 de setembro de 1702: "a gente que vai a pé, e carregado com suas cargas, mas não o que for a cavalo [...] porque o atalho não estava ainda feito". Este trecho evidencia as dificuldades encontradas pelos viajantes durante as fases iniciais da abertura do caminho; todo o trajeto apresentava diversas regiões íngremes que dificultavam a passagem, conforme relatado posteriormente também por Bunbury (1835). No início, o caminho era pouco utilizado, levantando questionamentos sobre o porquê dessa rota ser escolhida para se tornar o Caminho Novo.

O fato de o trajeto ter sido apropriado das rotas e caminhos indígenas, auxilia no esclarecimento dos motivos utilizados na escolha do percurso do Caminho Novo. Em concordância com a teoria da apropriação dos trajetos indígenas pelos colonizadores, Sérgio Buarque de Holanda, em sua abordagem historiográfica, na obra *Caminhos e Fronteiras*, destaca que os bandeirantes restringiam-se a seguir rotas preexistentes, utilizadas por diversos grupos étnicos indígenas como meio de comunicação intertribal. Nesse contexto, tais trilhas e picadas, presumivelmente conhecidas e familiares a indígenas de diferentes etnias, foram aproveitadas na construção de trajetos em direção à Cataguases, evidenciando o importante papel dos povos nativos no movimento de interiorização colonial. Buarque acrescenta:

O fato de as bandeiras saídas de São Paulo, ora em direção ao Guairá, ora rumo ao sertão do alto São Francisco, terem já nas primeiras investidas atinado com o caminho mais apropriado mostra até onde se valeriam seus cabos de colaboração indígena. [...] Da existência efetiva dessas vias já com caráter mais ou menos permanente, antes de iniciar-se a colonização, nada autoriza a duvidar. E ainda hoje, o traçado de muitas estradas de ferro parece concordar, no essencial, com os velhos caminhos de índios (...) (Holanda, 1995, p. 26).

Em lugar de ser simples escravo de suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinha excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais penosas e hostis, [...]. Dentro dos limites que lhe permitia sua técnica, dentro do sistema de avanços e recuos, de liberdades e submissões em que se agitava, também podia desenvolver ao máximo um poder inventivo orientado para o bem do grupo, como se deve esperar de homens para quem o viver era antes e acima de tudo um conviver (Holanda, 1995, p. 22).

Nos trechos acima, podemos verificar que os indígenas que auxiliavam os exploradores atuavam como escravizados e independente do motivo, seja por coação ou algum outro, guiavam esses através dos locais ainda intocados e desafiadores. Nesse contexto colonial, os indígenas emergem como agentes históricos, apesar de sua posição de "submissão" frente aos colonizadores. Tais nativos, colaboravam ativamente nas expedições, buscando o benefício do grupo como um todo, em um ambiente em que a coexistência se destacava como elemento crucial. Sua relevância transcende a mera familiaridade com o terreno e a região; eles detinham um conhecimento técnico profundo que lhes permitia sobreviver nas difíceis condições das terras sertanejas.

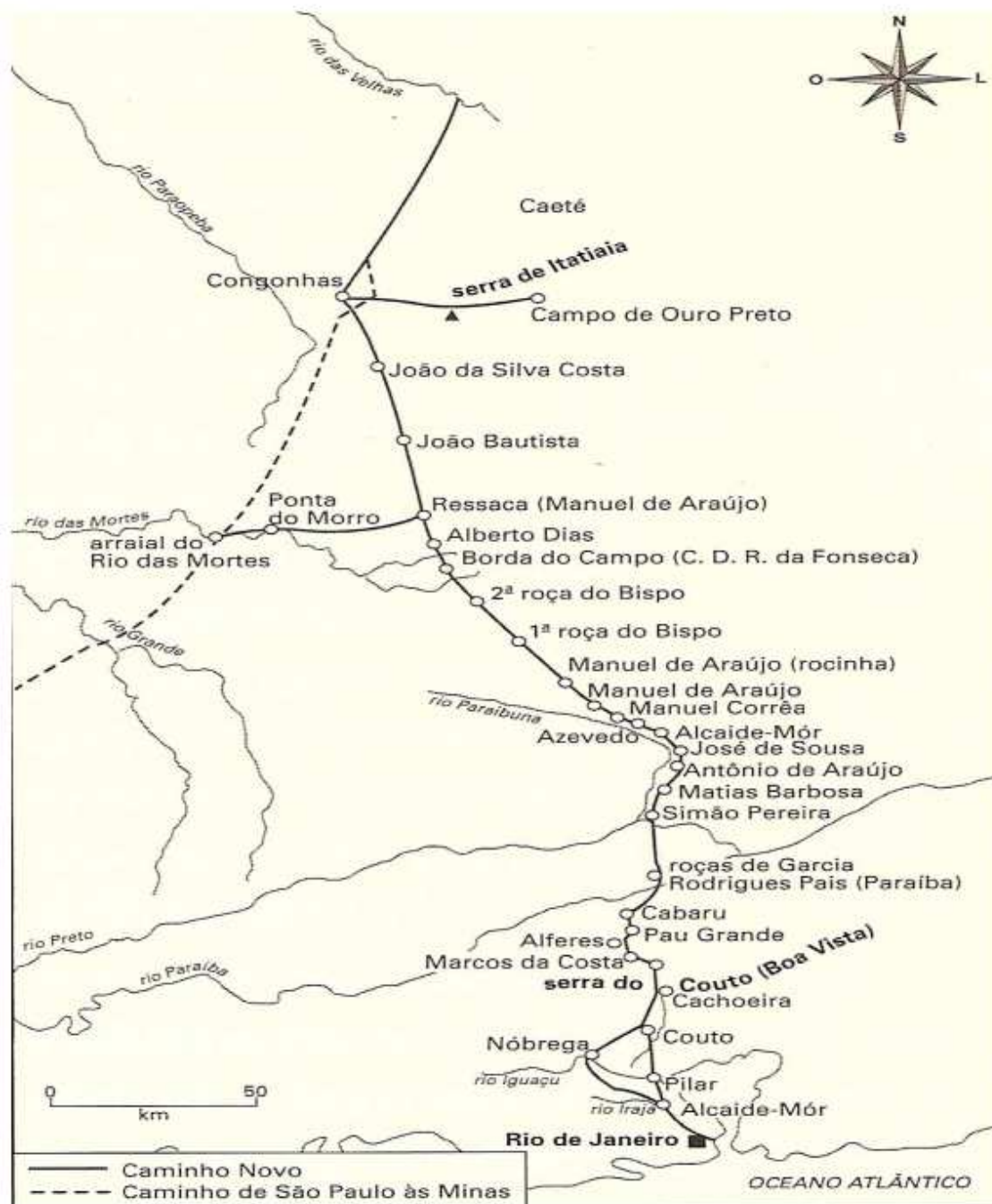
Em suas investigações arqueológicas realizadas no Caminho Novo, Beltrão (1988) sustenta a ocupação milenar da região por povos indígenas, remontando a

aproximadamente 10 mil anos A.P.³ A teoria proposta sugere que essas comunidades migraram de um núcleo inicial de povoamento localizado entre os Andes e a Floresta Amazônica, alcançando eventualmente a região sudeste e, subsequentemente, o litoral. A escolha de trajetos predominantemente em áreas de grande altitude é explicada pela necessidade de proteção dessas populações diante de ameaças da megafauna, como os tigres dentes de sabre. É plausível inferir que os indígenas seguiram utilizando as mesmas rotas por questões relacionadas às suas crenças, pois os lugares que habitavam, e isso vai muito além dos locais de assentamento, tinham forte ligações com o mundo espiritual. Sobre os locais de assentamento, Beltrão acredita que esses também foram utilizados pelos conquistadores nas construções das roças e rocinhas.

Sob essa perspectiva, como afirma Venâncio (1999), a narrativa dos caminhos mineiros emerge como a crônica da apropriação de vias e assentamentos pré-existentes por parte dos colonizadores de ascendência europeia (Figura 17). O Caminho Novo se tornou, portanto, o palco de um embate entre as comunidades indígenas e os colonizadores. Apesar do aniquilamento ou da escravização dos primeiros pelos bandeirantes e europeus, suas rotas antiquíssimas acabaram prevalecendo sobre o colonizador, dando origem a um eixo crucial que conectava o litoral à região aurífera.

³ Antes do Presente.

Figura 17 – Caminho Novo e suas indicações de sítios, roças e pousos



Fonte: Mello e Souza, Laura de; Bicalho, Maria Fernanda B. 2006, p. 25.

A competição pela ocupação das margens do Caminho Novo gerou desafios tanto para os proprietários quanto para a administração colonial, devido à disposição e acomodação das pessoas em determinadas localidades. É importante mencionar que, em alguns casos, múltiplas ocupações fundiárias ocorriam no mesmo local devido à sua

importância estratégica na comercialização de alimentos para os viajantes dos caminhos das minas.

As roças e rocinhas, ao longo do tempo, desempenharam um papel crucial na transição sociocultural da região, evoluindo progressivamente para se transformarem nas estruturas urbanas que comporiam as Vilas e cidades de Minas Gerais.

3.2 O povoamento e desenvolvimento de Juiz de Fora ao longo do Caminho Novo

A instituição do Caminho Novo suscitou diversas inquietações na esfera régia, sendo o processo de povoamento dessa rota um dos temas primordiais que recebeu a atenção especial dos governantes. Essa atenção era motivada, em grande medida, pela necessidade de mitigar as práticas de desvio das rotas do ouro. De acordo com Lamas (2006), registros históricos indicam que durante as administrações de D. Antônio de Albuquerque (1721-1731) e Gomes Freire de Andrade (1733-1760) foram concedidas numerosas sesmarias na região da Zona da Mata mineira, evidenciando o empenho em fomentar o povoamento ao longo desse importante corredor viário.

Apesar da ocupação inicial do território ao longo do Caminho Novo ocorrer de forma desestruturada e espaçada entre propriedades, como descrito por Antonil, onde os espaçamentos eram referidos como "jornadas", o povoamento e a expansão para o sertão, transformado em território, foram graduais e contínuos, avançando cautelosamente para o interior. Na mentalidade da época, não havia uma concepção de ocupação sem fronteiras, pois não era comum reivindicar terras sem uma direção predefinida, as ocupações então eram feitas em áreas próximas aos fluxos de pessoas nos caminhos. A possibilidade de ocupar grandes extensões de terra de maneira arbitrária não estava alinhada com os costumes da época, dada a vastidão de terras sertanejas ainda preservadas e não colonizadas. A ocupação gradual, em vez de desenfreada, era motivada pelo receio das surpresas que o sertão desconhecido poderia trazer.

Responsável pelo povoamento ao redor do Caminho Novo, Garcia Paes Leme recebeu a missão de criar essa rota, com autorização da Coroa para demarcar sesmarias ao longo do caminho e distribuí-las entre familiares e amigos (Stehling, 1979). Nas proximidades da futura Juiz de Fora, o bandeirante explorou a margem esquerda do rio

Barro, conhecido pelos indígenas como "Para-y-Buna" (Stehling, 1979, p. 101), abrangendo áreas que hoje compreendem os bairros Retiro e Santo Antônio.

A concessão de sesmarias ao longo do percurso visava promover a densificação populacional da região, aumentando a segurança para os transportadores de riquezas em direção à capital. Em Juiz de Fora e ao longo do Caminho Novo foram estabelecidas roças e rocinhas para fornecer abrigo e suprimentos aos viajantes. Stehling (1979) destaca que Garcia Paes Leme "plantou uma roça de cereais para servir de subsistência dos futuros viajantes do caminho". A importância desses postos de abastecimento é ressaltada por Lamas ao abordar o povoamento e colonização da Zona da Mata mineira.

[...] estas roças e pousos formados ao longo do Caminho Novo foram de importância ímpar para o povoamento da Mata Mineira, uma vez que alteravam o meio ambiente por meio do trabalho, tanto para sustento próprio quanto para comercialização, seja do espaço físico (acomodação de muares e de pessoas) seja de gêneros alimentícios (oferecidos aos transeuntes) (Lamas, 2006, p. 1).

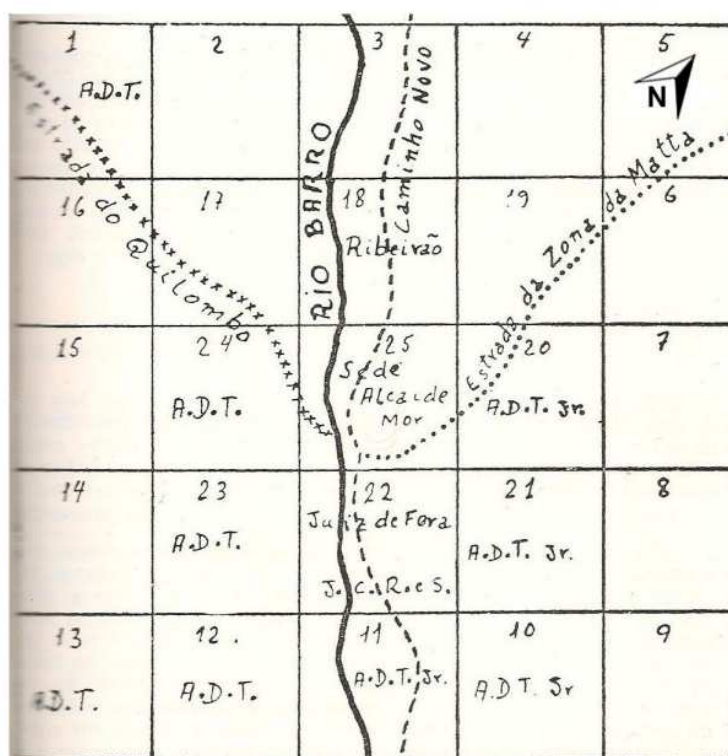
A argumentação de Lamas evidencia uma dinâmica onde vê-se não apenas a função prática desses locais como pontos de abastecimento ao longo da rota, mas também destaca sua relevância na integração de diferentes comunidades e na promoção do desenvolvimento econômico local. A interação entre o trabalho, o comércio e a acomodação ao longo do Caminho Novo emergem como um fator essencial no contexto do povoamento da Mata mineira, contribuindo para a configuração histórica e cultural dessa região.

Conforme destacado por Maria Efigênia Lage de Resende (2007), o processo de territorialização de Minas Gerais seguiu um desenvolvimento gradual, compreendendo a descoberta do ouro, a abertura de caminhos, a migração populacional e o estabelecimento do comércio interno. Esse processo resultou na formação de uma região diferente das até então ocupadas no Brasil colônia. Nessa região, as relações sociais foram moldadas pelo trabalho árduo na mineração do ouro e pela ocupação, exploração e produtividade da terra para suprir as demandas locais.

Segundo Barbosa (2013), considerando-se a região de Juiz de Fora, Thomé Correa Vasques, genro de Garcia Paes Leme, em 1708, construiu a primeira fazenda da localidade, a fazenda que hoje é conhecida como Tapera. O local de sua construção foi estrategicamente escolhido, no entroncamento de três vias, pois a construção serviria como pedágio, que havia sido autorizada previamente pela Coroa. A construção,

posteriormente, foi elevada à categoria de Alcaidemia do Rio Barro, e Correia Vasquez, à posição de Alcaide-Mor. Vale ressaltar que somente em 1717, Garcia Rodrigues obteve da metrópole portuguesa a "Real Ordem N° 14", estipulando as posses das sesmarias ao longo do Caminho Novo, sendo a "Sesmaria do Rio Barro" (Figura 18) atribuída a Thomé Correia Vasquez que procedeu à elaboração de uma planta detalhada e à divisão da área em vinte e cinco quadras.

Figura 18 – Sesmaria do Rio Barro



Fonte: Stehling, 1979, p. 105.

Na representação gráfica, evidencia-se o rio Barro, que corresponde atualmente ao rio Paraibuna, e as parcelas nas quais a sesmaria foi subdividida. A quadra central, de número 25, alberga a sede do Alcaide-Mor, localizada na atual fazenda Tapera. Por mais que ela tenha sido a edificação pioneira, a fazenda Tapera não ostenta o título de berço da cidade, principalmente devido à ausência de constituição como núcleo de aglomeração na época. Na porção inferior, visualiza-se a quadra 22, adquirida pelo Juiz de Fora incumbido de reprimir com maior severidade o contrabando na localidade. Como afirma Barbosa (2013), embora a imagem careça de uma escala cartográfica, registros históricos

indicam que a fazenda do Juiz de Fora estava situada na Avenida Garibaldi Campinhos, atualmente integrada ao bairro Vitorino Braga, enquanto a fazenda Tapera se encontra no bairro Santa Terezinha.

Conforme afirma Dilly (2004), em 1713, a quadra que daria lugar ao centro da cidade foi alienada ao Juiz de Fora, previamente ocupante da função judicial no Rio de Janeiro. Evidentemente, a propriedade do Juiz de Fora passou por sucessivas transações, mudando de mãos em diversas ocasiões. Um desses proprietários foi o português Antônio Vidal, que adquiriu vastas extensões de terra ao longo do Caminho Novo, englobando aquelas que, posteriormente, constituíram o epicentro urbano. Segundo Stehling (1979), o referido português obteve autorização para construir uma capela para Santo Antônio, figura que perdura como padroeiro da cidade até os dias atuais.

No que concerne à demarcação territorial da região, segundo o Códice Costa Matoso (1999), Garcia Paes adquiriu a concessão de quatro sesmarias, representando um marco significativo em sua posse. A responsabilidade pela patrulha do caminho incumbiu-se ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes, enquanto o tenente-coronel Manoel do Valle Amado assumiu a guarda dos mantimentos. Outros indivíduos que obtiveram concessões de sesmarias na área, segundo Oliveira (2007), foram José Vidal Barbosa Lage, em 1781, notório proprietário de um considerável número de escravizados, embora carecesse de terras destinadas à atividade agrícola, e Domingos Vidal Lage, em 1784.

Segundo Faria (1995), a ocupação e o povoamento da região em questão se deram de forma dispersa e baseou-se principalmente na prática da agricultura de subsistência. Genovez (1998) afirma que um dos primeiros e mais proeminentes sesmeiros foi João de Oliveira, funcionário governamental estabelecido no Rio de Janeiro. Sua sesmaria, situada adjacente à de José de Souza Fragozo, conhecida como Marmelo, datada de 1708, compreendia a área desde o bairro Bom Pastor até o Mariano Procópio.

Conforme afirma Oliveira (2007), a carta de sesmaria emitida em 15 de janeiro de 1710 estipulou uma extensão territorial de uma légua e meia para João de Oliveira, porém essa medida foi reduzida em 3 de agosto de 1712 para uma légua em quadra. Em seguida, vinha a sesmaria do Alcaide, estabelecendo assim uma delimitação clara das concessões territoriais na região. O depoimento do Padre Afonso Henrique Hargreaves Botti, em 1998 à Professora Ms. Leda Maria de Oliveira nos conta um pouco mais sobre o nascimento de Juiz de Fora:

Em 1713 João de Oliveira vendeu para Luiz Fortes Bustamante e Sá a sesmaria. Lá Bustamante fundou, na atual avenida 7 de Setembro, [nas proximidades da Boite Sayonara], a Fazenda Velha [1713-1728], que foi desmanchada na década de 40. Bustamante ocupava o cargo jurídico de juiz de fora, maneira como ficou conhecido. Por ser uma pessoa naturalmente importante em torno de sua fazenda apareceram várias vendas. Em Minas não tem venda propriamente, mas lojas com quatro portas onde se vende de tudo: roupa, linha, dedal, cachaça, feijão, fubá, fumo, etc. As vendas funcionavam, também, como taberna. As pessoas desses vários povoados quando iam às compras naquelas vendas, em torno da fazenda de Bustamante e Sá, diziam: „nós vamos ao juiz de fora“. Foi esta tradição oral que se impôs ao nome original da Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada. Tanto que, quando foi elevada à Vila, em 1850, aparece no texto da lei: elevada a Vila de Santo Antônio do Paraibuna do Morro da Boiada do Juiz de Fora (Genovez, 1998, p. 16).

Na segunda metade do século XVIII, as terras pertencentes ao Alcaide Tomé Correia Vasques, atualmente compreendendo os bairros de Santa Terezinha, Bandeirantes e Francisco Bernardino, foram também adquiridas por Antônio Vidal. Após o falecimento de Vidal em 1765, suas propriedades foram legadas como herança para seus três filhos (Miranda, 1990, p. 88). Em 1781, essas terras foram novamente transacionadas, desta vez para o garimpeiro Antonio Dias Tostes, que buscava, através da emancipação da freguesia, aumentar sua influência política na época em que vivia em Juiz de Fora.

A área adquirida por Tostes abrangia desde o atual Museu Mariano Procópio até o curso do córrego Independência. Com o passar dos anos Tostes se tornaria o maior proprietário rural da região; Dilly escreve sobre algumas das posses de Tostes adquiridas do Juiz de Fora no final do século XVIII, “[...] casas de vivenda de sobrado, capela, engenho de cana, rancho de passageiros, paiol e mais benfeitorias e cinco Sesmarias anexas com casas, paiol, mais benfeitorias e também a fazenda do Marmelo, incluindo na compra um grande número de escravos” (Dilly, 2004, p. 21). Através desse relato podemos perceber não só o tamanho da fortuna de Tostes, mas o tamanho de Juiz de Fora nesse período, pois todas essas propriedades estavam localizadas nessa região e foram adicionadas ao patrimônio de Tostes que já era considerável apenas no final do século XVIII, então além dessas construções podemos inferir que havia diversas outras.

Até o final do século XVIII a região era pouco povoada se considerarmos o povoamento apenas pela quantidade de homens brancos presentes, pois as únicas fazendas que existiam na região eram a de Tapera e a de Juiz de Fora. Paulino de Oliveira reproduz anotações de exploradores que percorreram a região durante esse período, incluindo o relato de Saint Hilaire, no qual se encontra registrado:

[...] a uma légua e três quartos de Marmelo encontra-se a habitação de Juiz de Fora, [...]. Essa venda foi construída na extremidade de uma grande pastagem, cercada de morros por todos os lados. O Paraibuna corre perto do caminho; sobre um pequeno regato que aí desemboca, depois de haver atravessado a estrada, foi construída uma ponte de madeira de efeito pitoresco; perto está uma cruz; mais ao longe veem-se uma capela abandonada e as ruínas de um engenho de açúcar. Ao lado da venda está um vasto rancho e muito perto um celeiro para o milho (Oliveira, 1966, p. 10).

Por meio deste trecho, podemos vislumbrar o tamanho dessa região através das diversas atividades econômicas empregadas, além disso são delineadas considerações pertinentes à economia da região, alicerçada predominantemente na atividade agropecuária, em distinção às áreas de exploração mineral. Saint Hilaire, em relato de começos do século XIX, faz menção a uma área caracterizada por pastagens, engenhos de açúcar e um celeiro de milho, proporcionando uma visão evidenciada pelos registros históricos acerca da Zona da Mata mineira no século XVIII. Esta região se destacava como um polo robusto na criação de animais e na produção agrícola, desempenhando um papel crucial no abastecimento das demais áreas da Capitania de Minas Gerais.

Através da análise do processo de povoamento podemos perceber a interação complexa entre exploradores, bandeirantes, autoridades locais e a dinâmica econômica da época, delineando os alicerces que moldaram a identidade e o desenvolvimento histórico de Juiz de Fora ao longo dos séculos.

3.3 Arquitetura colonial em Juiz de Fora

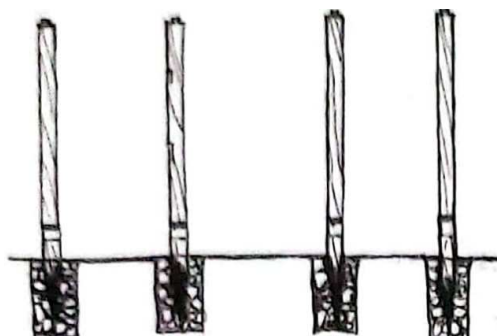
As edificações coloniais do início do século XVIII em Juiz de Fora e região, de acordo com Mendes *et al.* (2011), refletiam uma amálgama de técnicas e influências culturais incorporadas pelos portugueses durante suas conquistas, destacando-se as influências portuguesas, indígenas e africanas. Utilizando-se dos recursos disponíveis no território, como madeira, palha, pedra e barro, os colonizadores construíram suas habitações.

O método construtivo adotado na região de Juiz de Fora durante os estágios iniciais de colonização revelou uma marcante influência indígena, desde a fase de construção dos alicerces até os acabamentos das estruturas. Conhecido como "pau a pique", este método envolvia a criação de uma estrutura autônoma que combinava

funções de sustentação e vedação por meio dos materiais disponíveis, configurando uma espécie de treliça capaz de suportar e distribuir as cargas provenientes da cobertura.

As fundações eram estabelecidas mediante o uso do método do "pau a pique", um procedimento simples e ágil que consistia na disposição vertical de elementos, assemelhando-se ao empregado nas fortificações indígenas. Neste método, varas ou toras eram cravadas em proximidade umas das outras, com suas bases submetidas a um processo de incineração prévia para evitar a deterioração decorrente da umidade do solo. Cada pilar podia alcançar até quinze metros de altura, dos quais dois a quatro metros eram enterrados no solo, e as cavidades eram preenchidas com pedras para reforçar a fixação dos esteios (Figura 19).

Figura 19 – Fixação dos esteios no solo

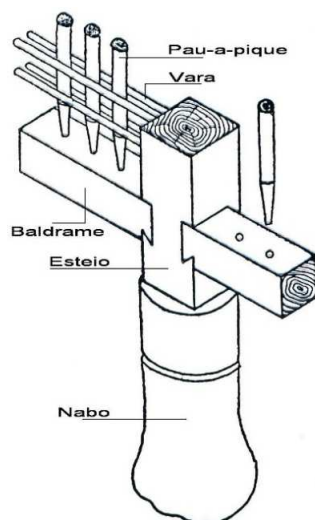


Fonte: Mendes *et.al.*, 2011, p. 84.

Além disso, era empregado o baldrame (Figura 20), um elemento horizontal inferior, disposto a uma certa elevação do solo, evitando assim a umidade ascendente. Sob os baldrames, eram inseridos os socos, espaços preenchidos com pedra, destinados à vedação. Para reforçar o baldrame, eram inseridas peças de madeira, denominadas burros, entre este e o solo.

A parte inferior dos esteios, que ficava enterrada no solo, mantinha sua forma roliça original das árvores, sendo popularmente denominada "nabo". Segundo Mendes *et al.* (2011), as madeiras preferidas para essa construção eram a aroeira ou braúna. Os baldrames eram ligados aos esteios por meio de peças com encaixes entalhados em carpintaria. Podendo ser, conforme detalha Santos (1951), cavilhas, malhetes ou macho-fêmea (Figura 20).

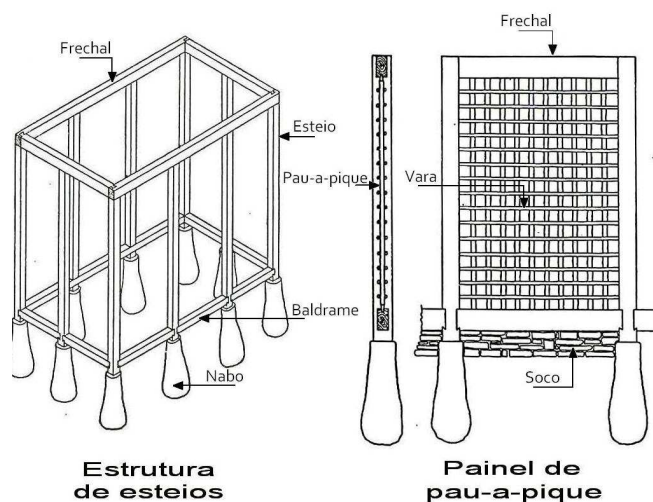
Figura 20 – Detalhe de uma construção em pau a pique



Fonte: Santos, 1951.

Entre os esteios e os frechais, que são as peças horizontais superiores, eram dispostos paus roliços verticais com cerca de dez cm de diâmetro, formando uma malha quadrangular em um ou ambos os lados (Figura 21), a malha chamada de gaiola, segundo Lemos (1989), é uma técnica que chegou ao Brasil com os portugueses. Essa estrutura, segundo Barbosa *et al.* (2011), era então amarrada com cordas feitas de seda, linho, cânhamo ou buriti. Com a conclusão desta malha, a construção do telhado podia prosseguir sem interrupções, conferindo maior celeridade à obra, pois permitia avançar independentemente das condições meteorológicas.

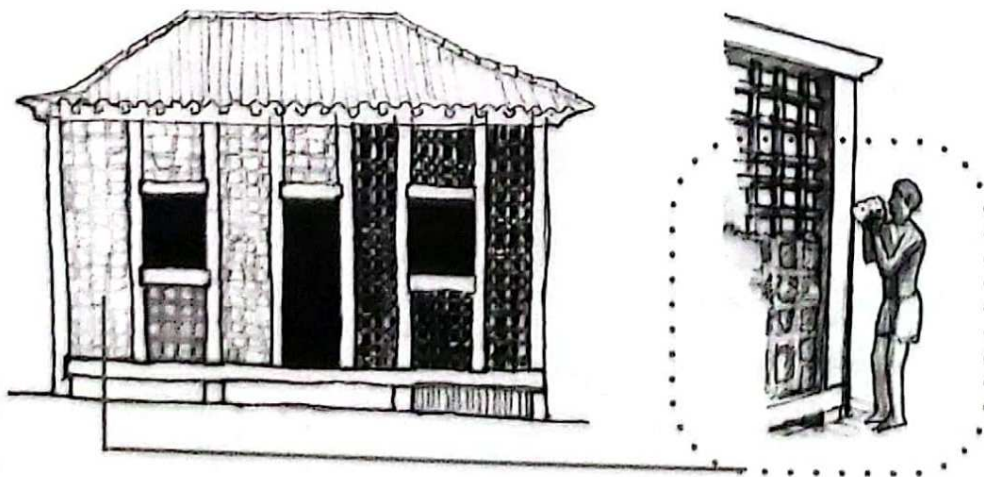
Figura 21 – Estrutura em pau a pique



Fonte: Santos, 1951.

Para concluir a vedação das paredes, uma mistura de barro, água e fibras vegetais, era aplicado e compactado manualmente, técnica conhecida como "sopapo" (Figura 22). No caso de paredes muito altas, eram utilizadas peças intermediárias entre o baldrame e o frechal, chamadas de madres.

Figura 22 – Aplicação da argamassa no estrado de madeira



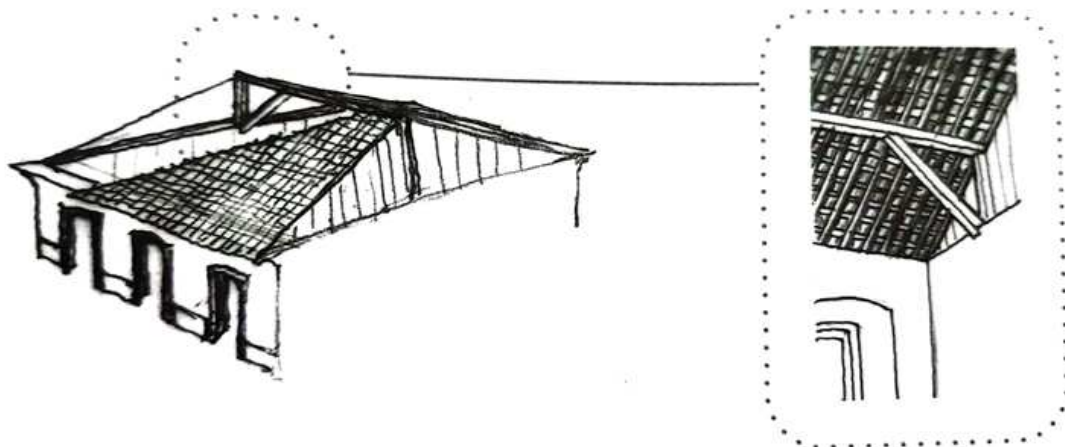
Fonte: Mendes *et al.*, 2011, p. 84.

A cobertura das edificações era feita com telhas capa-e-bica ou capa-e-canal, que eram dispostas sobre o madeiramento comumente distribuído em duas águas, a distribuição da carga do telhado se dava através do uso de mãos-francesas (Figura 23). O telhado deveria necessariamente ter um beiral, pois estes desempenhavam um importante papel na proteção das paredes contra as chuvas tropicais. Os elementos de acabamento dos beirais nas edificações coloniais eram variados, podendo ser confeccionados com madeira, pedra ou argamassa, apresentando diferentes formatos, como cachorros, cimalthas ou sancas. Embora desempenhasse a mesma função primordial de proteção contra a água da chuva, a elaboração desses elementos de acabamento podia variar em termos de sofisticação formal, dependendo da importância da edificação e da disponibilidade de mão de obra.

Mendes *et al.* (2011), explica que o beiral em cachorrada, constituído por uma estrutura de madeira, era especialmente empregado em edificações desprovidas de lajes, exigindo uma cuidadosa amarração de peças independentes para garantir sua eficácia. O acabamento desse tipo de beiral poderia incluir entalhes na madeira, agregando detalhes decorativos à estrutura. Por outro lado, as cimalthas ou sancas, podendo ser

confeccionadas em madeira, pedra ou argamassa, poderiam servir tanto como elementos estruturais quanto como mero acabamento estético, dependendo das características específicas da construção e das preferências do construtor.

Figura 23 – Detalhe de uma mão francesa



Fonte: Mendes *et al.*, 2011, p. 87.

Mendes *et al.* (2011), explica como o revestimento das edificações no contexto colonial era tradicionalmente realizado através do processo de caiação. Inicialmente, era aplicado um emboço⁴ de barro nas paredes, seguido por um reboco composto por cal e areia. Posteriormente, o processo de caiação era empregado, utilizando cal obtida a partir de conchas e mariscos. Essa técnica conferia às paredes uma coloração predominantemente branca, proporcionando um contraste visual com as esquadrias, as quais frequentemente eram pintadas com cores vibrantes, como azul, amarelo e vinho. Essas tonalidades vivas eram obtidas a partir de fontes naturais, tais como açafreão, cochonilha e urucum, evidenciando uma estética característica das construções coloniais. Tal prática não apenas conferia beleza estética aos edifícios, mas também podia servir como indicador de status social ou identidade cultural, dependendo do contexto histórico e geográfico.

As construções de habitações da região de Juiz de Fora, no século XVIII, possuíam além dessa técnica construtiva, outras semelhanças. As plantas eram basicamente em L ou U e respeitavam a topografia do local que seria implantada. “A arquitetura mineira sempre teve essa característica: respeitar o perfil natural do

⁴ Primeira camada de argamassa que se assenta na parede, e que serve de base ao reboco.

terreno[...]” (Lemos, 1989, p. 43). Possuíam na grande maioria dos casos dois pavimentos, os sobrados recebiam de forma geral as áreas de serviço no térreo e as salas, alcovas e quartos no piso superior. Outro fator de grande importância nas construções eram as varandas e alpendres, desempenhando importante função climática ao proporcionar sombra antes da entrada nos cômodos frontais e proteção contra a chuva aos visitantes. Além disso, conforme descrito por Veríssimo (1999), a varanda servia como uma transição entre o espaço público e privado, possibilitando receber visitantes sem abrir a intimidade da casa.

As primeiras construções coloniais que ocuparam essa região tinham características relacionadas às construções rurais, pois como dito anteriormente as sesmarias eram grandes e espaçadas entre si, possibilitando um aproveitamento maior do terreno se comparado às regiões mineradoras, é claro que não podemos generalizar as formas das construções, mas podemos analisando individualmente cada habitação, enxergar padrões construtivos similares.

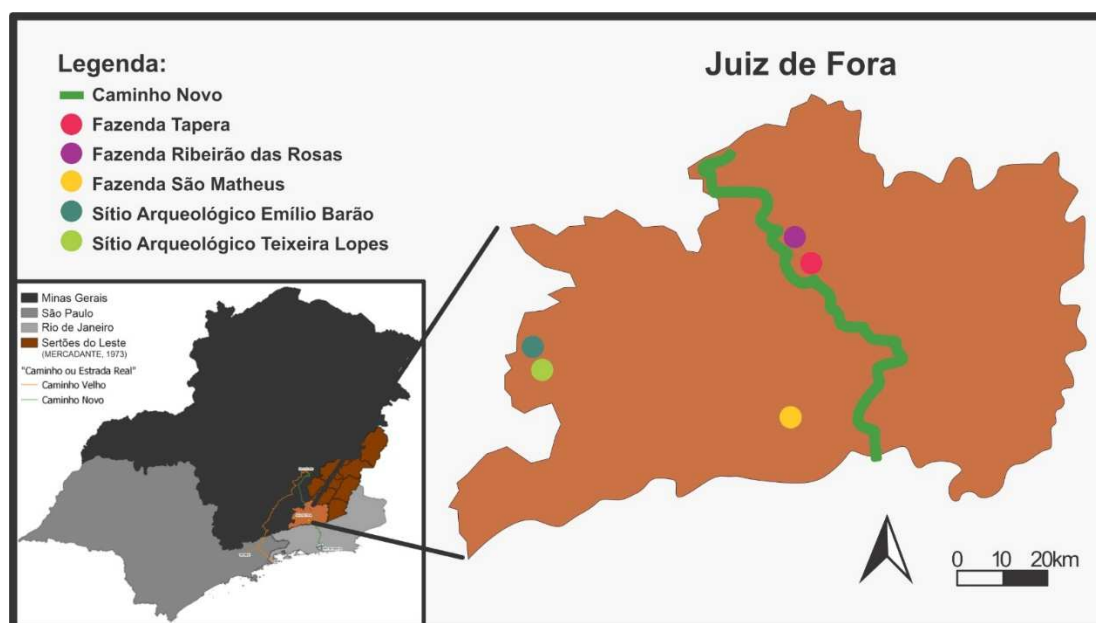
Segundo Lessa (1985), a primeira construção oficial na região de Juiz de Fora foi a fazenda atualmente conhecida como Tapera⁵, uma edificação do início do século XVIII, construída na sesmaria de Thomé Correa Vasques, genro de Garcia Paes Leme. A localização da construção, atual Rua Alencar Tristão, foi pensada para servir como posto de cobrança de pedágio, ela ficava no centro de três vias, facilitando assim a execução de seu propósito maior que era a cobrança de pedágio. Porém, além de servir como posto de cobrança de pedágio ela era a moradia da família de Thomé, sendo construída e arquitetada por Pedro Duval, entre 1700 e 1704, sendo considerada também a repartição pública mais antiga que se tem conhecimento na história da cidade. Esse misto de funções é uma característica presente nas primeiras edificações do século XVIII, principalmente nas margens do Caminho Novo, onde as construções serviam como moradia para os habitantes, além de ter espaços destinados a comércio de mantimentos e hospedaria para os viajantes.

A fazenda Tapera (Figura 25), que atualmente ocupa um espaço de quatro alqueires, é uma construção característica da arquitetura colonial, foi feita em pau a pique além de possuir os acabamentos e estilos da época, como janelas em guilhotina, esquadrias em madeira e caiação nas paredes. Hoje é um bem tombado e de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. A construção principal e que está em pé

⁵ Segundo o Dicionário Ilustrado Tupi-guarani, Tapera significa habitação abandonada.
Fonte: www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tapera.

até os dias atuais, conta com dois pavimentos, como podemos verificar no respectivo processo de tombamento. Ao longo dos anos sofreu algumas reformas, descaracterizando algumas partes originais, uma dessas intervenções ocorreu no final do século XIX quando foi adicionada uma nova fachada a edificação (Figura 25). Na imagem podemos ver uma perspectiva feita pelos arquitetos responsáveis pelo projeto de intervenção, elaborado para a Santa Casa em 2016⁶, sendo possível observar a construção original e a fachada que foi adicionada posteriormente com a coloração amarela.

Figura 24 – Mapa Localização das Fazendas em Juiz de Fora no séc. XVIII



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 25 – Perspectiva 3D da fachada frontal da Fazenda Tapera



Fonte: Projeto de Intervenção e revitalização da Fazenda Tapera, elaborado por Arquitetura Moema Loures e a Universidade de Juiz de Fora, 2016.

⁶ O projeto de intervenção de 2016 não foi executado, porém auxilia na iconografia da edificação.

Outra edificação do século XVIII, às margens do Caminho Novo na região de Juiz de Fora é a Fazenda Ribeirão das Rosas (Figura 26), datada do século XVIII, conforme registros de Procópio Filho (1973). Esta propriedade foi construída na sesmaria do Alferes Manoel Vidal, filho de Antônio Vidal, no final do mencionado século. Com um *layout* retangular e dezenove cômodos distribuídos em dois pavimentos, sendo o primeiro reservado ao porão e à área de serviço, enquanto o segundo abrigava os quartos, salas e uma capela, destaca-se a ausência de corredores, com os cômodos dispostos em torno de uma sala central.

A construção do pavimento térreo é em alvenaria de pedra, enquanto o segundo pavimento é em pau a pique, com detalhes em madeira. As fachadas apresentam esquadrias divididas em caixilhos retangulares de vidro, com sistema de guilhotina e molduras de madeira. A porta principal, também de madeira, possui verga reta. O telhado é composto por telhas cerâmicas do tipo capa e canal.

Na fachada principal, destaca-se uma varanda que, atualmente, encontra-se fechada por uma parede, transformando-a em um corredor. No entanto, durante a época de sua construção, essa varanda desempenhava um papel importante no acesso à residência, o quarto de hóspedes, por exemplo, era acessado exclusivamente por meio da varanda, situando-se fora da estrutura principal da casa.

Segundo o histórico elaborado pela FUNALFA em 2010, a fazenda possuía uma passagem no pavimento térreo por onde as carroças transitavam dentro da edificação. A finalidade dessa passagem não está claramente determinada, sendo especulado se era um posto fiscal oficial ou se destinava-se à cobrança de taxas de passagem em benefício da própria fazenda, prática comum na época. Atualmente, o prédio, que passou por intervenções ao longo dos anos, é de propriedade do Exército Brasileiro e é considerado um bem patrimonial tombado.

Figura 26 – Foto da sede da Fazenda Ribeirão das Rosas



Fonte: Processo de Tombamento nº 01396: Fazenda Ribeirão das Rosas, 1999, p. 2.

A Fazenda São Mateus (Figura 27), datada do século XVIII, mais especificamente do ano de 1709, conforme registros de Procópio Filho (1973), foi erguida na sesmaria de Matias Barbosa da Silva, localizada no atual distrito de Torreões. Abrangendo uma área total de 2.397 hectares, esta propriedade compreende diversas edificações construídas em diferentes períodos.

A sede da fazenda apresenta uma planta em forma de "L", com um pátio frontal. Suas fachadas são pintadas de branco e possuem esquadrias coloridas, destacando-se as janelas em estilo guilhotina, todas com vergas retas. O método construtivo utilizado é o pau a pique, característico das construções coloniais da região. Trata-se de um sobrado de dois pavimentos, com a entrada para o pavimento superior acessada por uma escadaria externa que leva a um alpendre, proporcionando acesso às demais áreas da edificação. O conjunto paisagístico da Fazenda São Mateus é atualmente protegido por meio de tombamento, garantindo sua preservação histórica e cultural.

Figura 27 – Fazenda São Mateus



Fonte: Processo de Tombamento nº 005277: Fazenda São Mateus, 1997, p. 71.

A análise das edificações encontradas na região de Juiz de Fora no século XVIII nos permitem visualizar o método construtivo empregado nas moradias que se valeu principalmente do pau a pique, devido a disponibilidade de materiais da região. Além da técnica disponível na época das construções, outro ponto observado é a importância do Caminho Novo para o povoamento da região. As três edificações mencionadas eram diretamente ligadas ao Caminho Novo e, em duas delas, o Caminho Novo passava em suas portas, o que nos faz argumentar que a escolha do local de moradia no século XVIII estava fortemente ligado a estrada e as necessidades geradas por ela, como a cobrança de pedágio e oferecimento de hospedagem e mercadoria aos viajantes. Diferente das moradias indígenas do século XVII, que se utilizavam de outros fatores norteadores para suas habitações, dos quais podemos citar a proximidade de fontes hidrográficas e as questões relacionadas com as crenças espirituais por exemplo.

CAPÍTULO 4

SOCIEDADE E PAISAGENS: INTERAÇÕES EM JUIZ DE FORA NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Para dar início a este capítulo, é crucial abordar o conceito de região que tem sido objeto de análise ao longo desta pesquisa. Em um primeiro olhar, pode-se pensar de maneira simplista que uma região é definida pelo seu local de inserção no ambiente natural e por sua delimitação geográfica. Porém um estudo mais profundo do tema, traz a região num conceito muito maior do que essa definição física inicial. Ele desperta interesse em diversas áreas científicas, não se restringindo à geografia, mas sendo também empregado por historiadores, antropólogos, sociólogos e outros especialistas, cada um com suas próprias definições e perspectivas.

Pierre Bourdieu (1989), ao comparar geógrafos e economistas, aponta que enquanto o geógrafo tende a focar na análise do conteúdo espacial limitado pelas demarcações administrativas e políticas, o economista enxerga a região como dependente de outros locais, tanto quanto aos aspectos relacionados à recursos, quantos questões de mercado. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira (1985) visualizaram uma mudança na geografia, que abandonou o conceito de região em favor do termo mais abstrato "espaço", desapontando estudiosos de outras disciplinas. Eles argumentam que essa mudança ocorreu nos anos quarenta, resultando em uma abordagem mais centrada no aspecto econômico e menos atenta à complexidade do conceito de região.

No contexto dessas discussões teóricas, argumentamos que a região é um fenômeno social, sendo o resultado das interações sociais em um determinado espaço físico. Como afirmado por Roncayolo (1986), a região é uma noção histórica moldada pelas circunstâncias, debates e conflitos de um período e lugar específicos. Ilmar de Mattos (1994) amplia essa perspectiva ao sustentar que a região só ganha sentido quando situada em um contexto de interações sociais que englobam tanto fatores internos quanto externos.

Nesse sentido, a territorialidade também é vista como um fenômeno que emerge das interações sociais e reflete as características dos indivíduos que a compõem. Roncayolo (1986) destaca que a territorialidade não precede o estabelecimento de relações sociais, mas as expressa e acompanha em seu desenvolvimento.

Partindo dessa premissa, examinaremos a região de Juiz de Fora e seus diversos habitantes durante os séculos XVII e XVIII, analisando os locais de habitações e as interações sociais de cada período, para uma melhor compreensão de fato da região e da territorialidade de cada época, respeitando a ordem cronológica dos eventos. Começaremos discutindo os indígenas.

Para entendermos um pouco mais sobre as características de cada grupo é importante discutir as questões relacionadas a linguística e como isso interfere nas diferentes visões de mundo desses grupos. Os códigos linguísticos utilizados por indivíduos que compartilham uma mesma herança cultural permitem-lhes "classificar e nomear seres vivos, plantas, artefatos e pessoas, enquanto aprendem como esses elementos estão conectados com base em características físicas e genealógicas" (Claval, 1999, p. 86).

Por muitos anos, os linguistas têm buscado semelhanças e diferenças entre as línguas que coexistem em uma determinada região geográfica. Segundo Rodrigues (1985, p. 33), as línguas podem ser consideradas geneticamente relacionadas quando compartilham um conjunto de características estruturais e lexicais de tal maneira que não podem ser explicadas como desenvolvimentos independentes nem como resultado de interação social entre falantes de diferentes línguas. A hipótese predominante é que essas "línguas relacionadas" compartilhavam uma língua ancestral no passado e que suas semelhanças atuais são resultado de uma diferenciação ao longo do tempo.

Segundo Turtera Pereira (2009), em linguística, quando há parentesco entre duas ou mais línguas, costumam ser agrupadas em uma família linguística. Essas línguas compartilham uma origem comum, derivando de uma única língua ancestral que se diversificou ao longo do tempo. O tronco linguístico, por exemplo, o tupi, o indo-europeu e o arawak, é a família mais antiga que agrupa as famílias linguísticas modernas. Por meio do método de reconstrução linguística, é possível inferir relações de parentesco, formação de famílias, desenvolvimento de troncos linguísticos e estimar a cronologia relativa da separação entre línguas.

Da mesma forma que existem similaridades linguísticas em um mesmo sistema de linguagem, os códigos culturais presentes em objetos materiais devem compartilhar semelhanças estruturais. Lima (2005), ao estudar os elementos gráficos presentes na cerâmica tupiguarani e marajoara, chegou à conclusão de que a semelhança entre essas duas cerâmicas não se limita à forma das peças ou às técnicas de decoração, mas também aos esquemas cognitivos subjacentes usados por esses dois grupos culturais. "a maior

parte das técnicas decorativas ou das formas de estruturar a superfície dos vasos são as mesmas (...)" (Lima, 2005, p. 31). Dessa forma é possível analisar as semelhanças e diferenças entre produções cerâmicas encontradas em diferentes contextos arqueológicos e assim contribuir para uma melhor explicação dos fluxos migratórios indígenas.

As populações indígenas que habitaram a localidade de Juiz de Fora no período prévio ao século XVII possuem raízes linguísticas distintas. Para um entendimento mais sólido das particularidades de cada grupo, é essencial explorar as características específicas de suas respectivas ramificações, visto que a diversidade cultural destas comunidades se manifesta por meio de suas línguas, costumes, práticas sociais, expressões materiais e modos de organização.

Dentro do campo da arqueologia, a análise do ambiente desempenha um papel crucial na compreensão de diversos aspectos da vida e das interações entre as populações antigas e seu entorno. A diversidade de recursos disponíveis em cada ambiente, assim como sua distribuição, periodização e limitações, fornece dados essenciais para a formulação de hipóteses sobre os padrões de interação humana. Esses estudos contribuem significativamente para nossa compreensão dos processos de ocupação do território antes da chegada dos colonizadores, enriquecendo nosso conhecimento sobre a história pré-colonial.

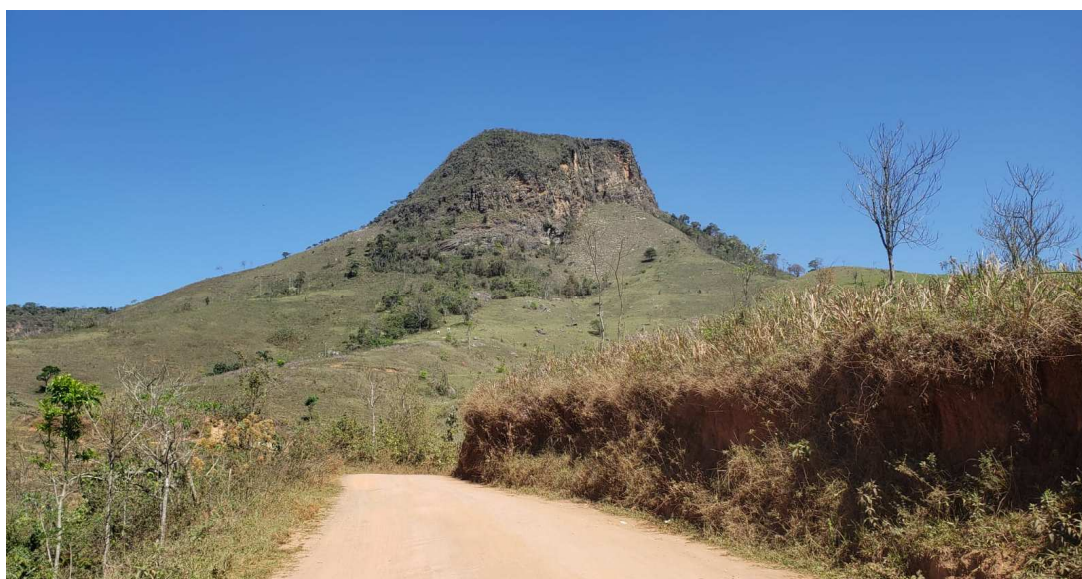
Através das escavações realizadas pela equipe do MAEA-UFJF, foi relatado a dificuldade de se obter informações precisas dos sítios Emílio Barão e Teixeira Lopes devido a perturbação feita no solo pela atividade agropecuária, porém, sua própria localização e a paisagem, já fornecem pistas importantes sobre o possível uso e relação dos Tupinambá com o ambiente.

Ambos os sítios estão aproximadamente a mil metros do Rio do Peixe (Figura 28), um curso navegável que desemboca no Rio Paraibuna. Além disso, o pico conhecido como Cabeça de Formiga (Figura 29), um pontão gnáissico muito característico que pode ser visto em ambos os sítios e por toda a região, é um elemento elevado e de destaque, que como afirma Buarque (2009), comumente escolhido pelos Tupinambá, pelo fato de oferecerem uma visão panorâmica de todo o território a partir do topo, assim provavelmente desempenhavam além de um valor simbólico relacionado a cosmovisão, também um valor estratégico, permitindo um maior controle da região.

Figura 28 – Rio do Peixe

Fonte: Arquivo pessoal da autora. 2023.

Foi considerado durante as escavações que os materiais coletados em ambos os sítios pertencem a um mesmo conjunto ocupacional embora não seja possível afirmar se os sítios eram locais de habitação ou funerários. No entanto, é seguro dizer que faziam parte do território Tupinambá, independente do seu uso, porém o fato de estar próximo ao rio e ter um marcador de paisagem próximo que é o Pico Cabeça de Formiga, sugere que esses locais poderiam ter servido como áreas residenciais.

Figura 29 – Foto do Pico Cabeça de Formiga

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2023.

Antes de adentrarmos na compreensão dos sítios Emilio Barão e Teixeira Lopes, é fundamental ampliar nosso entendimento sobre análise espacial.

É possível conceituar análise espacial em Arqueologia como um estudo contextual dos vestígios arqueológicos, procurando evidenciar suas relações e caracterizações espaciais que possibilitem uma interpretação do Comportamento sociocultural que lhe deu origem no passado (Assis, 1996, p. 13).

(...) as opções de um grupo social na forma como organiza seu espaço e, assim, o constrói, são fonte para o entendimento deste mesmo grupo. Quais eram seus meios de subsistência, seu nível econômico, político e como estava estruturada sua sociedade (Kormikiari, 2000, p. 13).

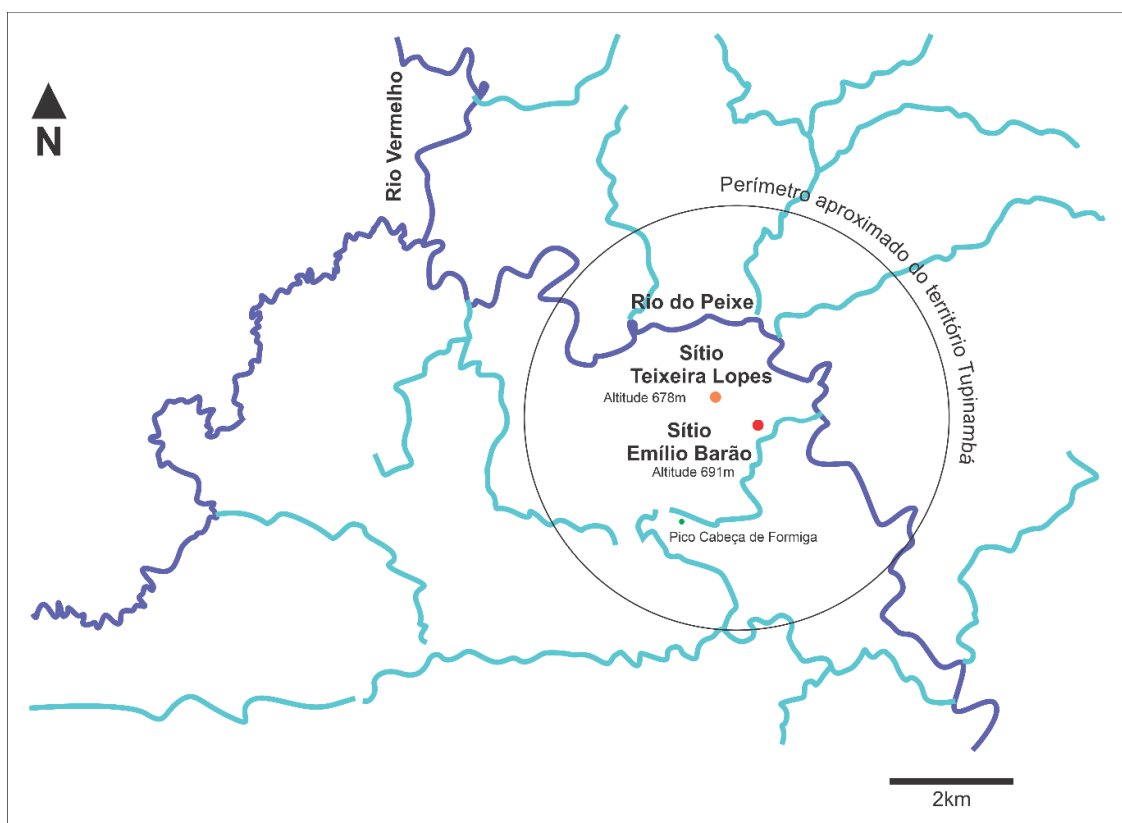
Assim, ao examinarmos a cultura material encontrada nas escavações e ao avaliarmos o contexto arqueológico, pudemos formular um modelo de habitação para essa área durante o século XVII. Conforme observado por Metraux (1928), os Tupinambá ocupavam um local por cerca de cinco anos, portanto, nossa proposta será baseada nessa possível ocupação. Reconhecemos que podem ter ocorrido múltiplas ocupações durante esse período, mas, para mantermos nossa análise o mais próxima possível da realidade, nos concentramos em uma única possibilidade de uso do espaço.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que a área do sítio arqueológico abrange apenas a região da aldeia, com aproximadamente dois quilômetros de diâmetro, excluindo as áreas de cultivo, caça e pesca. Estudos mais aprofundados sobre os Tupinambá indicam que esses locais estavam localizados a uma distância maior da aldeia.

Binford (1982) destaca que o escopo do trabalho do arqueólogo deve se estender para além do próprio sítio, levando em conta a distribuição das estruturas arqueológicas e os padrões de mobilidade, bem como sua relação com a obtenção de recursos, práticas rituais, condições climáticas e outros fatores determinantes dos assentamentos.

O clima tropical úmido e a vegetação de mata Atlântica na região proporcionam condições favoráveis para comunidades horticultoras, conforme apontado por Mano (2006). Essas populações cultivavam milho e mandioca e utilizavam os rios para transporte e pesca. Essa descrição se alinha com o que observamos na região dos sítios arqueológicos, que está próxima do Rio do Peixe e de diversos córregos como é possível ver no croqui a seguir.

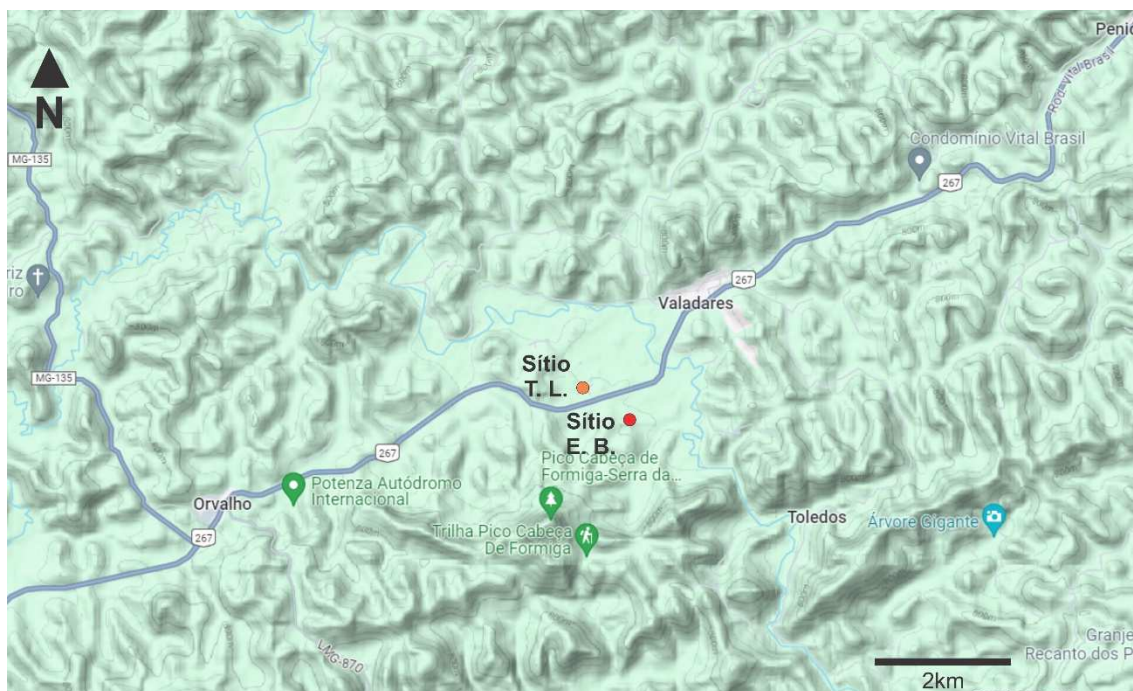
Figura 30 – Croqui esquemático dos sítios em relação aos rios e córregos



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Além da presença hidrográfica abundante, através do mapa topográfico (Figura 30), podemos verificar que os sítios estão localizados em uma planície, fator que corrobora para a hipótese de o local ter servido como habitação, pois como afirma Prous (1992), os Tupinambá evitam se estabelecer em locais muito acidentados.

Figura 31 – Mapa Topográfico da região dos sítios arqueológicos



Fonte: Elaborado pela autora, baseado no Google Maps, 2024.

É relevante destacar que, devido às intervenções no terreno após a deposição arqueológica, durante as escavações, foi difícil examinar completamente a dispersão dos materiais em todo o sítio. Essa limitação prejudica nossa análise atual da distribuição espacial da ocupação e das possíveis áreas de atividades específicas. No entanto, ao realizarmos análises macro dos sítios em relação ao ambiente circundante, podemos obter uma compreensão, ainda que parcial, da distribuição espacial do sítio. Portanto, a seguir, apresentaremos de forma iconográfica uma interpretação do que acreditamos ter sido essa ocupação antiga. A proposta foi elaborada baseando-se nas pesquisas já feitas anteriormente a respeito das habitações Tupinambá e nos relatos de memorialistas como Spix, que foram melhor detalhadas no capítulo dois dessa dissertação.

Figura 32 – Representação 3D da imagem aérea das malocas na aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 33 – Representação 3D da perspectiva humana de uma aldeia



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Através da Figura 32 é possível perceber a disposição da aldeia, com seis malocas posicionadas em formato oval em torno de uma praça central. Os Tupinambá limpavam todo o terreno e retiravam a vegetação do local onde fixavam sua aldeia, deixando um

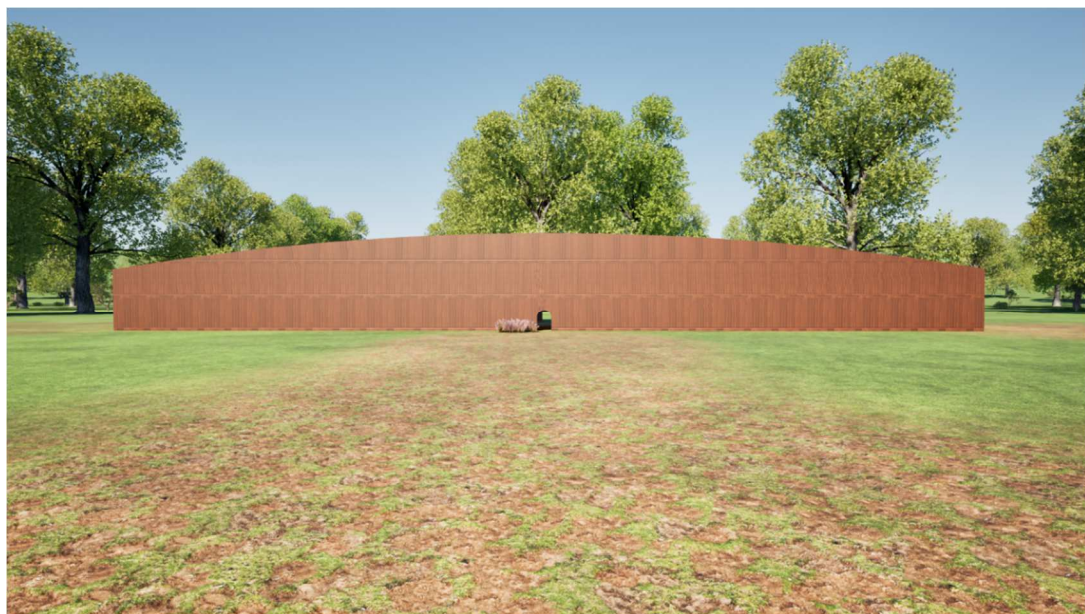
campo aberto cercado por uma paliçada e só então mantinham a vegetação nativa, na Figura 33 conseguimos ter uma dimensão um pouco maior do tamanho dessa praça central e da aldeia em si.

Figura 34 – Representação 3D de uma maloca na parte externa



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

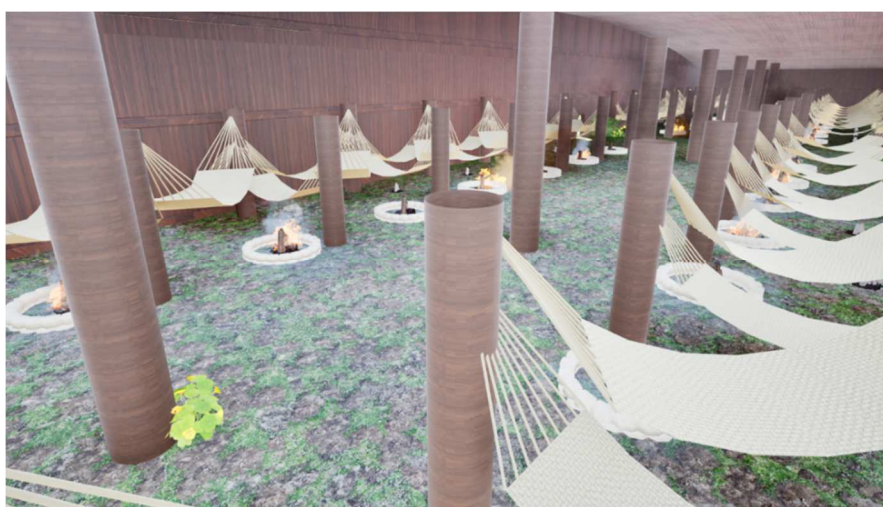
Figura 35 – Representação 3D da parte frontal de uma maloca



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As Figuras 34 e 35 nos permitem visualizar as portas da construção, e perceber a altura diminuta delas em relação ao restante da maloca, o que obriga os moradores a entrarem abaixados em seu interior, essa característica faz com que o interior da maloca fique mais quente do que o exterior, pois a noite elas são fechadas com tábuas preservando o calor em seu interior. Essas iconografias também nos mostram o formato abobadado e retangular que essa forma de moradia possuía, numa proporção de 4x1m e cerca de 4,5m de altura na sua parte mais alta.

Figura 36 – Representação 3D da distribuição dos núcleos familiares



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 37 – Representação 3D interna da região da entrada frontal de uma maloca



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As malocas são casas comunais onde várias famílias aparentadas vivem juntas. Na Figura 36, observamos as unidades familiares distribuídas ao longo da habitação. Cada unidade possui suas redes de descanso e duas fogueiras: uma maior, usada para cozinhar, com pedras ao redor para apoiar os utensílios culinários, e outra menor, localizada mais ao centro, destinada ao aquecimento. Na Figura 37, podemos visualizar a porta de uma perspectiva interna e ter uma melhor noção da dimensão interna da maloca e de seus componentes.

Figura 38 – Representação 3D do interior de uma maloca



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 39 – Representação 3D do corredor interno da maloca



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Enquanto os indígenas partilhavam e construíaam suas vidas juntos, um exemplo seria a própria maloca que abrigava cerca de vinte famílias em cada uma, os homens brancos viviam suas vidas de forma mais individualizada, onde numa mesma casa moravam os donos e os empregados e escravos, não tendo essa igualdade de vivência e espírito de comunidade, pois por mais que existissem mais pessoas além dos donos eles estavam ali para servi-los e não para compartilhar do espaço de forma igualitária.

Com a virada do século XVII para XVIII, não apenas a localização dos assentamentos humanos sofreu mudanças, mas também a relação entre o homem e o ambiente passou por transformações significativas. Anteriormente, a região era habitada por indígenas, cuja conexão com a natureza era marcada por um profundo senso de pertencimento, considerando-se parte integrante do todo. Por outro lado, os colonizadores brancos estabeleciam uma relação diferente, caracterizada pelo domínio da natureza em benefício próprio. No entanto, a compreensão que estes últimos tinham da natureza era consideravelmente mais limitada em comparação com a dos indígenas.

Enquanto o território dos Tupinambás se estendia por aproximadamente 45 km², o espaço ocupado pelos colonizadores brancos consistia principalmente em uma faixa de terra ao redor do Caminho Novo, sendo ainda mais restrito pelas águas do Rio Paraibuna. Essa limitação territorial estava relacionada tanto à falta de tecnologia disponível na época - somente no século XIX resolveram a questão do rio com a implementação das primeiras pontes, permitindo assim a expansão da ocupação para o outro lado do rio - quanto ao receio do desconhecido. Os colonizadores brancos temiam os animais e os indígenas que poderiam encontrar caso se aventurassem muito além das terras já conhecidas e demarcadas.

As habitações do século XVIII como apresentadas no capítulo três, eram feitas de adobe e possuíam dois pavimentos, tendo os cômodos separados por uso, onde os de serviço se localizavam no térreo e os íntimos e sociais ficavam no piso superior, através da análise das construções desse período na região de Juiz de Fora, propusemos um modelo de habitação em 3D com fins didáticos, para facilitar o entendimento dessa forma de moradia, as iconografias elaboradas serão apresentadas a seguir.

Figura 41 – Representação 3D da fachada de um modelo de construção colonial



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 42 – Representação 3D na perspectiva humana de um modelo de construção colonial



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As Figuras 42 e 43 mostram características arquitetônicas típicas das habitações coloniais, como o uso de beirais para proteção contra a chuva e varandas que controlavam

o clima e o fluxo de pessoas. A distribuição dos cômodos em dois pavimentos, um avanço possibilitado pela tecnologia construtiva da época, foi outro progresso significativo. A elevação do piso do solo, com quartos e salas no andar superior, ajudou a excluir a umidade e o frio do solo, proporcionando maior conforto térmico aos moradores.

Figura 43 – Representação 3D superior de uma construção colonial



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A Figura 44 nos permite observar um pouco do espaço ocupado por uma moradia no século XVIII, onde não vemos nenhuma outra habitação no entorno da mesma sendo ela a única edificação em quilômetros de distância.

Figura 44 – Representação 3D da fachada lateral de uma construção colonial



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As esquadrias no século XVIII recebiam pigmentações de cores primárias como azul e amarelo, advindas de pigmentos naturais como açafrão, na Figura 46, podemos observar esse contraste entre as paredes brancas e as esquadrias pintadas, outro ponto interessante de se observar é a diferença entre as aberturas das residências. Enquanto as malocas indígenas possuíam apenas quatro aberturas que eram concentradas nas portas, as residências coloniais possuíam diversas janelas e portas espalhadas pela casa toda, o que conferia uma maior iluminação e ventilação à residência.

Ao analisarmos as transformações históricas ocorridas nos séculos XVII e XVIII, torna-se crucial investigar a interação e os conflitos entre os diversos grupos humanos que habitavam a região. Na transição do domínio indígena para a colonização branca, surgem novas dinâmicas de poder, relações comerciais e conflitos territoriais. Esses aspectos moldam não apenas a paisagem física, mas também as relações sociais e culturais, deixando um legado duradouro na história da região.

4.1 Mudanças nas paisagens e interações entre os diferentes habitantes

“O espaço é uma narrativa histórica em si mesmo. A cidade representa a soma de todas as cidades do passado, modificadas, demolidas e reconstruídas pelas mudanças sociais ao longo do tempo” (Sposito, 1997, p. 11).

A partir dessa reflexão, gostaríamos de mencionar uma ideia de Milton Santos que consideramos relevante: ao discutir sobre as maneiras pelas quais o espaço se organiza em resposta às técnicas, o autor argumenta que a estrutura e o funcionamento do espaço mudam em cada fase de produção ou a cada estágio do mesmo modo de produção (Santos, 1999). Considerando essa perspectiva, é importante compreender como a estrutura do espaço é modificada por esse processo em constante transição.

A base dessa pesquisa está na visão do espaço como um produto histórico, onde "tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência" (Santos, 2008, p. 252). Portanto, se a Geografia busca compreender o espaço territorial e a configuração desse espaço como uma ciência, é crucial incorporar sua dimensão histórica em diversas escalas, desde a mais ampla até a mais local (Santos, 1979). Assim, o estudo da produção espacial demanda a reconstrução de elementos históricos para compreendermos o tempo como um aspecto fundamental para sua compreensão (Pires, 2008). Entretanto, frequentemente abordamos o tempo e o espaço de forma distinta, desconsiderando sua interconexão. Considerando a relação entre os dois, Milton Santos (2008) sugere que análises devem abordar a relação entre espaço e tempo de maneira sincrética.

Ao estudarmos o espaço é importante, como afirma Milton Santos (2012), lembrarmos que espaço e paisagem não são sinônimos “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas, mais a vida que as anima” (Santos, 2012, p. 66). Partindo desse ponto podemos afirmar que a região de Juiz de Fora nos séculos XVII e XVIII sofreu significativas mudanças na paisagem ao considerarmos paisagem como o produto da interação homem e meio, trazendo as representações sociais e culturais de cada ser que habitou aquela região e se apropriou da mesma.

Reforçando essa definição de paisagem, Almeida (2013) diz que a humanidade se apropria do meio ambiente e o transforma e dessa forma as paisagens são produzidas, a

autora segue falando sobre o valor cultural das paisagens, pois encontramos nas paisagens as marcas que os homens deixaram na superfície da terra e essas marcas são carregadas de valor cultural. Pensando no valor cultural da paisagem precisamos citar a Recomendação R(95) do Conselho da Europa (1995), que traz a paisagem como bem cultural, salientando a mesma como testemunho do passado e das relações do homem e o meio, com as especificações culturais e tradições de cada local.

Na região de Juiz de Fora, utilizamos a paisagem como fonte de conhecimento histórico, pois “a paisagem oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico” (Meneses, 2002, p. 36). As próprias habitações constituem uma mudança importante na paisagem e nos trazem uma narrativa essencial para o entendimento da sociedade de cada época. No século XVII, existiam apenas aldeias, mas isso mudou com a chegada do século XVIII e a construção do Caminho Novo, juntamente com a implementação das roças e rocinhas, alterando significativamente o cenário habitacional da região, no vídeo acessado através da Figura 45, podemos ver as mudanças relativas às paisagens habitacionais entre esses séculos.

No âmbito natural, segundo Loures de Oliveira (2006) até o início do século XIX, a cobertura florestal original permaneceu praticamente intacta na região de Juiz de Fora. Contudo, a partir desse período, ocorreu uma expansão colonial efetiva, marcada por práticas predatórias, como o massacre das populações indígenas e o desmatamento gradual para dar lugar à cafeicultura, pecuária e exploração madeireira. Apenas áreas de difícil acesso escaparam em grande parte da interferência humana. Esses eventos desempenharam um papel crucial na configuração das florestas atuais na Zona da Mata de Minas Gerais, que agora são caracterizadas por pequenos fragmentos secundários.

Figura 45 – QR Code de acesso ao vídeo das mudanças nas habitações entre os séculos XVII e XVIII na região de Juiz de Fora



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No vídeo podemos observar as alterações arquitetônicas e paisagísticas dos locais de habitação dos séculos XVII e XVIII, além de perceber as alterações sociais das épocas, enquanto no primeiro período haviam habitações coletivas e uma sociedade comunal, no segundo período vemos habitações individuais e uma sociedade mais hierarquizada e individualista.

Essa diferença de habitar e se posicionar perante o mundo trouxe um choque cultural na interação entre esses diferentes povos. A relação entre o homem branco invasor e os indígenas foi marcada por uma série de injustiças e violências durante a colonização das Américas. Além de terem seu território tomado à força, os indígenas foram frequentemente subjugados e escravizados para servir aos interesses dos colonizadores. A dimensão completa dos genocídios e epistemicídios perpetrados contra esses povos ainda não é plenamente compreendida, como destaca Grosfoguel (2016). Para entendermos melhor a visão de mundo dos povos autóctones, é crucial ouvir suas vozes e considerar conceitos como o "perspectivismo ameríndio", que enfatiza a relação simbiótica entre o homem e o meio, em contraste com a visão ocidental de divisão entre eles.

Essa visão integrada à natureza se refletia nas práticas não predatórias das populações indígenas em relação aos recursos naturais. Suas habitações, construídas predominantemente com materiais orgânicos, evidenciavam uma integração harmoniosa

com o ambiente. No entanto, essa diferença de perspectiva levou a conflitos significativos quando as culturas indígena e europeia se encontraram, especialmente com a chegada dos colonizadores no século XV.

A colonização foi, em sua essência, uma exploração política e econômica, como aponta Memmi (2007), resultando em uma série de métodos desumanizantes utilizados para justificar a exploração dos povos colonizados. Os efeitos devastadores desses genocídios e epistemicídios persistem ainda nos dias atuais, evidenciados na luta contínua pela demarcação dos territórios dos povos originários e na marginalização de suas comunidades.

A região da Zona da Mata, onde se situa Juiz de Fora, não escapou dessas dinâmicas coloniais. O apagamento dos povos indígenas e africanos que contribuíram para sua formação é evidente na narrativa histórica que muitas vezes privilegia apenas a perspectiva dos colonizadores brancos. O próprio Caminho Novo, essencial para a conexão entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, foi originalmente uma rota indígena, fato muitas vezes esquecido ou ignorado ao longo dos anos.

Assim, a construção da região de Juiz de Fora foi marcada pela exploração e marginalização dos povos originários e escravizados, cujos legados foram por muito tempo silenciados ou distorcidos. Reconhecer e confrontar essa história é essencial para promover a justiça histórica e construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

4.2 Produto

As iconografias computadorizadas e o vídeo apresentados neste capítulo constituem o produto final desta dissertação. Como parte do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania há a exigência de apresentar um produto resultante da pesquisa.

As imagens foram escolhidas como produto devido à carência atual de ferramentas disponíveis para a educação patrimonial e materiais didáticos. Acredita-se que o uso de imagens como ferramenta de ensino enriquece e complementa a aprendizagem. Segundo Guedes (2017), a visão precede a palavra, pois os seres humanos aprendem a se comunicar primeiramente por meio de imagens. Portanto, as imagens

permitem uma percepção rápida do que desejamos antes de qualquer palavra ser dita. No ensino de história, imagens e filmes são aliados essenciais, permitindo que os alunos visualizem conceitos que antes estavam apenas no campo das ideias. Conforme Abud (2003), a linguagem visual ajuda os alunos a desenvolverem seu conhecimento histórico. Domingues (2006) acrescenta que o objetivo atual é formar estudantes multidisciplinares e dinâmicos, o que torna imprescindível a inclusão de novos recursos didáticos para um entendimento real dos fatos, além da simples memorização de datas e nomes.

Com isso em mente, criamos iconografias das moradias Tupinambá e de um modelo de edificação colonial, procurando ser o mais fiel possível à realidade e aos materiais utilizados na época. No entanto, devido às limitações tecnológicas dos programas utilizados, nem sempre foi possível manter a fidelidade dos materiais. Por exemplo, não encontramos um revestimento de palha para ilustrar as paredes e a cobertura da maloca, substituindo-o por madeira, que também era utilizada na construção e estava disponível no programa de confecção 3D.

Essa dificuldade em obter componentes materiais prontos no meio digital reforça a afirmação feita ao longo da dissertação sobre a falta de inclusão da arquitetura indígena nos meios tradicionais de ensino arquitetônico, pois os aplicativos de desenho 3D não fornecem recursos para essas construções, dificultando qualquer empreitada desse tipo.

Os recursos visuais aqui gerados estarão disponíveis para utilização da população em geral através da publicação dessa dissertação, o vídeo estará disponível para acesso no link do youtube (https://youtu.be/_H7Hi7agxeo) e estamos estudando a possibilidade da criação de um pequeno atlas em forma de e-book, para que dessa forma a distribuição e divulgação dessas ferramentas educacionais alcance uma gama maior de pessoas.

4.2.1 Metodologia

As imagens tridimensionais elaboradas nesta dissertação apresentam características espaciais e detalhes arquitetônicos baseados no estudo dos relatórios de escavação dos sítios arqueológicos Emílio Barão e Teixeira Lopes e da historiografia existente sobre o assunto. Foram criados dois modelos de habitação: um representando o século XVII e outro o século XVIII.

Para o século XVII a habitação escolhida foi a tupinambá denominada de maloca, a dimensão das malocas aqui apresentadas conta com a proporção de 1x4, tendo onze metros de largura por quarenta e quatro metros de comprimento, permitindo assim a disposição interna dos esteios no espaçamento de três em três metros, que provavelmente separariam as unidades familiares. A altura da maloca teve por base a medida central de 4,5 metros e as laterais de 3,5 metros, que permitem a configuração abobadada da cobertura da mesma.

Já no século XVIII elaboramos uma construção colonial com algumas características marcantes do período, como os beirais, esquadrias coloridas, paredes brancas, varanda de acesso ao segundo pavimento, janelas de guilhotina, portas de madeira, e a existência de dois pavimentos, distribuídos em uma planta retangular.

O material foi dividido em imagens dessas representações 3D e um filme curto de três minutos, com caráter de documentário, narrado pela autora, explicando de forma simples, acessível e resumida as questões arquitetônicas e sociais de cada período.

O programa utilizado para a confecção das imagens foi o SketchUp, um programa próprio para confecção e modelagem 3D computadorizada e a renderização foi feita através do programa Twinmotion, que é um programa gratuito, sendo um software de renderização em tempo real, o vídeo foi editado através do Windows Movie Maker, onde recebeu música de fundo e a narração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E chegamos ao final desta dissertação, onde percorremos uma longa caminhada, repleta de entusiasmo inicial e vários receios ao longo do caminho, chegando em um final com sentimentos tão divergentes como o desejo de ter feito mais e a compreensão de que é preciso finalizar e compartilhar com os demais o que veio sendo estudado.

É nesse momento que também precisamos olhar para o início e lembrar o que deu começo a essa pesquisa, qual o questionamento que buscávamos responder. Afinal quais os reais habitantes de Juiz de Fora entre os séculos XVII e XVIII e como se davam suas relações com o meio e entre si?

Ao longo dos capítulos apresentados pudemos ver que a região de Juiz de Fora contou com habitantes indígenas de troncos linguísticos diferentes como os Puri e os Tupinambá,

isso durante o século XVII e segundo registros arqueológicos em datas anteriores também. Já no século XVIII os protagonistas das habitações passaram a ser os colonizadores e demais brasileiros que começaram a fincar moradias às margens do Caminho Novo, expulsando muitas vezes esses indígenas da região.

As relações que os indígenas possuíam com o meio e entre sua aldeia, eram relações de respeito e partilha, onde um pico, como por exemplo o Pico Cabeça de Formiga, era visto como sendo muitas vezes uma entidade maior de proteção, tanto espiritual quanto física. Consideravam as fontes naturais como integrantes da família e as tratavam de maneira respeitosa e ecológica, retirando apenas o necessário para sua própria sobrevivência, o mesmo tipo de relação se aplica às interações pessoais na aldeia, onde existia uma espécie de hierarquia, mas sempre tratada com muito respeito de ambos os lados, além do espírito de comunidade que permeava todas as interações desse povo.

Esse meio de vida sofreu muito com a chegada dos homens brancos no século XVIII, pois os costumes e tradições eram muito divergentes. Os colonizadores trouxeram um modo de vida imperialista, individualista e extrativista, eles chegaram na região guiados pela ganância, vieram buscando uma melhor rota para o escoamento das riquezas que vinham extraído do centro do país e essa motivação se externalizou em suas práticas e costumes, caçaram e escravizaram diversos indígenas, se apropriaram das rotas e locais de moradia desses povos, apagando e marginalizando toda sua herança.

Ao estudarmos e analisarmos todo esse contexto histórico dos dois séculos abraçados nessa pesquisa várias reflexões foram surgindo, tanto reflexões relacionadas a arquitetura envolvendo principalmente os materiais utilizados nessas épocas, como o barro, que prova ainda hoje ser um dos melhores métodos construtivos disponíveis e que vem sendo cada vez mais reimplantado nos projetos arquitetônicos que visam um melhor conforto térmico e ambiental. Assim como ainda mais pensamentos relacionados às questões sociais e de marginalização dos povos, do quanto a humanidade vem só replicando esse meio extrativista que foi implementado no início da colonização do Brasil, o estado de Minas Gerais principalmente continua tendo suas riquezas minerais retiradas e utilizadas para diversos fins que buscam suprir a necessidade de uma população que não conhece suas raízes e o quanto esse movimento de apagamento geracional foi muito bem pensado e implementado há séculos atrás.

Mas como dito anteriormente é preciso finalizarmos, durante a pesquisa tivemos algumas dificuldades por conta do período estudado possuir poucas informações de livre acesso, do tempo do mestrado ser um tempo reduzido, onde é preciso focar no que é mais importante para o tema, fora fatores externos e inerentes às questões humanas. Mas acredito

que nessas páginas que apresentamos conseguimos trazer o que nos propusemos a fazer, através de uma escrita que, por mais que se trate de um tema denso, buscou sempre ser leve e clara.

A dissertação propôs explorar a forma de habitar nos séculos XVII e XVIII na região de Juiz de Fora e acredito que essa proposta foi contemplada. No entanto, ressaltamos a dificuldade de estudar um sítio sem poder participar das escavações, o que poderia fornecer informações mais detalhadas sobre a espacialidade dessa ocupação.

O estudo da paisagem é "amplo e cheio de veredas" (Meneses, 2002), tornando impossível "apreendê-la de forma totalizante e enclausurá-la em uma definição única" (Name, 2010). Portanto, este estudo representa apenas uma das possíveis interpretações sobre o modo de habitar dessa região. Baseando-se na documentação disponível e em estudos sobre as populações dos séculos abordados, buscamos nos aproximar da realidade. Embora não afirmemos que esta seja a interpretação correta, podemos dizer que é uma das muitas interpretações possíveis, fundamentada em diversos estudos anteriores sobre o assunto.

E assim, concluímos esta jornada, ao mergulharmos nas raízes desse passado, confrontamos não apenas as habitações dessas populações, mas também as complexidades sociais e as injustiças perpetuadas ao longo do tempo. Este estudo não é apenas um vislumbre desse vasto panorama histórico, mas também um testemunho da necessidade premente de reconhecer e preservar nossas raízes, de confrontar as narrativas dominantes e de buscar um futuro mais inclusivo e consciente. Que estas páginas sirvam como um convite à reflexão e à ação, para que possamos honrar o passado enquanto construímos um presente e um futuro mais justo e compassivo.

FONTES IMPRESSAS

CARTA do governador do Rio de Janeiro, Dom Álvaro da Silveira e Albuquerque, ao Rei D. Pedro II. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Vol. LI, p.45. Arquivo do Estado de São Paulo.

CÓDICE COSTA MATOSO. coleção dos primeiros descobrimentos das minas na America que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papeis. V.2. Glossário, Biografia e Índices. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999

LÉRY, J. **Viagem a Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. (1580), 1961.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

Processo de Tombamento nº 01396: Fazenda Ribeirão das Rosas, 13 de setembro de 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

Processo de Tombamento nº 02209: Fazenda Tapera, 13 de setembro de 2023.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

Processo de Tombamento nº 005277: Fazenda São Mateus, 13 de setembro de 2023.

RELATÓRIO DE ESCAVAÇÃO SÍTIO EMÍLIO BARÃO. Museu de Arqueologia e Etnologia Americana. UFJF, 14 de junho de 2023

RELATÓRIO DE ESCAVAÇÃO SÍTIO TEIXEIRA LOPES. Museu de Arqueologia e Etnologia Americana. UFJF, 14 de junho de 2023

REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, C. **História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Itatiaia (1614)1975.

ABREU, João Capristano. **Capítulo de História Colonial (1500 a 1800)**. Rio de Janeiro. Impressão: M. Orosco & C. 1907.

ABUD, Kátia Maria. **A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino**. História, São Paulo, 22 (1): 183-193, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a08.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2015.

ANSCHUETZ, K. F.; WILSHUSEN, R. H.; SCHEICK, Ch. L. An Archaeology of Landscapes. Perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, vol.9, n.2, 2001.

ASSIS, V. S. **Da Espacialidade Tupinambá**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 1996.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

- BARBOSA, J. C.; MORALES, E. A. M.; SOUZA, A. J. D. de.; CAMPOS, C. I. de.; ARAÚJO, V. A. de. Estudo de tipologias construtivas vernaculares em madeira pós-enchente em São Luiz do Paraitinga, Brasil. In: **CIMAD 11 – 1º Congresso Ibero-Latinoamericano da Madeira na Construção**, 2011. Anais do CIMAD 11, Portugal: Coimbra, 2011.
- BARDOU, Patrick e ARZOUMANIAN, Varoujan. **Arquitecturas de adobe**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.
- BESSE, J. M. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Trad. De Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BESSE, J. M. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BETENDORF, J.F. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Belém: Fundação Cultural do Pará/Secretaria do Estado da Cultura. (1694) 1990.627p.
- BINFORD, L. R. Willow Smoke And Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems And Archaeological Site Formation. **Journal of Anthropological Archaeology**, 1980.
- BINFORD, L. R. The Archaeology of Place. **Journal of Anthropological Archaeology**, 01, pp. 05-31, 1982.
- BLAJ, Ilana; MALUF, Marina. **Caminhos e fronteiras: O movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Revista de História, São Paulo, n. 122, jan/jun. 1990.
- BOOP, Itamar. **Notas Genealógicas e histórias do bandeirante Roque Bicudo Leme; sertanista Coronel Simão da Cunha Gago; vigário Felipe Teixeira Pinto, donatário Cel. Fernando Dias Paes Leme da Câmara**. São Paulo, edição particular. 1988.
- BOTIN, L. Landscape and Dwelling. In: BOTIN, L., A. Carter e R. Tyrrell (eds), **Dwelling, Landscape, Place and Making**. Aalborg Uviversitetsforlag, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. De Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, p.108-109
- BRANDÃO, A. F. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Rio de Janeiro: EdiOuro. (1618) 1968. 369p.
- BRITO, F.T. **Itinerario geográfico: com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoacoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Atè as minas do ouro**. Sevilha: Na Officina de Antonio da Sylva, 1732

BROCHADO, J.P. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. Urbana-Champaign. Tese (Doutorado) University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.

BUNBURY, C. J. F. **Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)**. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1981.

CARDIM, F. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. São Paulo: Edus e Belo Horizonte: Itatiaia, (1590) 1980, 206p.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana** 2(2):115-144, 1996.

_____. E. V. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. Revista O que nos faz pensar, n.18, set. 2004.

_____. E. V. Do perspectivismo ameríndio ao índio real. Revista Campos 13(2):7-23, 2012.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural. Florianópolis**, Ed. da UFSC, 1999.

CONSELHO DA EUROPA. **Recomendação R (95) 9**. Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, 11/09/1995.

CORRÊA, A. **Tetama nas Matas Mineiras: Sítios Tupi na Microrregião de Juiz de Fora - MG**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP-SP, 2009.

CRIADO B. F. **Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje**. Boletín de Antropología Americana, 24, pp. 5-29. 1991. DANIEL, J. **Tesouro Descoberto no Máximo rio Amazonas**. (Segunda parte) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo III. Rio de Janeiro. p.39-52 e 158-183. (séc. XVII) 1841.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Trad. De Cid Knipel Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DILLY, R. Origens de Juiz de Fora. In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004, p.19-21 ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

DOMINGUES, Claudio Moreno. **O olhar de quem olha: cultura visual, arte e mediação na aula de história – o uso da imagem na construção do conhecimento histórico**. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.ia.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Stricto-Artes/claudiodomingues.pdf> Acesso em: 20 jul. 2015.

- FARIA, Sheila de Castro. Fortuna e família no Bananal no século XIX. In: CASTRO, H. **Resgate**. Uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 68.
- FAUSTO, C. **Fragmentos de História e Cultura Tupinambá** in: CUNHA, M. C. (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Schwarcz Ltda., 1992.
- FERNANDES, F. **A Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro na Estante Virtual, 1963.
- FERREIRA, D. da S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17 Abr., p. 111–135, 2014. DOI: 10.14393/RCT91719883. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>. Acesso em: 28 out. 2023.
- FLORENZANO, M. B. 2004. **Cidade e território na Grécia antiga. Organização do espaço e sociedade**. Projeto Temático de Pesquisa apresentado à Fapesp. São Paulo: www.mae.usp.br/labeca.
- FONSECA, C.D. Do sertão dos cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 51-81.
- FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope: história mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- GANDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil**. São Paulo: EDUSP e Belo Horizonte: Itatiaia (1576), 1980.
- GENOVEZ, P. F. **Núcleo Histórico da Avenida Barão do Rio Branco (Parque Halfeld e Largo do Riachuelo)**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Soc. estado**, Brasília, v.31, n.1, p.25-49, abr. 2016.
- GUEDES, S.R. A utilização de imagens no ensino da história e sua contribuição para a construção de conhecimento. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia Medianeira**, v.8 n.17 2017.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JACKSON, J. B. **Landscape in Sight: Looking at America**. Yale University Press, 1999.
- KNIVET, Anthony. “The admirable adventures and strange fortunes of Master Antonie Knivet, which went with Master Thomas C in his second voyage to the south sea. 1591”, [1906] vol. XVI, cap. VII, pp. 177-289. In: Hakluytus posthumus, ed. Samuel Purchas. Glasgow.
- KORMIKIARI, C. N. **Arqueologia da Paisagem**. São Paulo: Labeca – MAE-USP, 2000
- KRENAK, A. O Eterno Retorno do Encontro. In: NOVAES, Aduato (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999.
- _____, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. SP: Companhia das Letras, 2020a.
- _____, A. **A vida não é útil**. SP: Companhia das Letras, 2020b.
- LAMAS, F. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia**. Anais do ABPHE, 2003
- LARA, F. L. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In: **Por um Ensino Insurgente em Arquitetura e Urbanismo**. MOASSAB, A; NAME, L. (orgs.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020. p.7-12.
- LATHRAP, D. **O Alto Amazonas**. Lisboa, Verbo, 1975.
- LEFEBVRE, H. Préface. In: RAYMOND, H.; HAUMONT, N.; DEZES, M.-G.; HAUMONT, A. **L’habitat pavillonnaire**. Paris: Centre de Recherche de l’Urbanisme, 1965. p. 3-25.
- LEMOS, C. A. C. Uma nova proposta de abordagem da história da arquitetura brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo. **Arquitetura e documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura**. pp. 275-292. São Paulo, Annablume/IEDS, 2011.
- _____, C. **A história da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989
- LESSA, J. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação**. Juiz de Fora: Ed da UFJF, 1985.
- LIMA, T. A. **Cerâmicas Tupiguarani e Marajoara. Elementos estruturais comuns**. *Ciência Hoje*, v. 36, n. 213, p. 30-33, 2005.

- LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História agrária, p.17- 26. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 18-19.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Patrimônio arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira. **Revista Canindé**, nº1, pp. 1-18. Dezembro de 2001.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. A Etnohistória como arcabouço contextual para pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira. **Revista Canindé**. 2003.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira Juiz de Fora**. Juiz de Fora: MAEA - UFJF, 2006.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editar, 2007.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira Carangola**. Juiz de Fora: MAEA - UFJF, 2008.
- LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani**. Juiz de Fora: Editar, 2009.
- LOURES OLIVEIRA, J. C. **Ecologia e Arqueologia da Paisagem: Um estudo dos Sítios Pré-Coloniais da Zona da Mata Mineira**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas da UFJF-MG, 2007.
- LUFT, V. **Da história a pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto do Rio Pomba (o caso da serra da Piedade)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- MAGESTE, L. E. C. **Entre Estilo e Função: O estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP-SP, 2012.
- MAGESTE, L. E. C. **Cronologia e Variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e Complexo Lagunar de Arurama**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da USP-SP, 2017.
- MARTINS FILHO, Enéas. **Os Três Caminhos para as Minas Gerais**. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Vol. 1. 1965.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 23-24.
- MENESES, U. T. B. A Paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002

- MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil de Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: INM, 2011.
- MENDES, C.; VERÍSSIMO, C.; BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil de Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: INM, 2011.
- MERCADANTE, P. **Os Sertões do Leste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MÉTRAUX, A. **La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1928.
- MORAIS JÚNIOR, E. B. de. **Dos Registros Paroquiais de Terras de Santo Antônio do Paraibuna aos "Senhores e Possuidores" do Distrito Rural de São Francisco de Paula (1850-1880)**. Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2020.
- MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABBES, 2003.
- NASCIMENTO, A.; CARVALHO, M. de F. D. de Á.; RIBEIRO, S. H. C. Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas. In: povos indígenas citadinos e políticas públicas: abordagem das políticas indigenistas no contexto urbano. Capítulo 5, p. 78-94. 2023.
- NAVA, Pedro. Território Epidauro. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1947
- NIMUENDAJÚ, C. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Rio de Janeiro, 1944. Escala: 1:2.500.000
- NÓBREGA, M. da. Cartas do Brasil. São Paulo: Edusp e Belo Horizonte: Itatiaia. (1549) 1988.258p.
- NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 7-53, 1996.
- OLIVEIRA, E.S.C. de. **Os Índios, o Vale e o Caminho Novo**. In: Anais do XIX Encontro de História da ANPUH – Rio. História do Futuro: Ensino Pesquisa e Divulgação Científica. Org. CASTRO, R. F. de; VARGAS, S. B.; REIS, T. de S. Rio de Janeiro, 1 Ed.: Anpuh-Rio, 2020
- OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966
- OLIVEIRA, T. G. Os Puri no sul do Espírito Santo: ocupação, territorialização e trabalho compulsório. **Habitus**. V. 17 nº2 pp.462-475, 2019.
- ORTIZ, S. **Somos índios ou o que restou em nós dos Puris**. 2014

- PÁDUA, R. F. **O habitar como horizonte utópico**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 478-493, dez. 2019
- PROCÓPIO FILHO, J. Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: Esdeva, 1973
- PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: EDUB, 1992.
- PURI, Raial Orotu. **Povo Indígena Puri: Ghaimatamathin! Nós estamos vivos!** 2016.
- RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e Ressurgência Indígena: Diáspora e Transformações do Povo Puri**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2017.
- RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, Luis C. (Orgs.) História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas. Vol.1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007
- RESENDE, M. L. C. Minas Mestiças: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. **Cahiers des Amériques Latines**. V.44, 2003.
- RIBEIRO, E. L. **Cidade de Juiz de Fora – 1865 a 1900**. In: HISTÓRIA ILUSTRADA DE JUIZ DE FORA. Disponível em: <https://jfhistoria.wordpress.com/>. Acesso em: 28 out. 2023.
- ROBERT, P. **Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue Française**. 2.ed. Paris, Le Robert, 1985
- RODRIGUES, A. Os Sertões Proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**. V. 23, nº46, pp. 253-270, 2003.
- RODRIGUES, A. D. **Relações internas na família linguística Tupi Guaraní**. Revista de Antropologia, vols. 27/28, 1985, pp. 33-53.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras**. São Paulo, Edições Loyola, 1994.
- RODRIGUES, J. W. **Documentário Arquitetônico**. Belo Horizonte: EDUSP, 1990.
- RONCAYOLO, Marcel. Região, p. 161-189. In: Enciclopédia Einaudi: Volume 8 – Região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 187.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2 v. (Bibliotheca pedagogica brasileira, Série V, Brasiliana, v. 126, 126A).
- SALGADO, I. de C. B. e. **Juiz de Fora apresentada por Pedro Nava**. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2017

- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.
- SANTOS, Paulo F. **Arquitetura religiosa em Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: formação espacial como teoria e como método. **Antipode**, nº1, vol. 9, jan/fev, 1977;
- _____. **Espaço e Sociedade** (ensaios), Vozes, Petrópolis, 1979;
- _____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território**, Rio de Janeiro, n.6, p.5-20, jan./jun.1999;
- _____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 5ªed, 2004;
- _____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6. Ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008;
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. Ed. 7. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012;
- SOARES, Josarlete Magalhães. **Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata mineira no século XVIII e primeira metade do XIX.** II Simpósio luso-brasileiro de cartografia histórica, Ouro Preto, Minas Gerais. 2009.
- SOUSA, G. S. **Tratado Descritivo do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional. (1587) 1987.
- SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda B. Virando Séculos: 1680-1720: **O Império deste mundo.** 1ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- SPIX, F. J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. 3 volumes. 348 p. (Edições do Senado Federal, v. 244-A).
- STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1988.
- STEHLING, Luiz José. Juiz de Fora - **A Companhia União e Indústria e os alemães.** Edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.
- STRAFORINI, Rafael. **Tramas Que Brilham: Sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- THEVET, A. **Les Français em Amérique Pendant la Deuxième Moitié du XVI Sciecle.** Paris: Presses Univérsitaires de France. 1953. 346p.

TURTERA PEREIRA, D. L. Expansão dos tupi-guarani pelo território brasileiro: correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. **Revista Tópos**, 3(1), 29–80, 2013.

VENÂNCIO, R. P. Caminho Novo: a longa duração. **Varia História**. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999

VERÍSSIMO, F. S., BITTAR, W. S. M. **500 Anos da Casa no Brasil**: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WIED-NEUWIED, M. A. P. **Reise nach Brasilien in den Jahren 1815- bis 1817**.

Frankfurt [Alemanha]: H.L. Brönnner, 1820-21. 2 v.; 19 est. ; Atlas: 22 est., 3 mapas, 32cm; 60cm. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or46220/or46220.pdf.

Acesso em: 2 Nov. 2023.

José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. **Livro de Visitas Pastorais na Baixada Fluminense no ano de 1794**. Prefeitura de Nilópolis, 2000.